



**POLITÉCNICO
DE LEIRIA**

ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIAS SOCIAIS

PERCEPÇÕES SOBRE A POBREZA: ATRIBUIÇÕES CAUSAIS E SOLUÇÕES PERCEBIDAS PARA A POBREZA NO INÍCIO DA ADOLESCÊNCIA

Relatório de projeto

Carlos Manuel Rosendo Gomes

Trabalho realizado sob a orientação da:

Professora Doutora Maria Antónia Belchior Ferreira Barreto

Instituto Politécnico de Leiria

Caldas da Rainha, ____ de 2023

Mestrado em Ciências da Educação e Desenvolvimento Comunitário

ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

POLITÉCNICO DE LEIRIA

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas.

Em primeiro lugar quero expressar profunda gratidão á minha orientadora Prof^a Doutora Maria Antónia Barreto pela orientação, paciência incansável e sabedoria que compartilhou comigo ao longo deste processo.

Quero estender os meus agradecimentos á Luísa, á Melissa e á Sandra, colegas de mestrado. O acaso juntou-nos num grupo de trabalho que se manteve ao longo de toda esta empreitada. As nossas discussões, trocas de ideias e apoio mútuo foram inestimáveis. Vocês são umas pessoas maravilhosas.

Á Regina, minha mulher, que esteve sempre ao meu lado encorajando-me quando mais precisei.

Este trabalho foi um resultado de esforço coletivo. Estou profundamente grato a todos os professores que nestes dois anos contribuíram para esta minha formação.

Os meus agradecimentos também às organizações sociais que facilitaram o meu trabalho e às famílias dos jovens que participaram no estudo.

Por fim, uma palavra de apreço para os próprios jovens. Espero que este estudo possa contribuir para melhorar as suas vidas.

Obrigado a todos.

RESUMO

O presente estudo pretende analisar a percepção de jovens desfavorecidos, em início da adolescência, sobre o desenvolvimento das atribuições causais da pobreza, persistência e soluções que identificam para conseguirem ter um futuro melhor. Foram entrevistados jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, residentes na cidade das Caldas da Rainha, cujos agregados familiares estão a ser beneficiários de ajuda social por parte de associações desta cidade.

Através das suas vozes, esta pesquisa visa enriquecer a nossa compreensão acerca das causas da pobreza nas Caldas da Rainha e como essas percepções podem influenciar e melhorar as estratégias de intervenção das instituições sociais que atuam junto das famílias desfavorecidas.

Esta investigação assenta numa metodologia qualitativa aplicada a um estudo exploratório que visa recolher percepções sobre as causas e soluções para a pobreza. A recolha de dados foi realizada em ambiente de grupos focais através de entrevistas semiestruturadas. As referências teóricas de base foram os trabalhos realizados por Amartya Sen e Deepa Narayan e por autores como Alfredo Bruto da Costa, Luís Capucha, Amélia Bastos, Hernani Carmo, Rogério Amaro entre outros. A compreensão das causas da pobreza, por se encontrarem associadas a atitudes e comportamentos, tem sido estudada sobre diferentes perspetivas. No nosso estudo utilizámos o modelo que separa os tipos de causas em fatalista, estruturalista e individualista. No primeiro tipo a pobreza é determinada pelo destino ou sorte, no segundo é vista como um resultado dos sistemas político, económico e social, e por último a pobreza é atribuída às escolhas e ações dos próprios pobres. Com base nos dados do estudo concluímos que os jovens da nossa amostra tendem a entender a pobreza um fenómeno cujas causas têm origem em fatores externos bem determinados verificando-se uma persistência do tipo estruturalista. A maioria acredita que é possível sair da pobreza e que para que isso seja possível indicaram soluções equilibradas entre fatores internos e externos.

Com o estudo esperamos fornecer informações pertinentes para políticas públicas voltadas para o combate à pobreza, fomento da participação cidadã e promoção do bem-estar infantil.

Palavras-chave: Pobreza infantil; empoderamento; participação cidadã; desenvolvimento comunitário, Caldas da Rainha

ABSTRACT

The present study aims to analyze the perception of disadvantaged young people in early adolescence regarding the development of causal attributions of poverty, persistence and the solutions they identify to achieve a better future. Young people between the ages of 12 and 15, residing in the city of Caldas da Rainha, whose families are beneficiaries of social assistance from associations in this city, were interviewed.

Through their voices, this research seeks to improve our understanding of the causes of poverty in Caldas da Rainha and how these perceptions can influence and improve the intervention strategies of social institutions working with disadvantaged families.

This research is based on a qualitative methodology applied to an exploratory study which is aimed at collecting perceptions about the causes and solutions to poverty. Data collection was conducted in focus group settings through semi-structured interviews. The theoretical references for this study included the works of Amartya Sen and Deepa Narayan, as well as authors such as Alfredo Bruto da Costa, Luís Capucha, Amélia Bastos, Hernani Carmo, Rogério Amaro, among others.

Understanding the causes of poverty, as they are associated with attitudes and behaviours, has been studied from different perspectives. In our study, we used a model that separates the types of causes into fatalistic, structuralist and individualistic. In the first type, poverty is determined by fate or luck, in the second, it is seen as a result of political, economic, and social systems, and finally, poverty is attributed to the choices and actions of the poor themselves. Based on the study data, we concluded that the young people in our sample tend to perceive poverty as a phenomenon whose causes originate in well-defined external factors, indicating a persistence of the structuralist type. The majority believe that it is possible to escape poverty and have suggested balanced solutions involving both internal and external factors.

Through this study, we hope to provide relevant information for public policies aimed at combatting poverty, promoting citizen participation and enhancing child well-being.

Keywords: Child poverty; empowerment; citizen participation; community development, Caldas da Rainha

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO	ii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE DE QUADROS	vi
INDICE DE GRÁFICOS	vii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: SOBRE A POBREZA EM GERAL	3
1.1 – Conceitos e definições de pobreza	3
1.2 - A Multidimensionalidade da Pobreza.....	6
1.2.1 – A Dimensão Económica	7
1.2.2 – A Dimensão Sociológica	9
1.2.3 – A Dimensão Psicológica	11
1.3 - Caracterização dos atores sociais envolvidos no combate à pobreza	13
1.4 – Desenvolvimento Comunitário e a Participação Cidadã	17
1.4.1 – O Desenvolvimento Comunitário. Definição, princípios e implicações metodológicas	17
1.4.2 - A Participação Cidadã. Definição, vantagens, tipologias e limites de participação.	18
1.5 – A Pobreza na Perspetiva das Pessoas Pobres	21
1.6 – A Participação dos Pobres e o Empoderamento	22
CAPÍTULO 2 – A POBREZA INFANTIL	25
2.1 – Medir a pobreza infantil	25
2.2 – Sobre o bem-estar infantil.....	30
2.3 – O contexto familiar e educação	31
2.4 – Evolução dos principais programas nacionais de combate à pobreza infantil ...	36
2.5 – Caracterização e diagnóstico social do município das Caldas da Rainha.....	39
2.6 - “É cada um para o que nasce?” – O estudo de Leonor Pereira da Costa sobre atribuições causais e soluções da pobreza infantil na infância.....	40
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	42
3.1 – Enquadramento contextual e problemática	42
3.2 – Pergunta de partida e objetivos de estudo.....	44
3.3 – Método de investigação	45
3.5 – Caracterização do universo em estudo	46

3.6 – Instrumentos e técnicas utilizadas na recolha de dados e procedimentos de análise	48
3.6.1 - Pesquisa documental.....	49
3.6.2 - Entrevistas.....	49
3.6.3 - Grupos focais	50
3.6.4 – Categorização dos dados das entrevistas	53
CAPITULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DE DADOS	54
4.1 – Dados sociodemográficos das famílias da população da amostra	55
4.2 – Atribuições causais da pobreza	58
4.2.2 - Atribuições fatalistas	60
4.2.3 - Atribuições estruturalistas	62
4.2.4 - Atribuições Individualistas	66
4.3 - A persistência na pobreza	68
4.4 - As soluções para sair da pobreza	69
CONCLUSÃO.....	76
Referências bibliográficas	81
ANEXOS	87
Guião do Focus Group	87
Termo de Consentimento Livre e Informado.....	89
Transcrições.....	89
Grupo 1.....	90
Grupo 3.....	97
Grupo 4.....	101
Grupo 5.....	105
Grupo 6.....	110
Categorizações.....	113
Grupo 1.....	113
Grupo 2.....	117
Grupo 3.....	120
Grupo 4.....	123
Grupo 5.....	125
Grupo 6.....	127

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Atores que intervêm no combate à pobreza infantil

Quadro 2: Índices de Privação de pobreza infantil

Quadro 3: Taxa de privação material e social na população com menos de 16 anos

Quadro 4 - Comparação entre as famílias/jovens que foram convidados a participar a os que efetivamente participaram

Quadro 5 - Total de participantes por grupo focal com referência ao sexo e idade

Quadro 6 – Grupos de categorizações e subcategorizações consideradas na análise de dados

Quadro 7 - Respostas dos jovens da amostra relativamente à escolaridade e emprego dos pais

Quadro 8 – Frequência absoluta de atribuições de causalidade por grupos focais

Quadro 9 – Atribuições fatalistas por idade

Quadro 10 – Atribuições fatalistas por grupo focal

Quadro 11 – Atribuições estruturalistas por idade

Quadro 12 – Atribuições fatalistas por grupo focal

Quadro 13: A persistência na pobreza por idade e sexo

Quadro 14: Frequências absolutas das ocorrências dos tipos de causas por idades

Quadro 15: Frequências relativas das ocorrências dos tipos de causas por idades

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparação da taxa de risco de pobreza entre o total da população e os indivíduos menores de 18 anos, antes e após transferências sociais

Gráfico 2: Taxa de risco de pobreza por agregados com e sem crianças

Gráfico 3: Taxa do risco de pobreza por composição de agregados familiares com crianças dependentes

Gráfico 4: Taxa de risco de pobreza por nível de escolaridade

Gráfico 5: Distribuição das crianças segundo nível de escolaridade dos pais e a privação material e social

Gráfico 6: Distribuição da amostra por sexo e idade

Gráfico 7 - Composição dos agregados familiares da amostra

Gráfico 8 – Níveis de escolaridade dos pais

Gráfico 9 - Situação dos pais face ao emprego

Gráfico 10 – Atribuições estruturalistas por subcategorias

Gráfico 11 - Frequência absoluta de locus de controlo para soluções para sair da pobreza

INTRODUÇÃO

Aceitar as crianças como sujeitos autónomos, não isolados, sujeitos de cidadania com capacidade de participação social é o grande desafio. Ouvir as crianças desfavorecidas sobre as origens da sua pobreza e como elas vêem as soluções possíveis para saírem dessa armadilha e perspetivar uma vida melhor é o objetivo principal deste trabalho.

A pesquisa teve como objetivo ouvir crianças adolescentes, entre os 12 e os 15 anos, que fazem parte de agregados familiares socioeconomicamente desfavorecidos, beneficiários de apoio comunitário e a viver na cidade das Caldas da Rainha. A delimitação geográfica do objeto de estudo está relacionada com interesses de proximidade e por o mestrando, durante 8 anos, ter acompanhado de perto famílias em situação de pobreza nesta cidade enquanto voluntário de uma associação de solidariedade.

O ponto de partida foi o estudo de Leonor Pereira da Costa (2020) “É cada um para o que nasce?: Desenvolvimento das atribuições causais da pobreza infantil e soluções percebidas para a pobreza”. A autora coloca em evidência a hipótese de que, com o avançar na idade, as atribuições da pobreza a causas externas tenderem a prevalecer fruto de um processo de socialização em contexto escolar e familiar. O nosso estudo tenta verificar essa evidência em jovens adolescentes.

Por nos parecer importante manter também um pensamento crítico relativamente aos modelos de intervenção social que as organizações das Caldas da Rainha praticam junto de famílias desfavorecidas, particularmente as que têm crianças nos seus agregados, ao definirmos este objetivo para a estudo empírico pretendemos também dar um contributo para melhores práticas na intervenção junto daquelas famílias desfavorecidas, no combate à pobreza e exclusão social tanto ao nível do poder autárquico como das organizações sociais.

O presente trabalho está dividido em 4 capítulos, que por sua vez se subdividem em seções. Os dois primeiros fazem o enquadramento teórico. O primeiro aborda o fenómeno pobreza na sua generalidade e o segundo especificamente a pobreza infantil.

No primeiro capítulo, intitulado “A Pobreza em geral”, pretendemos associar a multidimensionalidade do fenómeno ao desenvolvimento comunitário e à participação cidadã, relevando a importância de se ouvir as vozes dos pobres. Mais do que nos perdermos nos conceitos e definições, pareceu-nos importante abordar a multidimensionalidade da pobreza sob três áreas científicas: a económica, a sociológica e a psicológica. Pareceu-nos importante fazer uma caracterização dos atores sociais envolvidos no combate à pobreza partindo de um estudo realizado em Portugal. Como forma de explorar as suas implicações práticas, introduzimos o desenvolvimento comunitário e a participação cidadã. Por fim a importância de ouvir os pobres sobre a sua condição e o empoderamento como a estratégia de superar as privações.

O segundo capítulo, intitulado “A Pobreza Infantil”, concentra-se sobre a pobreza infantil na sua especificidade. Tentamos relacionar o bem-estar infantil e a influência do contexto familiar e escolar. Detalhamos ainda a evolução dos programas de combate à pobreza infantil a nível nacional. Como forma de fornecer uma análise mais concreta para o objeto de estudo caracterizamos o diagnóstico social do município das Caldas da Rainha e o estudo da Leonor Pereira da Costa.

O capítulo 3, intitulado “Metodologia”, apresenta a metodologia do estudo. Aqui serão delineados o enquadramento contextual, a problemática em análise, a pergunta de partida e os objetivos da investigação. Além disso é detalhado o contexto no qual a pesquisa foi realizada, o método de investigação e a caracterização do universo em estudo. Falamos também dos instrumentos e técnicas utilizadas para a recolha de dados.

No capítulo 4, intitulado “Apresentação, Análise e Comentário dos Dados, fazemos a apresentação e comentário dos dados. Na primeira seção abordamos os dados sociodemográficos das famílias dos jovens da amostra como forma de relacionar estes dados com as realidades dos jovens. Mas o foco deste capítulo está nas atribuições causais da pobreza, as quais são exploradas em seções específicas sobre os diferentes tipos: fatalista, estruturalista e individualista. De seguida abordamos a persistência da pobreza e as soluções propostas para sair daquela armadilha.

CAPÍTULO 1: SOBRE A POBREZA EM GERAL

Neste capítulo pretende-se fazer uma apresentação da multidimensionalidade da pobreza, e da importância que atores sociais, comunidade e os próprios pobres têm na erradicação do fenómeno.

1.1 – Conceitos e definições de pobreza

Definição e conceito são duas construções sociais que permitem compreender melhor o sentido de determinado fenómeno social. Enquanto conceito a pobreza é uma conceção geral sobre o fenómeno, a definição explica-o e atribui-lhe significado.

Relativamente ao fenómeno pobreza, não existe um conceito único. Contudo, explicitar o conceito de pobreza que adotamos permite obter uma visão mais clara sobre o que se pretende enunciar. A pobreza como fenómeno multidimensional tem tido diversas abordagens que variam de acordo com o contexto, as perspetivas e objetivos dos diferentes estudos. Contudo, os diferentes conceitos de pobreza não os tornam contraditórios, mas complementares. Segundo Pereira (2010, pp.2/3) existe um conceito alargado de que a pobreza está associada à não realização de um *“nível de vida mínimo aceitável por insuficiência de recursos económicos, existindo sempre um elemento de privação material involuntária”*. Para esta autora, podemos enquadrar os diferentes conceitos de pobreza em quatro áreas de acordo com as respetivas abordagens: i) subsistência; ii) privação relativa; iii) capacidades e iv) perceção social de necessidades (Pereira, E., 2010).

Para as Nações Unidas (2022), a pobreza é uma condição humana caracterizada pela impossibilidade de acesso à educação e a outros serviços básicos, cujas consequências vão para além da fome e da malnutrição¹. De múltiplas dimensões, inter-relacionadas e interdependentes, como condição humana, a pobreza não está distribuída aleatoriamente na sociedade. Está associada a grupos de risco e a “modos de vida”, caracterizados por condições de privação, entre outros, ao desemprego, ao trabalho precário, a agregados familiares destruturados e a uma escolaridade reduzida. Por isso,

¹ <https://unric.org/pt/eliminar-a-pobreza/>

a pobreza, para além sustentar uma condição de privação individual, é também um problema social. Os indivíduos que a experienciam estão sujeitos a grandes tensões sociais e familiares que poderão levar a comportamentos autodestrutivos, à perda de identidade social e ao sentimento de pertença à comunidade.

Bruto da Costa, no seu livro “Exclusões Sociais” (2004, pp.18/19) define pobreza como uma dinâmica de privações quando esta resulte da falta de recursos, sendo que “privação” e “falta de recursos”, não são conceitos alternativos e nem sempre de causalidade. São conceitos que se complementam, e a sua continuação tem implicações na dimensão da pobreza, levando a alterações de comportamentos e hábitos que dificilmente se conseguem largar.

Ao reconhecer que *“o pobre está limitado nas suas capacidades e liberdades”*, impossibilitando ou dificultando-o de tomar as suas próprias decisões, nas quais a liberdade é uma condição básica de existência, a pobreza é, assim, também, um problema de Direitos Humanos (Costa, A., 2012, p.23).

Segundo Bruto da Costa (2004, pp.14/15), os indivíduos enquanto atores de relações sociais, em pleno exercício de capacidades, encontram-se inseridos num conjunto de sistemas sociais, uns mais alargados do que outros. Dos mais restritos como é exemplo a família, passando pelos intermédios como os grupos de amigos, aos mais amplos como a comunidade local. Para o autor, existem cinco domínios no conjunto do sistema social básico: o domínio social; o económico; o institucional; o territorial e o de referências simbólicas. Ser pobre é sofrer de alguma privação que não permite aos indivíduos aceder livremente a este conjunto de sistemas sociais. O não acesso a um deles pode comprometer o acesso aos outros.

Na interpretação destas privações, segundo Pereira et al. (2018, p.3) podemos definir o conceito de pobreza sob três perspetivas: (i) a pobreza da subsistência ou pobreza absoluta; (ii) a pobreza das necessidades básicas ou pobreza relativa e (iii) a pobreza como privação das capacidades básicas ou pobreza subjetiva. A primeira a mais grave, relaciona-se com a privação de condições materiais, de falta de recursos para responder ao processo que regula as necessidades físicas vitais à vida. A segunda, conceito mais alargado, considera a sociedade onde o indivíduo se insere, e responde

não só às necessidades físicas básicas como ao acesso a cuidados básicos de saúde, de educação e habitação, e está ligada à distribuição desigual de rendimentos e de oportunidades. Ao conceito de pobreza como privação relativa ou pobreza subjetiva, associa-se a falta de condições para que o indivíduo possa integrar minimamente a comunidade onde reside o que nos leva para a definição de “potencialidades” desenvolvida por Amartya Sen(2003).

Para Sen, ser pobre é estar privado das “potencialidades” que impede alguém de levar a vida que ambiciona (2003, p.101), isto é, por exemplo, ter acesso a serviços básicos, a direitos sociais garantidos, entre outros, privando-se de fazer escolhas livres e exercer direitos de cidadania (p.100). Como “potencialidade” de um indivíduo, entende-se a capacidade para exercer um direito, uma escolha ou a posse de um bem. Assim, as diferentes combinações de potencialidades são formas de liberdades concretas que as pessoas pobres não realizam. Para o autor, existem diversos tipos de privação que concorrem para diminuir ou subtrair a capacidade de viver como queremos, diminuindo assim a perspectiva de liberdade. Liberdade essa que é constituída pelas ações de participação e de decisão - *processo de liberdade* - e pelas condições reais em que as pessoas vivem tanto em termos pessoais como sociais - *condição de liberdade* (p.3). A autora definiu potencialidades [*capabilities*] de uma pessoa como as “*diferentes combinações de funcionamentos cuja realização está ao alcance do seu exercício. A potencialidade é, por isso, uma forma de liberdade: a liberdade concreta de realizar combinações de funcionamento alternativas (ou, dito de outro modo, menos formal, liberdade de levar diferentes estilos de vida* (Sen, 2003, p.89). Se as privações das necessidades básicas não forem removidas, nomeadamente por insuficiência de rendimentos, os indivíduos podem ficar condicionados nas suas escolhas sociais e a viver na condição de pobreza.

O desenvolvimento humano está assim intrinsecamente ligado às oportunidades que, determinado país, oferece á sua população para que os indivíduos possam fazer, livremente, as suas escolhas nos diversos domínios sociais. É uma definição mais alargada, que engloba, para além dos critérios económicos e sociais, critérios culturais e políticos.

Neste trabalho de pesquisa a definição de pobreza adotada é a defendida por Amartya Sen, na qual, embora a condição monetária seja uma das causas principais para a manutenção e agravamento da pobreza, para que os indivíduos possam viver acima do limiar dessa condição precisam de conhecer, saber utilizar e usar os meios à sua disposição, tanto para responder às necessidades básicas como para levar uma vida saudável e socialmente participativa.

1.2 - A Multidimensionalidade da Pobreza

A operacionalização do conceito de pobreza evoluiu assim de medidas unidimensionais, ligadas à privação material, para medidas multidimensionais, assentes nas relações sociais, de territorialidade, no livre exercício de cidadania e no bem-estar social que, segundo a United States Institute of Peace (2009, p.10-162), é definido como:

“Social well-being is an end state in which basic human needs are met and people are able to coexist peacefully in communities with opportunities for advancement. This end state is characterized by equal access to and delivery of basic needs services (water, food, shelter, and health services), the provision of primary and secondary education, the return or resettlement of those displaced by violent conflict, and the restoration of social fabric and community life.”

O primeiro relatório sobre desenvolvimento humano publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi em 1990. Desde essa altura a sua discussão foi-se modificando e contrariando a visão economicista tradicional, no entendimento de que o desenvolvimento é, acima de tudo, um fenómeno associado à evolução do bem-estar social. Quanto maior este for, mais igualitárias serão as sociedades e maior também será esse desenvolvimento (Pereira et al., 2018). A pobreza, “em todas as suas formas e lugares”, deve, por isso, ser combatida, razão porque a sua erradicação é o primeiro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS’s). Nesse sentido, o conceito de pobreza pode ser operacionalizado em diversas dimensões. Neste trabalho optámos por dividir a mesma em três áreas científicas,

porque a ciência continua a ter um papel determinante na sua problemática e na coesão social (Capucha, 2015, p.51). Num primeiro apontamento abordamos a pobreza sob o ponto de vista da economia, que a estuda na perspetiva do rendimento e dos custos monetários, na qual os pobres respondem de forma racional às circunstâncias em que se encontram, tenham ou não o controlo sobre a sua condição. Do ponto de vista sociológico estuda-se o impacto que a circunstância de ser pobre tem nas relações sociais, no comportamento e nos modos de vida. No ponto de vista da psicologia estuda-se a influência do fenómeno no aparelho psíquico do individuo, as suas alterações e condicionamento no pensamento simbólico e criativo.

Nesta divisão, sem prejuízo do contributo de outras áreas científicas, não importa uma cronologia ou ideologia, nem tampouco uma separação das áreas de estudo no combate à pobreza.

1.2.1 – A Dimensão Económica

A dimensão económica é aquela que mais influenciou o desenvolvimento humano. Teve o seu início na revolução industrial e, mais tarde, no aparecimento e desenvolvimento do terceiro setor. A transferência de pessoas das zonas rurais para as cidades e a consideração da força de trabalho como fator de produção, dividiu a sociedade em classes e provocou o desenvolvimento do fenómeno da pobreza.

Sob esta dimensão, a criança pobre não é considerada como um individuo autónomo mas integrado num agregado familiar do qual depende financeira e socialmente, concorrendo em igualdade de circunstâncias com qualquer outro individuo desse agregado.

Segundo a tradição macroeconómica, há duas abordagens sobre a pobreza que se consubstanciam, inicialmente, no acesso às necessidades vitais para a sobrevivência naquilo que Amartya Sen chamou de pobreza “primária” e, mais tarde, nos padrões de vida das sociedades onde os indivíduos estão inseridos, ou seja a pobreza “secundária” (Capucha, 2004, p.89).

No primeiro caso, a pobreza absoluta, de carácter universal e independente do local onde os indivíduos vivem, a determinação da linha de pobreza é baseada nas

necessidades básicas e nos recursos mínimos necessários para a colmatar. Atende-se à fixação de padrões básicos de vida ou de sobrevivência considerados decentes para viver em sociedade, como alimentação, vestuário ou habitação. As medidas necessárias para combater esta dimensão da pobreza, estimam os recursos mínimos para uma família viver com um padrão de vida considerado decente.

No segundo, a chamada pobreza relativa, difere entre sociedades mas tem uma relação direta, uma diferenciação negativa, com a distribuição disfuncional da riqueza e que contribui para o fenómeno das desigualdades. Pressupõe o acesso a necessidades alargadas, mas indispensáveis a uma vida condigna, como água potável, saneamento básico, saúde e educação. O limite da linha de pobreza é calculado com base na mediana do rendimento permitindo um ajustamento ao padrão de consumo da sociedade e ao longo do tempo. Um dos problemas deste enquadramento é que os pobres, independente do rendimento, são sempre considerados pobres (Bastos, 2008)

Com base nestes dois critérios, os limites da pobreza são estabelecidos, separando os pobres dos não pobres com base em princípios de equilíbrio monetário entre rendimentos e despesas. Este limite estabeleceu uma coesão social que assentava no pleno emprego e numa maior equidade na distribuição dos recursos e políticas sociais (Capucha, 2004, pp.34-35), dividindo os pobres em dois tipos: os que trabalhavam e eram merecedores de apoios sociais e os outros. A noção de dignidade humana era muito imperfeita e não era posta em causa a ordem estabelecida (Costa, 2004, p. 37). As desigualdades entre ricos e pobres eram desvalorizadas na ideia em que cada um poderia, em qualquer altura da vida, se tornar pobre ou rico, e na qual a pobreza era vivida de forma aleatória e independente dos rendimentos.

Embora o desenvolvimento humano tenha evoluído com a participação de outras áreas científicas, os indicadores macroeconómicos estão ainda na base das políticas públicas de combate à pobreza, que, segundo Samuelson (1991), tanto podem aumentar a equidade, como criar um conflito entre equidade e eficiência com implicações no produto interno bruto dos países e na perda de competitividade (pp.929/932).

Medir a pobreza apenas sob medidas macroeconómicas quantificáveis, embora seja necessário, deixa de fora algumas extensões de privação e subestima o seu impacto em todas as suas dimensões. Se o desenvolvimento económico tem facilitado o acesso a bens e serviços, causando um efeito progressivo positivo junto da pobreza relativa, também as condições de acesso a esses bens e serviços são condicionadas por uma maior desigualdade entre ricos e pobres, o que faz com que a pobreza se mantenha fortemente persistente na sociedade.

Neste compromisso entre equidade e eficiência, parece-nos relevante ouvir os pobres por forma a considerar o que dizem sobre as causas da origem da pobreza, da sua persistência, e quais as soluções que tornam possível quebrar o ciclo vicioso e fazer sair os indivíduos desta armadilha económica e social.

1.2.2 – A Dimensão Sociológica

Graças ao desenvolvimento de estudos empíricos e científicos, nos quais a determinação das privações se centra na pobreza sentida pelos próprios indivíduos, esta, começou a ser entendida como uma privação relativa ou subjetiva². Ao fazer-se uma abordagem para além da dimensão macroeconómica e assumindo também uma subjetividade sociológica, foi possível questionar preconceitos e estereótipos antigos sobre os pobres. Permitiu ainda identificar fatores estruturais para além do mercado de trabalho, do rendimento ou do PIB, e integrou índices de desenvolvimento humano (OCDE) relacionados com o bem-estar. Alertou para a natureza política do fenómeno e para a sua dimensão humana. Para definir a pobreza já se tinha de considerar um certo nível de conforto e também o desenvolvimento de comportamentos e papéis sociais adequados (Capucha, 2015), considerando elementos psicológicos (externos aos pobres) e expectativas sociais.

Com base nesta abordagem, Giddens (2004, p.318) definiu duas teorias de explicação da pobreza. (i) A da “culpabilização da vítima” que atribuía aos pobres a responsabilidade pela manutenção desta condição e passagem de uma certa “cultura

² O conceito foi utilizado primordialmente para ajudar a explicar os sentimentos de insatisfação dos indivíduos pobres, assim como a identificar desigualdades sociais ou desvantagens comparativas entre grupos sociais (Capucha, 2015).

da pobreza” para as gerações seguintes; (ii) e a “culpabilização do sistema” que atribui à estrutura e às instituições sociais a razão da sua produção e manutenção. A teoria da “culpabilização da vítima” defende que a situação de dependência dos apoios sociais, cria habituação e resignação, dificultando a saída da pobreza, criando condições para a falta de ambição e iniciativas para alterar esse estado. A teoria da “culpabilização do sistema” argumenta que os processos sociais de apoio e combate à pobreza são, eles mesmos, produtores de condições desequilibradas de distribuição de recursos que dificultam a saída da pobreza.

Em ambos os casos, tanto as instituições, como a própria sociedade, criam e mantêm desigualdades sociais e estereótipos, tais como classes sociais, diferenciação de género, grupos minoritários e escolaridade, entre outros, que limitam a mobilidade social. Independentemente destas duas explicações, e da evolução das suas definições, ainda hoje, algum senso comum continua a olhar a pobreza como natural e permanente e a esquecer que a realidade da pobreza abrange famílias que não dependem de apoios sociais mas sim de precários rendimentos do trabalho que não lhes permite sair da condição social desfavorecida (Giddens, 2004).

Surge o conceito de exclusão social enquanto condição de estudo na análise de pessoas e grupos desfavorecidos. No contexto europeu, este aparece apenas nos finais dos anos 90, inicialmente como substituição do conceito de pobreza e depois como processo de marginalização, entendendo-se hoje, que são realidades distintas e que nem sempre coexistem (Costa, 2004, p.10). Contudo é inegável que eles são indissociáveis e que, qualquer deles, não poderá ser isolado do outro. A pobreza pode levar à exclusão social mas nem todos os pobres sofrem de exclusão e nem todos os excluídos são pobres (Costa, 2004, p.19).

Embora tardiamente, a pobreza infantil mereceu também um olhar diferente. Só em 1990, no Congresso Mundial de Sociologia, é que os sociólogos da infância se reuniram pela primeira vez no sentido de considerarem a criança como um ator social, isto é, como um sujeito de direitos (Bastos, 2008, p.7). Para além de se considerar a perceção das crianças e jovens quanto ao seu nível de bem-estar material e subjetivo, a Convenção dos Direitos das Crianças das Nações Unidas (1989) introduziu também um amplo conjunto de direitos fundamentais, consubstanciados nos Direitos Humanos,

sob os quais a pobreza infantil deixa de estar unicamente limitada ao agregado familiar passando a ser também uma responsabilidade dos Estados.

Embora, inicialmente, as teorias sociológicas sobre a pobreza, remetesse muitas vezes o pobre para a estigmatização, para a sua exploração e isolamento, os estudos sociológicos contribuíram para o importância daquilo que Amartya Sen (2003, p.34) chamou de “sentido duplo” no entendimento de que combater a pobreza permite não só melhorar as condições de vida dos pobres mas também, a sua integração e participação, contribuindo para uma sociedade mais desenvolvida, mais justa, e para a realização de novas e melhoras políticas públicas.

1.2.3 – A Dimensão Psicológica

Em grande medida, enquanto indivíduos, somos um resultado, em primeira instância, da genética, e enquanto processo de desenvolvimento individual, da influência sociocultural do ambiente onde nos movimentamos e das experiências vividas que acumulamos. Se a dimensão sociológica aportou à dimensão económica a importância da relação sociocultural, a dimensão psicológica trouxe a importância de relacionar a pobreza com fatores internos ao indivíduo, nomeadamente nos efeitos desta ao nível de funcionamento do cérebro e da tomada de decisão.

Nesta dimensão é importante relacionar fenómenos básicos como os epigenéticos, os psicológicos e os sociais, e compreender os mecanismos através dos quais as consequências psicológicas da pobreza, nos seus processos de privação, implicam alterações significativas do sistema de regulação do stress, provocando desgaste nos diferentes sistemas fisiológicos. Isto é particularmente relevante no que diz respeito aos efeitos da pobreza nas crianças, provocando alterações nos processos normais de desenvolvimento emocional, cognitivo e social. Os custos são elevados, não só para o indivíduo como para a sociedade, quando prolongados no tempo e nas gerações, progredindo naquilo que Zygmunt Bauman (2004) chamou da produção de “resíduo humano”, transformando a pobreza num problema de todos.

Parece-nos importante fazer aqui uma referência à economia comportamental, enquanto ciência experimental, e particularmente no estudo da pobreza enquanto

fenómeno que afeta a tomada de decisão, complementando a abordagem das “potencialidades” de Sen.

A economia comportamental surgiu apenas na segunda metade do século XX, e faz a ligação da psicologia à economia no estudo do comportamento. Aplicada ao estudo da pobreza e do desenvolvimento humanos, permite a explicação de comportamentos individuais subjetivos nos quais, a circunstância de se ser pobre, pode causar barreiras psicológicas que condicionam comportamentos, dificultando a saída da pobreza.

Procura entender os obstáculos psicológicos internos que determinam os comportamentos dos indivíduos pobres que, devido à sua condição, são normalmente irracionais e incorrem em atalhos mentais, como as heurísticas³, levando a vieses cognitivos que têm um impacto importante na persistência da pobreza. Esta abordagem aos fatores internos dos indivíduos, vai de encontro e complementa a abordagem de Amartya Sen sobre a expansão das potencialidades individuais e distancia-se, não excluindo, da abordagem *mainstream* que considera que a pobreza decorrente de fatores externos, como a estrutura social ou a distribuição de rendimentos (Pereira et al. 2018).

Exemplos desses obstáculos intrínsecos são a escassez de autocontrolo⁴; escassez de atenção e escassez de capacidade cognitiva⁵, que afetam as escolhas impedindo-os de tomarem melhores decisões para si e comprometendo o seu futuro. O pobre quando toma uma decisão toma-a considerando a sua situação como única sem atender a outras realidades. A condição de pobre condiciona, em muitas situações, a tomada de decisão, mesmo no caso dos acontecimentos ou oportunidades serem independentes dessa condição (Pereira et al., 2018).

Muitas das vezes o pobre, perante uma oportunidade, não a aproveita porque prefere dedicar o tempo e esforço a situações que sabe conseguir acompanhar, resignando-se à sua condição de pobre. Esta resignação irreversível cria uma sensação de perda e pode fazer as pessoas tomarem escolhas piores. Estes dois viés comportamentais,

³ Estratégias mentais que diminuem o tempo de tomada de decisão

⁴ “Falta de força de vontade, ou a incapacidade de executar planos previamente estabelecidos” (Pereira et al., 2018, p.7)

⁵ “Processo que direciona a atenção e inibe comportamentos automáticos na tomada de decisão” (Pereira et al., 2018, p.7)

acontecimentos e oportunidades, são tanto mais condicionantes quanto mais tempo o indivíduo se mantém na situação de pobreza e mais esta se aproxima à privação de condições sociais básicas.

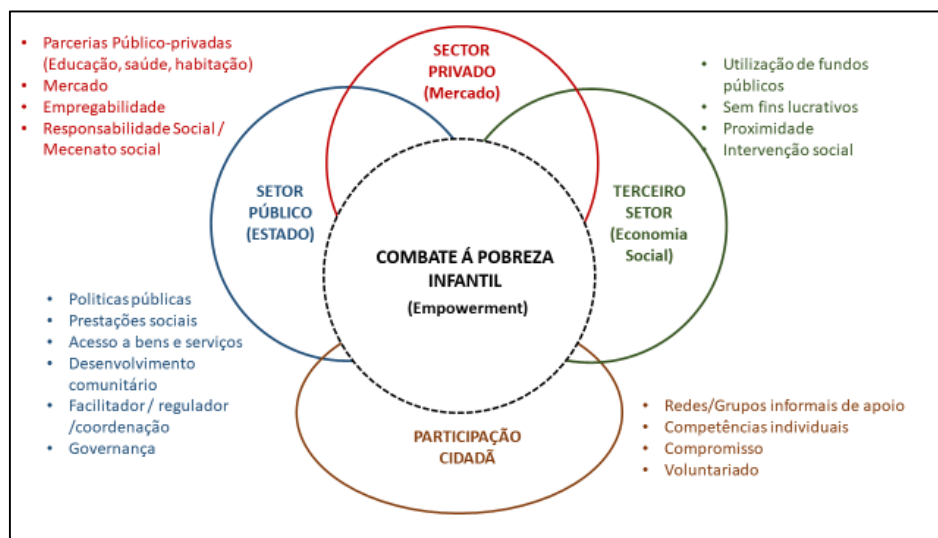
Utilizando a imagem metafórica de Daniel Kahneman (2012: p.31) podemos dividir a nossa forma de pensar em “dois sistemas”. O sistema 1 e o sistema 2. O sistema 1 é o pensamento rápido e instintivo, sem esforço adicional, mais emocional e associativo, logo difícil de controlar. O sistema 2 é o consciente, exige esforço de raciocínio, é mais lento e trabalhoso, por isso, é a maioria das vezes relegado para segundo plano porque as pessoas evitam esse esforço cognitivo. Os estudos da economia comportamental têm evidenciado empiricamente que pequenas mudanças, frequentemente, influenciam muito mais na tomada de decisão do que políticas de incentivos financeiros ou programas de consciencialização (Pereira et al., 2018, p.8). Se procurarmos entender melhor essas pequenas mudanças, com base nos “dois sistemas”, isso possibilita empreender ações ou programas que ajudem realmente os indivíduos pobres a fazer melhores escolhas para quebrar o círculo da pobreza.

1.3 - Caracterização dos atores sociais envolvidos no combate à pobreza

Com a evolução da compreensão do fenómeno da pobreza, nomeadamente naquilo que constitui a sua multidimensionalidade em geral e na especificidade da pobreza infantil em particular, temos assistido a um aumento do envolvimento de outros atores sociais para além do Estado, não só como forma de combater a visão tradicional do estado-providência, colmatar faltas de respostas e também ultrapassar processos burocráticos. É também aceite que as parcerias entre os diversos atores sociais contribuem positivamente para o sucesso de políticas públicas de combate à pobreza e para a criação de novas formas organizadas de solidariedade social a partir da sociedade civil (Estivill, 2008).

Tomando em consideração a literatura, é possível diferenciar os atores sociais que intervêm na luta contra a pobreza em quatro setores: o setor público, o setor privado, o terceiro setor e a sociedade civil (Figura 1).

Quadro 1 - Atores sociais que intervêm na luta contra a pobreza



Fonte: Elaboração própria com base na literatura consultada.

Todos têm importância para a erradicação da pobreza e não faz sentido a intervenção isolada de uns sem considerar os outros. Até porque a multidimensionalidade da pobreza faz com que concorram para a sua erradicação diferentes dimensões como o emprego, a saúde, a educação, entre todos os outros. Pela sua forte dimensão social, o terceiro setor tem vindo a ter uma maior preponderância.

No estudo *“Organizações que lutam contra a pobreza. Critérios de identificação e de intervenção”* desenvolvido pelo Observatório de Luta contra a Pobreza (Estivill, 2008), realizado para a cidade de Lisboa mas que pode ser adaptado para a realidade de outras cidades nacionais, o objetivo foi caracterizar as organizações, ao nível do terceiro setor, que intervêm na diminuição da pobreza em Portugal. Nele foram considerados quatro categorias, umas de iniciativa dos pobres, outras de cidadãos voluntários e outras mistas e uma outra, que engloba as redes e plataformas de apoio e representação das diversas instituições e associações sem fins lucrativos (p.4).

O estudo exclui, situações informais de apoio à pobreza nomeadamente de apoios pontuais realizados por pessoas individualmente e dos esforços que os próprios pobres fazem para sair daquela condição. Por outro lado, reforça a ideia de que as organizações criadas e promovidas pelas pessoas que vivem a situação de pobreza são as que podem permitir uma maior participação e envolvimento (p.15) e mais garantias de coerência e de identificação (p.17). Isto porque quando as pessoas pobres se

organizam, se ligam em rede ou quando criam pontes com outras organizações, da sociedade civil ou do Estado, são capazes de aceder a recursos que de outra forma estariam inacessíveis e por isso participam mais plenamente na sociedade (Narayan, 2000). Na pertinência de dar voz aos pobres, podemos entender “participação” como o processo através do qual as pessoas com interesse legítimo nas causas participam nas decisões, controlo das iniciativas e afetação dos recursos disponíveis.

Mais recente, em 2019, o INE, em colaboração com a CASES - Cooperativa António Sérgio, efetuou o primeiro inquérito ao setor da Economia Social. No estudo, foram consideradas as entidades envolvidas de acordo com a seguinte tipologia; Cooperativas, Associações mutualistas, Misericórdias, Fundações, e outras Associações com fins altruísticos, tendo sido consideradas apenas aquelas que registavam atividade em 2018. A amostra foi de 6.019 entidades e consideradas 3.550 respostas válidas ao inquérito.

Por Economia Social entende-se o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas pelas entidades definidas na tipologia acima que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local, entidades abrangidas pelos Subsetores Comunitário e Autogestionário, integradas nos termos da Constituição no setor cooperativo e social, assim como por outras entidades dotadas de personalidade jurídica que respeitem os princípios orientadores da Economia Social.⁶

Não se deve reduzir a Economia Social apenas ao combate à pobreza. Esta é uma dimensão que intervém e se origina na sociedade civil mas que comporta outras áreas sociais, como o apoio à velhice, ou áreas culturais como a recuperação de património. Ainda assim, o estudo releva características nacionais sobre a organização e atuação das organizações que impactam na eficiência no combate à pobreza.

Segundo o Inquérito ao Setor da Economia Social (INE, 2019) em 2018 existiam no território nacional, 64.134 entidades tipificadas, as quais se distribuíam por todo o

⁶ Lei nº 30/2013, de 8 de maio, Lei de Bases da Economia Social. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/30-2013-260892>

território nacional, com alguma polarização em municípios do interior, e com particular concentração nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Considerando o total de entidades envolvidas, e relativamente à área geográfica de atuação, cerca de 36,8% disseram ter uma intervenção a nível nacional, cerca de 14% a nível regional e apenas 15,5% a nível comunitário (pág.15). Em termos de beneficiários ou clientes, o “público em geral” constitui o principal com 64% de utilizadores e apenas 13,5% do total das entidades identificaram as crianças (até aos 14 anos de idade) e 13,7% os jovens (entre os 15 e 24 anos) como principais beneficiários (pág.17).

Uma outra dimensão importante deste inquérito (INE, 2019) é o trabalho em rede através de ações de partenariado (pág.19/20). De acordo com a tipologia utilizada, 45,4% das Cooperativas não desenvolviam relações de parceria, assim como só 41,8% das Associações com Fins Altruísticos a realizava. As entidades que menos parcerias realizavam eram as Misericórdias com apenas 14,6% a fazê-lo.

Cerca de 90% das entidades não mediam o impacto social junto dos beneficiários.

Uma das condições para que haja parcerias é a capacidade das organizações se abrirem ao exterior. Os dados recolhidos parecem apresentar-se como um paradoxo à prossecução dos objetivos da Estratégia Nacional de Luta Contra a Pobreza, concretamente no eixo estratégico sobre coesão territorial e desenvolvimento local.

Quando analisamos os diferentes atores sociais envolvidos no combate à pobreza, as narrativas são dominadas pelas perspetivas e conhecimentos dos não pobres, não se valorizando as experiências e as perspetivas daqueles que vivem o fenómeno. Ora, se queremos diminuir a pobreza é fundamental sabermos quais as suas causas, nos ajustamentos e/ou eficácia das medidas de combate. Para isso deveremos ouvir aqueles que delas são beneficiários, um princípio básico de realização.

1.4 – Desenvolvimento Comunitário e a Participação Cidadã

1.4.1 – O Desenvolvimento Comunitário. Definição, princípios e implicações metodológicas

O conceito de Desenvolvimento Comunitário surgiu nos anos 60 por via da inadequação dos modelos de trabalho desenvolvidos pelas Nações Unidas junto dos países do Terceiro Mundo na prossecução de uma justiça social para que todos os povos, mesmo os mais desfavorecidos, beneficiassem equitativamente do desenvolvimento. Assenta numa base territorial, tendo como protagonistas as comunidades locais, e tem o contributo de várias disciplinas científicas como a economia (Silva, 1964, p.499), a psicologia, a sociologia e a antropologia cultural. Segundo Carmo (2021), pode ser considerado como uma forma de intervenção social, levando a um propósito para uma mudança planeada com implicações no desenvolvimento do próprio processo e alterações das práticas. (pp.4-5)

Ao longo da evolução histórica do conceito de Desenvolvimento Comunitário emergiram cinco princípios (Carmo, 2021, p.6) (Silva, 1964, p.500):

- O Princípio das Necessidades Sentidas. As necessidades das populações devem estar na base das intervenções e não só as percecionadas pelos técnicos;
- O Princípio da Participação. A necessidade da profunda participação da população no seu próprio desenvolvimento retirando o máximo aproveitamento dos recursos locais, tanto materiais como humanos;
- O Princípio da Cooperação. Atribui o imperativo da eficácia à colaboração e entreaajuda entre todos os atores sociais, sejam públicos ou privados, criando nas populações um espírito de receptividade e cooperação;
- O Princípio da Auto-Sustentação. Os projetos devem poder ser mantidos e controlados pela população, de forma a que sejam equilibrados e sem ruturas, dotados de mecanismos preventivos às alterações ocasionadas;
- O Princípio da Universalidade que defende que as probabilidades de êxito só serão efetivas se o desenvolvimento tiver como alvo a totalidade da

população e como objetivo a alteração profunda das condições que a afetam, tendo em consideração a situação global a transformar e as interações que se criam entre todas as variáveis do processo.

Face à diversidade dos modelos e conceitos que encontramos na literatura, parece-nos particularmente importante, seguindo a estrutura pretendida para este trabalho, a de Amaro (2003) baseada numa metodologia pragmática e que se baseia em três ideias fundamentais: (i) as populações devem participar no diagnóstico; (ii) em primeira instância devem ser as capacidades das populações a responder às necessidades e, (iii) a abordagem aos problemas e soluções devem ser abordados de forma integrada articulando os vários conhecimentos e setores de intervenção (p.52). Para Amaro (2018), independentemente do modelo, existem nove implicações metodológicas no desenvolvimento comunitário: a **territorialidade** no sentido de ser reconhecido e aceite na comunidade; a **participação** ou envolvimento ativo; uma **visão integrada** dos problemas e soluções; o **trabalho em parceria** e articulação entre as instituições e serviços; a **flexibilidade** das ações e dos caminhos; o **planeamento** das ações com a possibilidade de improvisar; a perspetiva contínua da **investigação-ação** de forma interativa e sistemática e a **conjugação de competências** éticas (valores de referência), relacionais e técnicas (p.23).

1.4.2 - A Participação Cidadã. Definição, vantagens, tipologias e limites de participação.

O conceito de participação cidadã surgiu após a Segunda Guerra Mundial, tendo como protagonistas as comunidades e os grupos sociais desfavorecidos, tendo ganho força no final do século XX em razão da crescente insatisfação com as respostas das estruturas sociais e práticas políticas. Assim, os fundamentos primeiros da participação assentam na reivindicação de espaços participativos por parte dos grupos mais desfavorecidos. Entre os múltiplos conceitos para efeitos deste trabalho, importa tomá-la no referencial do desenvolvimento comunitário, reconhecendo ali que a participação cidadã é um instrumento fundamental nas diretivas comunitárias para atingir um desenvolvimento sustentável, nomeadamente na Agenda 2030 que consolidou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nos processos participativos existem algumas escalas de participação que são importantes ferramentas para a sua definição. Não sendo objeto deste estudo compará-las, apresentamos apenas a escala de participação de Arnstein por ser a mais referida na literatura consultada e por nos parecer a mais adequada quando aplicada ao estudo da pobreza. Arnstein (1969), citado por Pinto (2011, p.24) diferencia oito níveis de participação que vão da não-participação ao envolvimento elevado e controlo do poder por parte da população. A um nível de maior controlo sobre os cidadãos correspondem níveis mais baixos da participação e vice-versa.

Os níveis mais baixos são a **manipulação** e a **terapia**. Correspondem à não-participação, nos quais a população apenas recebe *inputs* daqueles que detêm o controlo, com a intenção de moldar ou alterar a opinião dos cidadãos.

No nível intermédio existem os níveis da **informação**, **consulta** e **apaziguamento**, por ordem crescente de participação, em que se verifica uma *pseudo-participação* no sentido de que a informação prestada se refere aos processos, podendo a população expressar opiniões, no caso das duas primeiras sem garantias de serem atendidas ou poderem influenciar a tomada de decisão no nível seguinte. Nestes níveis o controlo do poder ainda se mantém nas mesmas pessoas ou instituições.

Por fim temos os níveis da **parceria**, a **delegação de poder** e o **controlo dos cidadãos**, sendo que no primeiro já existe um certo controlo do poder por parte dos cidadãos por via da negociação e no segundo e terceiro há o controlo efetivo do poder.

Nesta escala, a participação tem por objetivo a influência das decisões. Contudo, não se pode considerar um nível ascendente de desejabilidade prática na medida em que nem sempre o controlo do poder efetivo dos cidadãos corresponde ao nível mais apropriado de participação (Lima, 2014, p.16). O que nos permite entender é que, independentemente do seu nível, a participação é desejável e tem resultados positivos, e que os processos participativos promovam processos “interativos” construídos numa dialética e num “paradigma de desenvolvimento compartilhado” entre atores do setor público, privado e organizações sociais e a sociedade civil organizada para que exista uma visão mais alargada dos problemas e se encontrem as soluções mais adequadas (Jara,1998: p.178).

Na perspectiva deste trabalho, a participação cidadã deve ser vista como um instrumento de coesão social do desenvolvimento comunitário, de promoção e articulação entre atores sociais com objetivos e interesses comuns por forma a melhorar a qualidade das decisões e implementação de ações e projetos de combate à pobreza (Bandeira, 1999, p.31).

Segundo o relatório do Banco Mundial (2000-2001), a participação é uma condição essencial para a inclusão dos pobres nas comunidades e para a melhoria da toda a vida comunitária, permitindo que os pobres tenham maior influência e controlo sobre as suas vidas, melhorando a implementação e adequação dos projetos, assumindo estes uma maior transparência e responsabilidade de todos (p.91).

No mesmo sentido, Bandeira (1999) refere que há cinco argumentos a favor da participação (p. 10): a **necessidade de ouvir os pobres** em todas as fases dos projetos por forma a assegurar que estes sejam sustentáveis e eficientes; a importância do **envolvimento e da participação cidadã** no combate à corrupção no setor público através da exigência para uma boa *governança* e implicação no desenvolvimento participativo; a **vinculação da participação** à acumulação do capital social contribuindo para colmatar assimetrias no desenvolvimento; as **conexões** que se estabelecem entre a participação e a formulação e implementação de políticas públicas e, por último, a importância da **participação na formação e consolidação de identidades comunitárias** que agregam vontades entre todos os atores sociais.

Das considerações expostas, algumas perspectivas sobre as práticas de participação podem ser consideradas. Uma das que nos parece importante, no entendimento da participação como um meio, é a relação de confiança que se deve estabelecer entre todos os atores sociais (figura 1) como motor para a uma maior eficácia na acumulação de capital social, este no sentido dado por Bourdieu⁷, que o define como o agregado de recursos ligados à posse de uma rede de contatos duráveis de relacionamentos, formais ou informais, reproduzindo relacionamentos duradouros e uteis que podem garantir ganhos materiais ou simbólicos.

⁷. [https://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_\(sociologia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Capital_(sociologia))

Entendendo-se a participação como um fim, é o desenvolvimento das capacidades, aquisição de competências e experiências, por parte de toda a comunidade para a identificação correta dos problemas e apresentação de soluções diferenciadas e adequadas que levem a tomadas de decisão (*empowerment*) que reforcem a cooperação e esbatam desigualdades (Lima, 2014) (Bandeira, 1999). Ademais, a participação cidadã, constituindo-se um dos fundamentos da democracia, deve possibilitar o envolvimento ativo dos pobres em geral, e das crianças em particular, na legitimidade de uma cidadania ativa, reivindicação dos seus interesses e controlo das suas vidas.

1.5 – A Pobreza na Perspetiva das Pessoas Pobres

Segundo Narayan et al. (2000) do ponto de vista dos pobres, a pobreza, é muito mais do que apenas a pobreza material e todas as dimensões contribuem para a sensação de falta de liberdade de escolha e de ação. Segundo os autores, os critérios mais importantes que as pessoas pobres consideram nas instituições, formais e informais, são a qualidade das relações, os comportamentos valorizados e a confiança, sendo, dentre estes três, a qualidade dos relacionamentos a que é mais valorizada.

Entende-se por qualidade das relações a forma positiva ou negativa com que as pessoas pobres sentem satisfação na relação com pessoas significativas na resposta às suas necessidades de ajuda. Dentro deste foco relacional de atenção estão incluídas a confiança, a participação, a responsabilidade, a união e a capacidade de resolver conflitos e necessidades, características importantes para que seja eficiente a capacidade de resposta, se estabeleça um ambiente de honestidade e justiça assim como comportamentos positivos de relacionamento.

Dado que as dimensões (política, social, económica e comportamental) estão interligadas, a falha numa delas pode causar graves prejuízos às outras, mantendo o pobre num estado de privações múltiplas. Cada caso é um caso dado que nem todas as dimensões se aplicam a todos os casos mas todas perduram a maior parte do tempo que um individuo se encontra na armadilha da pobreza. Quando se aborda as instituições que lutam contra a pobreza, na perspetiva das pessoas pobres, elas são *desarmadoras e excludentes* e mesmo as próprias organizações dos pobres são fracas e

estão desligadas devido à falta de informação, de educação, de aptidões e de confiança.

Nas relações positivas que os pobres estabelecem com as instituições, a necessidade de serem ouvidas nas suas preocupações, a par com a falta de informação sobre o seu funcionamento, subsistem como principais problemas de relacionamento. Por esses motivos os pobres sentem-se excluídos e sem nenhuma influência sobre decisões que impactam no controle das suas próprias vidas e numa serie de critérios comportamentais tais como: não compreensão das suas necessidades, falta de respeito e atenção e sentimentos de discriminação, entre outros.

O relatório do Banco Mundial (2000/2001) e o estudo transversal de Deepa Narayan (2000), apesar de se tratar de dois estudos realizados em contextos diferenciados, têm dois elementos comuns que estão na base da exclusão das pessoas pobres: a ausência de voz e o sentimento de impotência.

1.6 – A Participação dos Pobres e o Empoderamento

Empowerment is the expansion of assets and capabilities of poor people to participate in, negotiate with, influence, control, and hold accountable institutions that affect their lives.

Deepa Narayan

O termo *empowerment* ou empoderamento tem diferentes significados dependendo dos diferentes contextos socio culturais e não se traduz facilmente em todas as línguas. No seu termo inglês, significa “1 to give official authority or legal power to (somebody). 2 to give (somebody) the strength and confidence to act on their own initiative” (The Penguin English Dictionary, 2007). Em português significa “acto ou efeito de dar ou adquirir poder ou mais poder” (Priberam Dicionário online consultado em 26/04/2023).

Este é um conceito que, na sua ambiguidade, pode ser entendido tanto individualmente como em grupo. É utilizado em várias áreas do conhecimento e

destina-se a melhorar a qualidade de vida e dignidade humana tanto das pessoas pobres como dos grupos de risco (Baquero, 2006, p.174).

Ao nível individual, o conceito aplica-se aqui numa perspetiva intrapessoal, e diz respeito ao desenvolvimento de constructos (p.e. a auto estima e a confiança) para incentivar e reforçar a participação e tomada de decisão tanto nos processos que determinaram as suas vidas como no desenvolvimento de perceções ecológicas dos contextos social, política, afetiva, e económica.

Ao nível grupal, no sentido de comunidade, o conceito permite a “*conscientização*” e/ou reforço de capacitações para o exercício dos “*direitos cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado.*”. (Baquero, 2006, pp.176/178). Este conceito reforça a ideia que os grupos vulneráveis, com objetivos comuns, adquirem uma maior capacidade para influenciar decisões públicas e defender os seus direitos e que, no seu sentido mais amplo é a expansão da liberdade de escolha e de ação.

No mesmo sentido, Amaro (2003), define o empoderamento como um processo de “*reforço [ou aquisição] de capacidades, competências ou poder*” que pré-condiciona o exercício dos direitos de cidadania e de participação (p.58). Capacidades que são inerentes às pessoas e cujo desenvolvimento e reforço aumentam o bem-estar, a segurança e a autoconfiança, possibilitando desenvolver autoridade e controlo sobre os recursos disponíveis e as decisões que afetam as suas vidas (Narayan et al, 2000).

Para Amartya Sen (2003) as capacidades (capability) representam as liberdades substantivas de um individuo, isto é, as reais possibilidades que cada um possui para viver de acordo com as suas conceções de bem-estar. Nesse sentido, empoderar as pessoas pobres significa considerá-las o recurso mais importante, tratando-as com dignidade e respeito, assentando o processo de desenvolvimento nas suas competências, nos seus conhecimentos, valores e motivações para resolver problemas e gerir recursos, a fim de sair da armadilha da pobreza. O empoderamento permite a expansão dessas capacidades, possibilitando aos indivíduos serem livres para viver na posse não só dos recursos e direitos, como terem acesso aos meios para exercer essa liberdade. Nesse sentido, *empowerment* é um processo, dinâmico e sistemático, que fortalece direitos permitindo o desenvolvimento das suas “potencialidades”, por forma

a aumentar “liberdades” para poder fazer escolhas, tomar decisões autónomas e informadas, ultrapassar privações e prosseguir o tipo de vida futura que valorizam, para influenciar, conquistar e ampliar espaços pluridimensionais de atuação. Segundo o autor, para que o processo de *empowerment* seja eficaz, o individuo pobre deverá conseguir ultrapassar a perceção que tem sobre si mesmo.

Dentro das inúmeras abordagens de empoderamento que todos os atores sociais, envolvidos no combate à pobreza em diversos contextos, praticam no sentido de capacitar as pessoas pobres, há quatro características que se mostram comuns nesse processo e que, embora indicados individualmente, estão estreitamente interligados e cuja eficácia depende da sua subsidiariedade como princípios de organização social (Narayan, 2002):

- i. Para que as pessoas pobres se sintam cidadãos de plenos direitos e deveres o **acesso à informação** é fundamental e deve ser bidirecional no sentido que deve fluir tanto das instituições para os cidadãos como destes para as instituições. Sem o acesso a informação essencial, simples e compreensível é impossível para as pessoas pobres tomarem decisões fundamentais para a sua vida por forma a saírem da pobreza e a tornarem-se cidadãos ativos. Por informação entende-se não só os programas governamentais de combate à pobreza mas também as discussões públicas, a cultura e tudo o que pode proporcionar o aparecimento de movimentos participativos e inclusivos;
- ii. A par do acesso à informação é fundamental que as pessoas pobres sejam **incluídas e participem** nas tomadas de decisão, na implementação e controlo dos processos. Só assim elas sentem um retorno efetivo das suas preocupações e aliviam aquilo que se pode tornar mais um custo para a sua vida que é a exclusão social.
- iii. Um sentimento comum que liga as pessoas em situação de pobreza é a sensação de que as suas vozes não são ouvidas por aqueles que têm a responsabilidade de implementar processos e encetar ações de ajuda. **Responsabilização** (accountability) refere-se à capacidade que as pessoas pobres adquirem para chamar à responsabilidade essas pessoas e denunciar situações de abuso de poder seja ele político, administrativo ou público e que essas vozes de protesto não sejam silenciadas ou desvalorizadas contribuindo assim para um melhor desempenho.

iv. Uma das formas que as pessoas pobres utilizam para resolver problemas do dia-a-dia é recorrerem a outras pessoas pobres constituindo-se, por vezes, em grupos informais. Sabemos que as comunidades formalmente organizadas têm maior probabilidade não só de se fazerem ouvir como de verem satisfeitas as suas reivindicações. Desenvolver nas pessoas pobres uma **capacidade de organização local** é dotá-las de competências para se organizarem, trabalharem em conjunto e saberem mobilizar os recursos necessários para resolver os problemas de interesse comum.

Se queremos diminuir a pobreza é fundamental sabermos quais as suas causas, nos ajustamentos e/ou eficácia das medidas de combate. Para isso deveremos ouvir aqueles que delas são beneficiários, um princípio básico de realização.

CAPÍTULO 2 – A POBREZA INFANTIL

Neste capítulo pretende-se abordar conteúdos mais específicos da pobreza nas crianças não se pretendendo uma individualização dos mesmos face à pobreza em geral. Daí algumas vezes se utilizar a palavra pobreza em vez de pobreza infantil.

2.1 – Medir a pobreza infantil

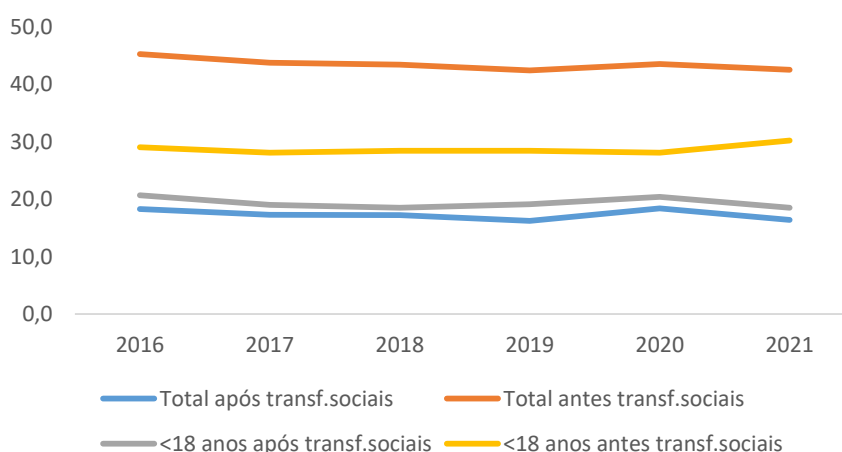
A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada em 1989 pela ONU, evidencia os principais direitos civis, políticos, económicos e culturais das crianças. Direitos que assentam em quatro pilares: a não discriminação, a salvaguarda do interesse superior da criança, o acesso a serviços básicos e o respeito pela sua opinião. A conceção defendida no documento situa a criança como um sujeito ativo e não apenas dependente do seu agregado familiar.

Medir a pobreza infantil apresenta uma especial complexidade, e controvérsia, por várias razões. Uma delas tem a ver com o facto de se considerarem na pobreza infantil todos os indivíduos com idade até aos 17 anos, sem tomar em consideração as

necessidades e especificidades das privações nas diferentes fases da vida ⁸. Outra das razões é por se considerar a criança pobre, não como um indivíduo autónomo, de características e necessidades específicas, mas integrado num agregado familiar do qual depende, financeira e socialmente, concorrendo em igualdade de circunstâncias com qualquer outro indivíduo desse agregado. Uma outra razão é o facto dos apoios sociais para minimizar o problema da pobreza infantil serem integrados em apoios às famílias, baseados num limiar de rendimentos que separa os pobres dos não pobres, sem carácter universal, o que limita, por si só, esses mesmos apoios (Diogo, 2018,p.10).

Dos estudos efetuados em Portugal, sobre políticas de apoio à pobreza infantil, há um nível baixo de benefícios dos apoios sociais nas crianças e cujos impactos são relativamente limitados (Alves, 2022). O mesmo pode ser confirmado no Gráfico 1 que toma em consideração a taxa de risco da pobreza no total da população e nas crianças com idade menor do que os 18 anos. Verificamos que o impacto destas na pobreza infantil é muito reduzido, demonstrado pela menor diferença das linhas gráficas para os menores de 18 anos, antes e após as transferências sociais.

GRÁFICO 1 - Comparação da taxa de risco de pobreza entre o total da população e os indivíduos menores de 18 anos, antes e após transferências sociais



Fonte: INE, EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2016-2021

⁸ A partir do EU-SILC 2007 são consideradas "crianças dependentes", todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes (INE) https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005382&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt

Sobre o diagnóstico da problemática da pobreza infantil, podemos considerar que esta assenta em duas abordagens: a pobreza monetária e a multidimensional (Bastos, 2015).

A abordagem monetária considera que uma criança é pobre quando esta se encontra inserida num agregado familiar cujos rendimentos se encontram abaixo do limiar de risco de pobreza, atualmente definida em 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, no qual, é atribuído um ponderador de 0,3 para cada criança⁹. Atualmente, em Portugal, o limiar da pobreza é de 6.653€ anuais. Sendo esta uma medida monetária, significa que uma redução no rendimento das famílias tem consequências no aumento das privações e redução do bem-estar das crianças, não só a nível material como social, em igualdade de oportunidades, à diminuição de expectativas futuras e a vida socialmente participativa.

Segundo dados do ICOR 2022, no ano de 2021¹⁰, cerca de 16,4% da população portuguesa estava em risco de pobreza, menos 2% relativamente a 2021. Dados que impactam na pobreza infantil que assumiu também uma diminuição de 1,9% passando de 20,4% para 18,5% (valores considerados após transferências sociais), isto é, em crianças dependentes a viver em agregados familiares com um rendimento inferior a 60% do rendimento mediano por adulto equivalente, que em 2021 era de 554€ mensais.

Relativamente à abordagem multidimensional, que permite compreender melhor a pobreza infantil, o Eurostat, considera treze itens¹¹ de privação, sete dos quais relacionados com o agregado familiar e seis individuais.

Os sete indicadores recolhidos ao nível do agregado familiar aplicam-se, por igual, a todos os indivíduos, adultos e crianças, que vivem em comunhão de mesa e habitação. Os seis indicadores recolhidos individualmente, são apenas para aqueles que têm

⁹ A escala adotada pelo Eurostat considera que o primeiro adulto do agregado familiar tem um ponderador de 1, o segundo e restantes membros, com idade superior a 14 anos, de 0,5 e cada criança de 0,3 (até aos 13 anos inclusive).

¹⁰

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=541059446&DESTAQUESmodo=2

¹¹ [https://ec-europa-eu.translate.google/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_statistics_on_income_and_living_conditions_\(EU-SILC\)_methodology_-_material_deprivation_by_dimension&x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-PT&x_tr_pto=sc](https://ec-europa-eu.translate.google/eurostat/statistics-explained/index.php?title=EU_statistics_on_income_and_living_conditions_(EU-SILC)_methodology_-_material_deprivation_by_dimension&x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-PT&x_tr_pto=sc)

idade igual ou superior a 16 anos, assumindo-se, para as crianças, uma estimativa em que “se pelo menos metade do número de adultos não possui um item, então as crianças que vivem nesse domicílio são consideradas como privadas desse item”. A criança não se estabelece assim como uma unidade de observação autónoma, constituindo o agregado familiar a medida de referência (Bastos, 2015, pp.111/112). Esta relação de dependência, muitas vezes, não corresponde à realidade porque a “pobreza infantil não coincide necessariamente com a pobreza da família” (Bastos et al., 2008, p.9).

O Quadro 2 mostra as percentagens de crianças relativamente a cada um dos índices de privação.

QUADRO 2 - Índices de privação de pobreza infantil

Índices de privação agregado familiar		Índices de privação Individuo	
Privação material e social ao nível do agregado nas crianças com < 16 anos		Privação material nas crianças com < 16 anos	
Enfrentar despesas inesperadas	29,5%	Sem possibilidade de férias, pelo menos uma vez por ano	15,5%
Pagar uma semana de férias	27,7%	Substituir roupas desgastadas	4,3%
Enfrentar atrasos de pagamento	9,3%	Sem possibilidade de participar regularmente numa atividade extracurricular ou de lazer	9,7%
Pagar uma refeição de carne, frango, peixe ou equivalente vegetariano a cada dois dias	1,4%	Sem possibilidade de celebrar ocasiões especiais	1,6%
Manter a casa adequadamente	10,1%	Sem possibilidade de participar em viagens e atividades escolares não gratuitas	6,6%

Ter acesso a um carro/van para uso pessoal	3,5%	Reunir-se com família/amigos para uma bebida/refeição pelo menos uma vez por mês	1,5%
Substituição de móveis desgastados	33,6%		

Fonte: Adaptado Eurostat e dados INE, EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) 2021

Segundo os dados do ICOR de 2021¹² (Quadro 3), 10,6% da população com menos de 16 anos viviam a agregados familiares em privação material e social, sendo 5,1% casos de privações severas.

QUADRO 3 – Taxa de privação material e social na população com menos de 16 anos

		Unidade: %
		2021
Taxa de privação material e social		
Total		13,5
População com menos 16 anos		10,7
Taxa de privação material e social severa		
Total		6,0
População com menos 16 anos		5,1

Fonte: INE, EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - 2021

Dos grupos de risco, as crianças parecem ser aquele que é mais atingido pelas condições de pobreza, nomeadamente em tempos de crise económica como a crise do *subprime* em 2008 e das dívidas soberanas a partir de 2011 (Bastos, 2015, p.101), sendo que, em Portugal, a pobreza infantil faz-se sentir nesse período com mais relevância (Bastos, 2008, p.8).

A pobreza infantil continua a ser um problema grave, não só na União Europeia, como em Portugal, onde as crianças são das que permanecem mais tempo na condição de pobreza. Situação que compromete o seu futuro quanto às oportunidades de acesso a

¹²

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=544260133&DESTAQUESmodo=2

uma vida de bem-estar, como estimula o ciclo de transmissão intergeracional da mesma (Bastos, 2015, p.105).

Para além da permanência, as crianças são o grupo onde se verifica uma maior proporção de indivíduos na situação de pobreza mais gravosa como a pobreza persistente e recorrente, trajetórias classificadas de acordo com a European Commission (2012). Pobreza persistente significa que o indivíduo se mantém na pobreza durante todo, ou quase todo, o período observado. Pobreza recorrente significa que o indivíduo passa por vários períodos de pobreza e não pobreza e pobreza transitória na qual o apenas experiência curtos períodos de pobreza (Bastos, 2015, p.108, nota 8).

O risco de pobreza não atinge todos os grupos da população da mesma forma. Segundo os dados ICOR 2021, publicados em janeiro de 2023¹³, quanto mais baixo o nível de escolaridade maior é a taxa de risco de pobreza. De igual forma, a taxa de pobreza é superior nas famílias monoparentais com crianças.

2.2 – Sobre o bem-estar infantil

Na perspetiva de Amartya Sen (2003) sobre bem-estar, liberdades e potencialidades (pp.88/90), a pobreza infantil pode ser encarada como uma situação de privação nas diferentes dimensões do bem-estar nas crianças, que condiciona escolhas e limita capacidades, essenciais para um crescimento saudável e uma garantia futura de uma sociedade mais equilibrada.

Não existindo um conceito único de bem-estar, a mesma reveste-se de ampla abstração e subjetividade devido ao amplo conjunto de dimensões e divisão de perspetivas em situação. Parece-nos importante associar o bem-estar das crianças à Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC) na medida em que estes são necessários para a boa qualidade de vida, seja do ponto de vista material e emocional seja a estabelecerem relações sociais estáveis.

13

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=541059446&DESTAQUESmodo=2

Esta convenção, adotada em 1989 pela ONU, evidencia os principais direitos civis, políticos, económicos e culturais das crianças. Direitos que assentam em quatro pilares: a não discriminação, a salvaguarda do interesse superior da criança, o acesso a serviços básicos e o respeito pela sua opinião. A conceção defendida no documento assenta na criança como um sujeito ativo e não apenas dependente do seu agregado familiar. Neste sentido, desenvolvimentos recentes deram uma nova contribuição para a perceção da criança como um pleno cidadão, com direito de participação cívica e incluídos em contextos sociais dos quais a abordagem tradicional os excluía (Pechtelidis, 2021).

Seguindo esses princípios, quando falamos de bem-estar infantil, reportamo-nos não só à realização desses direitos como ao acesso a todas as oportunidades para que a criança possa ser aquilo que deseja. Importa pois tomar a criança como enfoque principal, considerando-a um ator social, com capacidade de expressar os seus pontos de vista, as suas prioridades e valorações. Isto é, tomar em consideração a diversidade ecológica dos contextos (Sarmiento, 2010, p.22).

Num estudo realizado por Amélia Bastos, Graça Fernandes, José Passos e Maria João Malho (Bastos et al., 2008), a pobreza infantil é analisada como um estado de privação, que contribui para a diminuição do bem-estar, em áreas relacionadas com o agregado familiar, a educação, a saúde a habitação e a inserção social. O bem-estar da criança parece ser fortemente influenciado pela composição e rendimento médio do agregado familiar, a sua escolaridade e com a desigualdade social percebida, acompanhada com processos de estigmatização e exclusão.

2.3 – O contexto familiar e educação

A pobreza é um fenómeno coletivo. Neste sentido quando se fala em pobreza infantil associa-se esta ao contexto familiar. A criança é pobre porque vive no seio de um agregado do qual depende material e não materialmente.

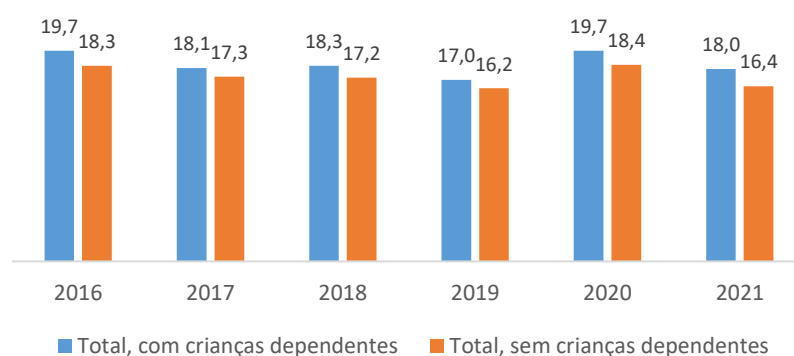
De entre as diferentes dimensões que implicam a vivência da criança no contexto de vulnerabilidade e pobreza, o contexto familiar é um dos que mais contribui para o

bem-estar infantil porque se constitui como o espaço principal de crescimento e socialização com influência nas escolhas e participação social.

Um dado relevante para se abordar a pobreza infantil é comparar a taxa de pobreza nos agregados familiares, com e sem crianças dependentes, permitindo identificar aqueles que são mais vulneráveis ao fenómeno. Para efeitos de composição de agregado familiar, a partir do EU-SILC 2007¹⁴, são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Nos últimos cinco anos, verificamos um incremento consistente na taxa de risco de pobreza nos agregados com crianças face aos agregados sem crianças. A presença de crianças nos agregados familiares está associada a um persistente aumento do risco de pobreza.

GRÁFICO 2 - Taxa do risco de pobreza entre agregados familiares com e sem crianças



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2016-2021, após transferências sociais

Ao nível da tipologia dos agregados com crianças dependentes, são consideradas as famílias monoparentais, nas quais existe apenas um adulto com uma ou mais crianças, e aquelas em que existem dois adultos com uma, duas, três ou mais crianças. São ainda considerados, outros tipos de agregados com crianças.

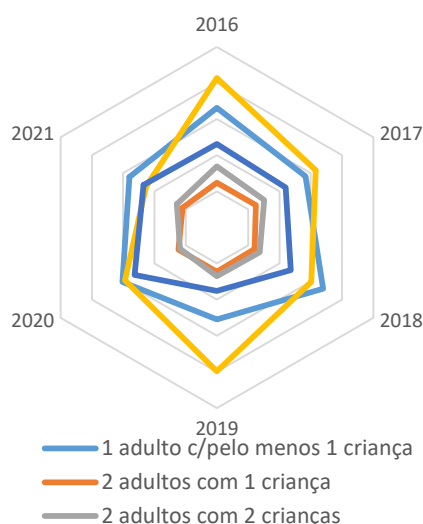
Há duas tipologias onde a pobreza se revela com maior intensidade e persistência: nas famílias monoparentais e nas famílias com 3 ou mais crianças. Nas primeiras a pobreza poderá estar relacionada com aspetos de precária empregabilidade dificultada pela

¹⁴ European Union Statistics on Income and Living Conditions

presença de um menor dependente e nas famílias numerosas poderá significar uma distribuição mais abrangente do rendimento familiar (Bastos, 2008, p.10).

O gráfico 3¹⁵ apresenta a taxa de risco da pobreza, nos últimos cinco anos, pelos diferentes tipos de agregados com crianças dependentes.

GRÁFICO 3 - Taxa do risco de pobreza por composição de agregados familiares com crianças dependentes



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2016-2021, após transferências sociais

O desenvolvimento humano está sujeito a vários fatores de risco nos quais o ambiente familiar desempenha uma importância crucial no processo de desenvolvimento infantil. Segundo a teoria bioecológica de Bronfenbrenner, o indivíduo é inseparável do contexto social, verificando-se uma interferência mútua que afeta o desenvolvimento pessoal. Nesta relação, o autor, identifica níveis de influência ambiental, inter-relacionados, nos quais a família faz parte do nível relacional mais íntimo, o microssistema (Papalia, 2013, p. 68). O ambiente familiar é, assim, um dos fatores que mais influencia o desenvolvimento da criança.

Uma das dimensões que afeta o ambiente familiar é a situação económica da família que contribui decisivamente para o bem-estar do agregado e da criança em particular. Baixos rendimentos dos pais condicionam as condições de vida e o desenvolvimento

15

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=544260133&DESTAQUESmodo=2

integral das crianças. Numa família socioeconomicamente desfavorecida, o desenvolvimento de uma criança pode ser negativamente influenciado por essa situação de pobreza monetária, no curto e longo prazo, facilitando a propensão para o aparecimento de problemas emocionais e comportamentais, que se podem prolongar na vida adulta (Sarmiento, 2010, pp. 20/21). Simultaneamente, pode criar pressão sobre o exercício da parentalidade no ambiente familiar prejudicando a “relação proximal” entre pais e filhos e a normal participação ativa destes com os seus pares e o meio ambiente global (Papalia, 2013).

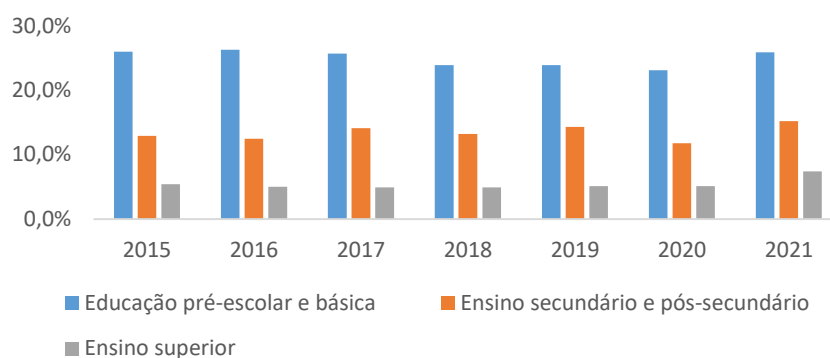
O desenvolvimento e bem-estar das crianças são indubitavelmente condicionados e influenciados pelo contexto familiar, não só pelo nível de rendimento familiar como pela dimensão e composição do agregado.

Vários estudos desenvolvidos pela Unicef (cit. Capucha, 2015, p.89) sugerem que uma situação monetária precária limita a criança nas suas atividades sociais, no acesso a diferentes recursos essenciais para o exercício de direitos fundamentais e inclusão social. No mesmo sentido, Sen (2010, pp.29/30) defende que um nível baixo de rendimento condiciona a expansão de capacidades individuais, dificultando que as crianças possam levar a vida que valorizam.

Uma outra dimensão que é influenciada pelo contexto familiar é o nível de escolaridade porque comporta a aquisição de competências futuras para quebrar o ciclo da pobreza e aspirar a melhores oportunidades

Existe uma forte relação entre pobreza e educação (Bastos, 2008, p.12). Dados do ICOR (2016-2021) comprovam que quanto maior for o nível de escolaridade menor é a taxa de pobreza.

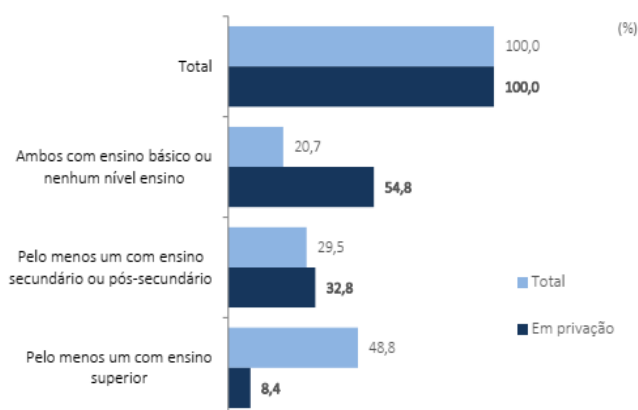
GRÁFICO 4 - Taxa de risco de pobreza por nível de escolaridade



Fonte: Pordata, INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, Portugal 2016-2021

Evidenciando também que, quanto mais avançada é a escolaridade dos pais, menor é a percentagem de crianças que se encontram em privação material e social e melhor é o seu rendimento escolar.

GRÁFICO 5 - Distribuição das crianças segundo o nível de escolaridade dos pais e a sua relação com a privação material e social



Fonte: INE, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, ICOR 2021, após transferências nacionais

Em ambas estas dimensões, contexto familiar e escolaridade, a situação de pobreza tem um impacto considerável no desenvolvimento da criança, nomeadamente nas vulnerabilidades sociais que advêm do sentido de pertença a um grupo social marginalizado e excluído.

O contexto familiar define a relação que se estabelece entre pais e filhos e faz com que estes construam uma ideia não só do que os outros pensam deles como modelam o que eles pensam de si próprio. A pobreza é um fator que condiciona a forma como as

crianças pobres constroem a sua visão do mundo e que validam como uma identidade de grupo. Quando se experiencia a situação de pobreza, o sentimento de pertença a uma família pobre bem como aos círculos sociais que a influenciam e suportam, tendem a fechar a criança no limite dessa condição, levando, por um lado, à resignação e desânimo e por outro à estigmatização e exclusão social (Capucha, 2004, p.88). Quando se nasce pobre as desigualdades pré-existentes são reproduzidas pelos hábitos e rotinas familiares centradas no presente e na instabilidade dos modos de vida (Silva, 2015, p.30).

O conceito de desigualdade social, que não se pretende desenvolver neste trabalho, aponta para a desequilibrada distribuição dos rendimentos, na qual o Estado tem um papel dualista. Por um lado tem de criar incentivos para apoiar o desenvolvimento económico, implicando concorrência, acumulação de riqueza e apropriação privada de bens, entendendo-se por bens as coisas, pessoas, qualificações, lugares e posições sociais, ideias, relações sociais (Silva, 2015, p.39). Por outro não pode deixar de criar condições para a redistribuição da riqueza com vista à diminuição das desigualdades, mais premente quando se trata da pobreza infantil. Ambas são inevitáveis no domínio do combate à pobreza. Mas o combate à pobreza não se esgota no sentido de transformar as instituições mais inclusivas ou em políticas públicas mais eficazes mas também no envolvimento das comunidades.

2.4 – Evolução dos principais programas nacionais de combate à pobreza infantil

Neste subcapítulo pretende-se fazer um breve enquadramento dos programas públicos de combate à pobreza e a sua evolução em face da pobreza infantil.

O Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLCP), lançado em Março de 1990¹⁶ como resposta às preocupações de muitas organizações internacionais, nomeadamente a Organização Internacional do Trabalho, definia uma matriz de referência que apresentava alguns princípios metodológicos dos quais se destacava:

¹⁶ <https://on.eapn.pt/cronologia/>

- a) uma visão multidimensional da pobreza por forma a criar estratégias integradas de intervenção não só para promover o conceito de cidadania mas também do exercício pleno dos direitos civis e sociais;
- b) a importância de estabelecer parcerias entre os diferentes atores sociais por forma a contrariar as respostas tradicionais com base na sua segmentação e isolamento e;
- c) o incentivo à participação ativa das comunidades envolvidas numa lógica de desenvolvimento local e social, baseada no primado de que a mudança deveria ter como protagonista as pessoas pobres.

Para o PNLCP a mobilização no combate à pobreza deveria fazer-se através da mobilização coletiva tendo como principais atores (entidades promotoras dos projetos) as instituições de solidariedade social, as diversas organizações não-governamentais, outras associações sem fins lucrativos e o poder local (B.I.T., 2003, pp.59/64).

Das medidas de políticas sociais implementadas, destaca-se o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), que posteriormente passou a chamar-se de Rendimento Social de Inserção (RSI), e a criação das Redes Sociais Locais (B.I.T, 2003, pp.75/77).

- a) O RMG/RSI tem uma função de proteção e inclusão social destinando-se às pessoas e grupos mais desfavorecidos, como é o caso das crianças, estando a sua atribuição indexada à composição do agregado familiar. Segundo dados estatísticos de 2021, da Segurança Social ¹⁷, cerca de 32% das crianças (idade inferior a 18 anos), beneficiavam deste apoio social.
- b) O Programa da Rede Social, criado pela Segurança Social, operacionalizado nos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), teve por objetivos incentivar as autarquias e outros atores sociais, públicos e privados, a conjugarem esforços para “prevenir, atenuar ou erradicar” situações de pobreza e exclusão social. É a visão alargada e partilhada dos problemas e a definição de ações conjuntas, entre as diversas entidades, para possibilitar uma melhor e mais eficiente

¹⁷ https://www.seg-social.pt/estatisticas-detalle/-/asset_publisher/GzVlhCL9jqf9/content/rendimento-social-de-inserc-8

capacidade de respostas para intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos, como é o caso das crianças (www.seg-social.pt).

Em 2007, foi lançada a Estratégia de Inclusão Ativa que reorientou o PNLCP, para além da integração no mercado de trabalho, no sentido de estabelecer uma intervenção prioritária nas famílias com crianças e jovens para garantir o acesso a “cuidados de saúde, equipamentos e apoios sociais, percursos escolares qualificados e apoio à vida familiar” e uma intervenção de acompanhamento, personalizado e sistemático, junto das famílias por todos parceiros locais e envolvendo a sociedade civil (Batista, 2009, pp.20/21).

Em dezembro de 2021 foi aprovada a Estratégia Nacional contra a Pobreza (ENCP), integrada no Pilar Europeu de Direitos Sociais, como instrumento de política pública, incorporando um conjunto de ações “coerentes e articuladas” com as diferentes políticas setoriais. O documento, reconhece a importância da condição socioeconómica dos agregados familiares como um preditor do sucesso escolar das crianças e nos percursos profissionais, mas vai para além do conceito de pobreza como privação de recursos monetários, entendendo esta como um fenómeno complexo e multidimensional, de privação no acesso aos recursos para satisfazer as necessidades de bem-estar infantil, reconhecendo da necessidade de reforçar políticas públicas que permitam quebrar o ciclo geracional da pobreza e garantir condições que permita, às crianças, um futuro melhor.

Sendo uma condição habilitante do Portugal 2030 e considerada como uma reforma inscrita no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a ENCP define seis eixos estratégicos, dos quais o primeiro comporta “reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias”. Por sua vez, este eixo integra três objetivos: (i) garantir o acesso a bens e serviços básicos; (ii) garantir um nível de recursos básicos às famílias e (iii) garantir a participação das crianças e jovens no processo de desenvolvimento. Este último relevante naquilo que permite a auscultação das «vozes das crianças e dos jovens» na construção de processos participativos e de soluções adaptadas.

O documento prevê a criação de um fórum consultivo, integrando, para além do setor empresarial do Estado, diferentes atores de intervenção pública social,

nomeadamente representantes de entidades privadas sem fins lucrativos que intervenham na economia social e solidária, de organizações da sociedade civil e não-governamentais, numa perspetiva de articulação das diversas políticas e atores como forma de quebrar os ciclos de pobreza.

2.5 – Caracterização e diagnóstico social do município das Caldas da Rainha

O Município das Caldas da Rainha elaborou em 2022 um novo diagnóstico social em conjunto com as entidades que compõem o Conselho Local de Ação Social (CLAS) e que tem em vista o desenvolvimento de uma Estratégia Concelhia Futura.

Os CLAS's¹⁸ foram criados a fim de incentivar as autarquias e os atores sociais a conjugarem esforços para “prevenir, atenuar ou erradicar” as situações de pobreza e exclusão social.

É a visão alargada e partilhada dos problemas e a definição de ações conjuntas, entre as diversas entidades, que pode possibilitar uma melhor e mais eficiente capacidade de respostas para a intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos, como é o caso das crianças (www.seg-social.pt).

No ponto 14.2 (Família e Comunidade) o diagnóstico apresenta dados relativos aos apoios às famílias carenciadas tanto ao nível do município como de outros atores sociais no concelho. Estes apoios têm como objetivo principal colmatar a carência alimentar, e, adstritamente, outros recursos básicos. Segundo o diagnóstico, existem no concelho das Caldas da Rainha, 19 entidades de apoio social. Para este estudo considerou-se apenas as 5 que se encontram localizadas na cidade. Estas, segundo os dados do relatório, apoiavam em 2021, 1.471 famílias. Um total de população que não constitui o universo do nosso estudo dado que nem todas as famílias têm no agregado crianças entre os 12 e os 15 anos e, como verificámos no terreno, algumas famílias recebem apoio em mais do que uma instituição. Nas cinco entidades elegíveis para o nosso estudo, releva-se aqui a Santa Casa da Misericórdia, entidade distribuidora de

¹⁸ Dec-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho, Regulamenta a Rede Social

bens alimentares no âmbito do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) que em 2021 apoiava 418 agregados familiares.

Relativamente a recursos e apoios sociais específicos para crianças e jovens carenciados, o município das Caldas da Rainha criou o Programa Educativo Aprender.mais CR, abrangendo apenas os níveis do pré-escolar e do 1º ciclo. Este programa contempla atividades de tempos livres para ocupação do período de férias escolares, que ocorrem nos meses de Julho e Agosto, e apoio monetário para a compra de livros e material escolar. Para o intervalo de idades entre os 12 e os 15 anos, tanto quanto nos foi possível apurar, não existem programas locais específicos de apoio ou intervenção. Aparentemente também não existem grupos de cidadãos constituídos fora dos organismos institucionais públicos e privados. Nesta dimensão de cidadãos ativos, o relatório destaca o associativismo e o voluntariado como formas de intervenção pessoal e de desenvolvimento comunitário mas em ações desenvolvidas dentro das entidades coletivas. Tanto quanto nos foi possível apurar, as pessoas pobres, beneficiárias dos apoios, não fazem parte dos órgãos sociais destas entidades nem são chamadas a participar nas tomadas de decisão.

2.6 - “É cada um para o que nasce?” – O estudo de Leonor Pereira da Costa sobre atribuições causais e soluções da pobreza infantil na infância

Grande parte dos estudos sobre atribuições causais têm sido efetuados em adultos. Em crianças, os estudos têm sobretudo abordado a questão da pobreza em geral (Costa, 2020).

O estudo da autora propôs-se analisar o desenvolvimento das atribuições causais e persistência da pobreza infantil, tendo como público-alvo crianças entre os 6 e 12 anos de idade e o papel do estatuto socioeconómico no processo. Pretendeu também identificar quais as soluções que as crianças indicam para a pobreza e se estas se relacionam com as atribuições causais. O estudo de Leonor Costa (2020) situou-se em crianças na fase da infância, até aos 12 anos. Segundo a investigadora, embora a literatura apresente resultados contraditórios há alguma consistência no apoio à

hipótese de que as atribuições externas tendem a prevalecer relativamente às atribuições individualistas com o aumentar da idade, consequência de um processo de socialização. Por outro lado, existe a possibilidade de esta prevalência esconder um fenómeno de ocultação das atribuições internas devido a preconceitos e estigmatização, sendo expectável que apareçam mais e diferentes atribuições.

O estudo foi realizado em dois grupamentos escolares, envolveu 107 crianças de diferentes níveis socioeconómicos, entre os 6 e 12 anos de idade. Os dados foram recolhidos através de entrevistas individuais semiestruturadas em que foram colocadas apenas três questões: (i) uma primeira referente à percepção das crianças sobre as causas da pobreza – *“O que é que achas que aconteceu para que esta criança seja pobre?”*; (ii) uma segunda relativamente à percepção sobre a persistência da pobreza – *“Achas que ela vai ser para sempre pobre ou pode deixar de ser pobre?”*, e na circunstância de responderem que podem deixar de ser pobre, e (iii) uma terceira pergunta sobre as soluções para que isso possa acontecer – *“O que é que tem de acontecer para elas deixarem de ser pobres?”*.

As atribuições fatalistas foram as mais evidenciadas, com 57%, principalmente nas crianças identificadas como pertencendo a um nível socioeconómico alto e independentemente da faixa etária. As atribuições estruturalistas, nas quais era atribuído à pobreza razões sociais, tiveram uma relevância em 43% das crianças entrevistadas, também com preponderância nas crianças de nível socioeconómico alto relativamente às de nível socioeconómico baixo. De menor relevância foram atribuídas razões individualistas, em 33%, não se evidenciando diferenças entre os níveis socioeconómicos. O estudo também confirmou que, com o avançar da idade, as crianças atribuem mais e diferentes causas sociais à pobreza. Consideramos interessante o facto de a escolaridade estar presente em alguns discursos como forma de solução para sair da pobreza. (Costa, 2020, Tabela 1, pp.43/46)

Segundo a autora, ao nível dos estudos com crianças e da sua percepção sobre a pobreza, existe alguma evidência que as atribuições a causas externas parecem evidenciar-se mais cedo do que as internas, com tendência para prevalecerem com a idade por via da socialização, nomeadamente centrada no contexto familiar (Costa, 2020, p.41).

Relativamente à persistência, a grande maioria das crianças entrevistadas (97%) acredita que é possível a saída da pobreza.

No que diz respeito às soluções para a saída da pobreza, foram consideradas duas categorias. Uma tendo a criança como agente da mudança e outra como não agente.

Parece-nos importante definir aqui a qualidade de “agente”, recorrendo à definição de Sen (2003, p.34), como alguém que participa ativamente, construindo e mudando, individualmente ou em grupo, o seu universo social, cujas realizações podem ser observadas face aos seus próprios valores e objetivos e não de outros.

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia escolhida para a pesquisa. Primeiro é feito um enquadramento contextual e apresentada a problemática associada, seguido da pergunta de partida e apresentação dos objetivos propostos. Nas seções seguintes apresentamos o tipo de estudo utilizado, estudo exploratório, as razões porque se optou por uma metodologia qualitativa e quais os instrumentos e técnicas utilizadas na recolha e tratamento dos dados. Apresentamos também a população do estudo.

3.1 – Enquadramento contextual e problemática

Em 2021 foi definida uma nova estratégia nacional de combate à pobreza infantil por forma a reduzi-la para metade até 2030¹⁹. O plano nacional tem como primeiro Eixo Estratégico reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias.

Para efeitos da justificação e objetivos deste estudo, importa relevar aqui dois pontos do presente diploma: (i) o ponto 1.1.1.5 que preconiza a necessidade de “desenvolver modelo de intervenção local integrada, dirigida às crianças e jovens e suas famílias entre os estabelecimentos de ensino, respostas sociais, comunidades locais, serviços de ação social, de saúde e de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens com vista à resolução dos problemas identificados e assegurar a inclusão social”; e (ii) o objetivo estratégico 1.3 “Garantir a participação das crianças e jovens no processo de

¹⁹ <https://files.dre.pt/1s/2021/12/25100/0001900030.pdf>

desenvolvimento:.....” no qual nos parece preconizar como essencial ouvir as vozes da crianças, promover a cidadania ativa e a “*co-colaboração*” com a autarquia e demais instituições, e com a comunidade. Trata-se de um instrumento de política pública que tem por objetivo reduzir a privação económica, material e social vivida pelas famílias, mais concretamente as crianças, que experienciam a condição de pobreza. Esta condição pode levar a processos de exclusão social e de estigmatização seja nas interações com os seus pares, nas relações com a comunidade e instituições, nomeadamente onde essas crianças passam a maior parte do seu tempo como é o caso do contexto escolar. Tanto mais que a “perceção de discriminação das crianças com base na situação económica está associada a níveis inferiores de bem-estar subjetivo, compromete a sua integração escolar e a perceção de segurança (Bradshaw et al., 2016, cit. por Costa, 2022).

O combate à pobreza é também o primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. A noção de que ninguém pode ser deixado para trás, remete-nos para uma endogenização das nossas relações sociais como cidadãos ativos de participação cívica e política, na defesa dos direitos humanos, na atenção e inclusão dos grupos vulneráveis. As crianças são, sistematicamente, um dos grupos mais expostos aos efeitos negativos da pobreza.

Partindo do estudo realizado por Leonor Pereira da Costa (2022) no âmbito da sua tese de doutoramento sobre desenvolvimento das atribuições causais e soluções da pobreza infantil na infância quisemos saber se as conclusões deste estudo se verificam nos jovens no início da adolescência a residir nas Caldas da Rainha e a viver em agregados familiar desfavorecidos, aqueles que a autora considerou pertencerem a um nível socioeconómico mais baixo (NSB).

Assim, consideramos fundamental ouvir as suas vozes para perceber melhor os seus interesses e preocupações, aperfeiçoar o conhecimento específico sobre a população local e possibilitar o desenvolvimento de novas formas de participação cidadã.

3.2 – Pergunta de partida e objetivos de estudo

Tendo presente o enquadramento teórico e os dois documentos base, isto é, a Caracterização e Diagnóstico Social das Caldas da Rainha e o estudo realizado por Leonor Costa (2020) “É cada um para o que nasce?": Desenvolvimento das atribuições causais da pobreza infantil na infância e soluções percebidas para a pobreza”, definimos a pergunta de partida: quais as perceções que os jovens adolescentes a viver em famílias socioeconomicamente desfavorecidas e a morar na cidade das Caldas da Rainha, têm sobre as causas da pobreza, a sua persistência e quais as soluções que preconizam para tornar a sua vida futura melhor?

Como objetivos principais definimos os seguintes:

- a) Analisar as perceções dos jovens adolescentes sobre a pobreza e sobre as soluções para sair dela;
- b) Verificar se existe prevalência nas atribuições da pobreza a causas sociais identificáveis e se estas prevalecem em idades mais avançadas;
- c) Analisar se os jovens no início da adolescência(entre os 12 e os 15 anos), *“tendem a alargar a sua visão do fenómeno da pobreza, concretamente quanto ao papel de fatores externos determinados, em lugar daqueles externos de natureza aleatória/fatalista”* (Costa, 2020).

Por nos parecer importante que as crianças tenham capacidade de compreensão para conseguir distinguir entre perspetivas sociais e traços de personalidade, da existência do outro, para que melhor possam atribuir de forma estruturada as causas e soluções para a pobreza, a adolescência é a faixa etária na qual as competências cognitivas e sociais já permitem ter uma perspetiva social mais construída para desenvolver julgamentos mais complexos, formar raciocínios abstratos e entender a realidade por forma a projetarem a sua vida futura (Papalia, 2013, pp. 386/387).

Por nos parecer importante manter um pensamento crítico relativamente aos modelos de intervenção social que as instituições e organizações praticam, particularmente

junto de famílias desfavorecidas que têm nos seus agregados crianças, definimos também os seguintes objetivos secundários:

- Identificar as associações do terceiro setor que intervêm no combate à pobreza infantil na cidade das Caldas da Rainha;
- Identificar as formas de intervenção e programas específicos de combate à pobreza infantil, por parte do Município das Caldas da Rainha e associações;
- Identificar movimentos locais de participação cidadã no combate à pobreza infantil;
- Perceber se existem parcerias entre as diferentes associações;
- Sugerir soluções para o combate à pobreza infantil

3.3 – Método de investigação

O presente estudo visa recolher perceções de jovens desfavorecidos na fase da adolescência sobre as causas e soluções para a pobreza. Porque não se tinha uma ideia clara sobre quais as respostas que íamos receber, fizemos um estudo **Exploratório Descritivo**. O objetivo é melhorar o entendimento sobre o fenómeno através da voz daqueles que o vivem, nomeadamente numa adolescência determinada pela desigualdade, falta de oportunidades e em presença de políticas sociais, nacionais e europeias, socialmente mais interventivas (Coutinho, 2014)

Procurou-se saber o que percecionam estes jovens sobre as causas e não propriamente quais as causas, isto é, investigar o problema sob o ponto de vista daqueles que o vivem, razão porque se optou por uma **Metodologia Qualitativa**, embora se tenha colhido dados quantitativos relativamente aos participantes e respetivas famílias mas apenas no sentido de perceber quais as características do grupo e não para tirar quaisquer correlações ou comparações (Coutinho, 2014).

A pobreza continua a ser um fenómeno contemporâneo numa sociedade cada vez mais desigual e materialista, cujos limites entre o fenómeno e o seu contexto, em nosso entender, continuam a não ser claramente percebidos ou entendidos pela sociedade. Tendo isso presente, assumimos que não se pretende generalizar os

possíveis fatores que podem influenciar ou ser influenciados pelo contexto comunitário onde as crianças se inserem.

3.5 – Caracterização do universo em estudo

O universo do estudo são todas as crianças com idade entre os 12 e os 15 anos a viver na cidade das Caldas da Rainha em agregados familiares socioeconomicamente desfavorecidos e a beneficiar de apoio social numa das 5 instituições que intervém nesta cidade.

Apesar do relatório social das Caldas da Rainha indicar que nas 5 instituições elegíveis 1471 famílias beneficiam de apoio, o mesmo não nos dá informação detalhada por agregado. Por outro lado, contactadas essas 5 instituições, nem todas quiseram participar na pesquisa nem deram informação que nos permitisse apurar o total da população alvo.

Os contactos foram estabelecidos com cada uma delas, por correio eletrónico e pessoalmente, explicando o que se pretendia com o estudo e solicitando ajuda tanto na indicação das famílias alvo como na autorização para estabelecer contacto com essas famílias a fim de obter autorização para a participação por parte das crianças.

Das 5 instituições contactadas apenas duas se disponibilizaram para ajudar no estudo. Das que não participaram, uma alegou que o pedido de colaboração não era aceite porque violava a proteção de dados dos utentes. As outras duas não responderam.

Sabíamos que nas 5 instituições havia potencial para uma amostra significativa para o estudo, contudo dado as dificuldades encontradas e como forma de aumentar a nossa amostra, contactámos outras entidades, que a seguir se indicam, mas sem sucesso.

Com o Serviço de Atendimento e Ação Social (SAAS) do Município das Caldas da Rainha, por contacto pessoal e por correio eletrónico, tendo este serviço informado, através de email, que *“Em funcionamento desde o dia 2 de Janeiro, ainda nos encontramos a estabelecer relações de confiança com os agregados e uma ação destas, prevê a disponibilidade de tempo por parte dos técnicos para identificar,*

contactar e acompanhar os agregados selecionados, situação que, nesta fase, não nos é possível.”.

Contactámos também a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco das Caldas da Rainha que informou não ser possível por não ter disponibilidade de recursos humanos. O contacto com a CPCJ realizou-se em reunião presencial com a responsável e adjunta.

Foram contactados também os dois agrupamentos escolares, por correio eletrónico e por contacto pessoal com os respetivos diretores dos agrupamentos, não tendo o nosso pedido obtido resposta de qualquer deles.

Em todos os contactos estabelecidos sensibilizámos para a importância da participação das instituições nestes estudos. Como forma de melhorar a informação sobre as famílias desfavorecidas, pela importância de dar voz aos que vivem com privações e melhorar a compreensão sobre o fenómeno da pobreza. Informámos também que a proteção da privacidade e confidencialidade era uma prioridade e estavam garantidas. As informações pessoais e sensíveis compartilhadas pelas famílias seriam mantidas em sigilo, garantindo que não haver risco de identificação individual.

Ao todo conseguimos contactar 45 famílias/jovens. Destes, 41 jovens foram autorizados e aceitaram participar no estudo. Apesar de no dia anterior à realização das sessões termos confirmado telefonicamente com todos aqueles que aceitaram participar, apenas 29 jovens compareceram sendo esta a amostra considerada.

QUADRO 4 - Comparação entre as famílias/jovens que foram convidados a participar a os que efetivamente participaram

		Aceitou participar?	
			Percentagem
Válido	Sim	41	91,1
	Não	4	8,9
	Total	45	100,0

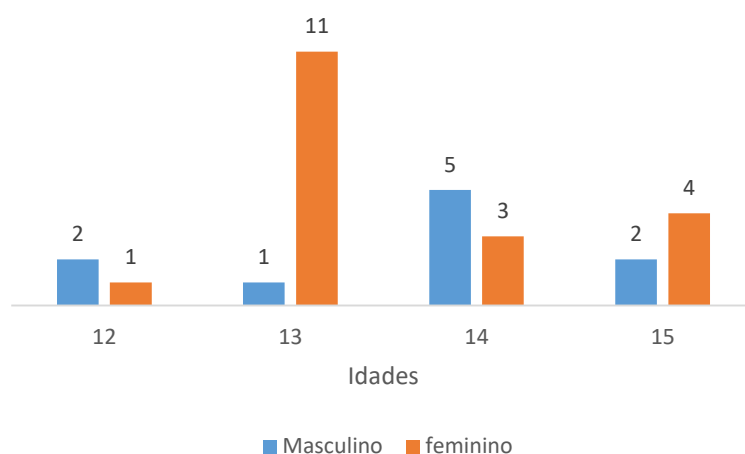
		Participou?	
			Percentagem
Válido	Sim	29	64,4
	Não	16	35,6
	Total	45	100,0

A amostra obedeceu apenas a dois critérios pré-determinados: que os jovens vivessem em agregados desfavorecidos e que estivessem a ser beneficiários de ajuda por parte de instituições sociais. O contacto com as famílias, assim como a inclusão dos indivíduos nos grupos, não obedeceu a qualquer critério, escolha ou intervenção da nossa parte. Sabendo que o universo a considerar era finito e não tendo sido possível determiná-lo por razões alheias à nossa vontade, considerámos que a amostra não é representativa desse universo. Trata-se pois de uma **amostra não probabilística do tipo por conveniência**, de participação voluntária (Coutinho, 2014), podendo as conclusões a que chegámos servir para melhorar as intervenções nestas famílias ao nível comunitário.

No processo de amostragem falámos com as famílias à medida que estas iam chegando para receber o apoio alimentar, o que foi feito sem lista de ordem ou hora determinada.

Em resumo a nossa amostra é constituída por 29 elementos, dos quais 19 são do sexo feminino e 10 do sexo masculino, predominando os indivíduos com 13 anos de idade.

GRÁFICO 6: Distribuição da amostra por sexo e idade



3.6 – Instrumentos e técnicas utilizadas na recolha de dados e procedimentos de análise

A pobreza é um dos fenómenos sociais mais estudados. A bibliografia e estudos são imensos. Era importante não dispersar na imensidão e focar no objetivo definido na

pergunta de partida. Dai, pareceu-nos importante não enveredar por conceitos já muito discutidos e utilizados sobre a pobreza em geral ou sobre a pobreza infantil em particular. Levar o discurso teórico de apoio à metodologia para o campo da multidimensionalidade do fenómeno e para o aspeto prático dos atores e das ações ao nível local, pareceu-nos a melhor abordagem, nomeadamente na importância de dar vozes aos mais desfavorecidos considerando que eles são o melhor recurso no combate à pobreza.

3.6.1 - Pesquisa documental

Assim, na primeira fase centrámo-nos na pesquisa **documental** com o objetivo de enriquecer o tema da investigação, começando por investigadores portugueses e sobre dados do fenómeno em Portugal. As obras de Amartya Sen e Deepa Narayan para além de balizarem a pesquisa bibliográfica deram um foco de interesse central para a orientação do estudo.

Recorremos também à Câmara Municipal e à Comissão e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) das Caldas da Rainha para informação e recolha de dados locais. A Câmara Municipal disponibilizou o último diagnóstico social do município realizado em 2022. A CPCJ mostrou disponibilidade para partilhar um inquérito sobre famílias em risco realizado recentemente, que envolveu instituições e agrupamentos de escolas, mas nunca o chegou a partilhar.

3.6.2 - Entrevistas

Ao tomarmos como base o estudo de Leonor Costa (2020), a opção metodológica de pesquisa por entrevista manteve-se a mais adequada.

Embora com algumas variações que explicaremos de seguida, as perguntas e técnicas de análise foram as mesmas utilizadas por Leonor Costa (2020) pelo que assumimos, naquilo que diz respeito à verificação da sua validade e fiabilidade, que as mesmas se encontravam garantidas.

O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada dado que a mesma consistia apenas em três perguntas, duas abertas e uma fechada. Contudo, pareceu-nos

pertinente substituir a palavra “pobreza” por “dificuldades”. Esta substituição evidenciou-se-nos mais adequada à nossa amostra. Acreditamos também que serviu para diminuir a estigmatização que a palavra pobreza encerra, libertando os jovens para partilharem melhor as suas perceções e ideias.

A primeira pergunta foi referente à percepção dos jovens sobre as causas das dificuldades – *“O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?”*. A segunda foi sobre a sua percepção sobre a persistência da pobreza – *“Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?”*. E uma terceira sobre as soluções que idealizam para ultrapassar as dificuldades que sentem hoje – *“O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?”*.

Depois de estruturado o planeamento prévio da entrevista, passámos ao processo de recolha de dados. Este iniciou-se com a solicitação às 5 instituições elegíveis autorização para que abordássemos as famílias que tinham no seu agregado crianças entre os 12 e os 15 anos. Autorizados, fomos contactando as famílias, no dia da semana em que iam recolher alimentos, na pessoa da mãe, pai ou tutor e apesar de devidamente informados sobre o tema e os objetivos, não lhes foi comunicado as perguntas a fim de evitar conversas antecipadas, perdendo-se a espontaneidade da discussão. As autorizações foram formalizadas na assinatura do consentimento informado. À medida que as autorizações eram dadas e formalmente assinadas, os participantes eram incluídos nos grupos programados.

O facto dos indivíduos a integrar o grupo de interesse pertencerem apenas a agregados familiares desfavorecidos a beneficiar de ajuda social na cidade das Caldas da Rainha, pareceu-nos justificar a utilização desta técnica em ambiente de grupos focais em detrimento das entrevistas individuais utilizadas por Costa (2020).

3.6.3 - Grupos focais

A técnica do grupo focal deve ser dirigida à recolha de dados qualitativos junto de pessoas com algum tipo de semelhança através de uma discussão focada.

O grupo focal depende fundamentalmente de duas variáveis (Silva, 2014): da confiança no foco do investigador e na interação do grupo. Colocar cuidado na colocação das questões e foco em direcionar a discussão para as questões elaboradas foram as linhas de orientação da moderação do investigador. Dinamizar a discussão com o objetivo na melhoria da recolha de dados foi também o seu contributo para a compreensão do tópico de interesse.

A literatura consultada não é unânime relativamente ao número mínimo e máximo de participantes mas aponta entre 6 e 10 o número aconselhado. Neste estudo não se tomou em consideração o número mínimo e máximo aconselhado porque a abordagem às famílias teria de ser feita faseada e por semanas. Sabíamos que a aceitação de participação não era certeza de participação efetiva e as entrevistas teriam que ocorrer numa data muito próxima dos contactos sob pena de se perder a motivação. Assim, a formação dos grupos, número de participantes, sexo e idade não obedeceu a nenhum critério de partida, tendo os participantes sido incluídos à medida que íamos falando com os pais. No final ficaram constituídos seis grupos conforme quadro abaixo:

QUADRO 5 - Total de participantes por grupo focal com referência ao sexo e idade

Numero do Grupo			Idade				Total
			12	13	14	15	
1	Sexo	Masculino	1	1	1	1	4
		Feminino		1		2	3
	Total		1	2	1	3	7
2	Sexo	Masculino	1		1	1	3
		Feminino		3	2	1	6
	Total		1	3	3	2	9
3	Sexo	Feminino		3			3
	Total			3			3
4	Sexo	Masculino			1		1
		Feminino		1	1	1	3
	Total			1	2	1	4
5	Sexo	Masculino			2		2
		Feminino	1	2			3
	Total		1	2	2		5
6	Sexo	Feminino		1			1
	Total			1			1

Total	Sexo	Masculino	2	1	5	2	10
		Feminino	1	11	3	4	19
	Total		3	12	8	6	29

Todos os participantes frequentavam o nível secundário de escolaridade, havendo apenas um caso de repetição do mesmo ano.

O local de realização das entrevistas dos grupos 1,2, 3 e 4 foi na sala de reuniões da direção da Expoeste – Divisão de Feiras e Congressos das Caldas da Rainha e o grupo 5 e 6 na Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha. A disposição dos participantes na sala foi em modelo de mesa redonda. As entrevistas foram moderadas apenas pelo mestrando que ocupou um lugar na mesa com os participantes.

Sem perder de vista as questões principais, o papel do mestrando localizou-se de participante livre, de observador atento e estimulador de uma discussão em que os participantes se sentissem livres para falar abertamente.

Para além da recolha de informação sobre o tópico de interesse, a mediação procurou estimular novas ideias ou perceções e compreender como os participantes falavam e se interligavam. Não foi só simplesmente na exploração do que as pessoas têm para dizer mas também em munir-se de *insights* quanto às origens de comportamentos complexos e de motivações. Os participantes não só estabeleceram relações recíprocas de partilha como, em alguns momentos, se autodescobriram ao pensarem sobre o tópico de interesse.

Procuramos assim justificar e acautelar as fragilidades que são apontadas pela literatura consultada à participação do investigador na condução dos grupos e até que ponto ele influencia mais ou menos a discussão, alterando o impacto do próprio grupo nos dados recolhidos. Uma questão que para nós se colocou, e que não conseguimos apurar até que ponto os participantes mais velhos influenciaram ou impediram os mais novos de emitir os seus pontos de vista.

Depois da realização das entrevistas passámos às transcrições das gravações áudio, à sua leitura repetida, a fim de podermos proceder à classificação de elementos constitutivos de conjuntos diferenciados para, em seguida, os reagrupar com os critérios definidos previamente nas categorias.

3.6.4 – Categorização dos dados das entrevistas

O processo de categorização consistiu em identificar os mesmos conjuntos de perceções e agrupá-los de acordo com a sua semelhança. Dividimos em duas etapas: primeiro isolar as unidades de dados e posteriormente reparti-los pelas categorias previamente definidas. Por unidades de dados compreende-se os segmentos de dados aos quais é possível atribuir um significado e identificação quando se verifica que existe algo de comum entre eles.

O objetivos da categorização é proceder à representação simplificada dos dados brutos e permitir dar a conhecer resultados de acordo com o objetivo do estudo.

A categorização deve obedecer aos seguintes princípios (Richardson, 1999):

- Exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais do que uma categoria
- Homogeneidade: num conjunto de categorias, cada categoria só pode funcionar com um registo e com uma dimensão de análise
- Pertinente: cada categoria deve estar adaptada ao material de análise escolhido e quando pertence ao quadro teórico definido
- Objetividade e fidelidade: as variáveis devem ser definidas claramente e os índices precisar exatamente as entradas dos elementos
- Produtividade: fornecer resultados

No que diz respeito ao tratamento da primeira questão, foram selecionadas frases das transcrições e integradas em quadros síntese (anexos) para as qualificar e as integrar posteriormente nas 3 grandes categorias, as mesmas utilizadas por Leonor Costa (2020): *fatalista; estruturalista; individualista*. Dado que o nosso estudo contemplava entrevistas em grupo entendemos que não se aplicava a quarta categoria de “não sabe”.

Foram identificadas 59 unidades de texto que agrupámos em subcategorias, de acordo com a ideia chave que nos pareciam transmitir e integradas nas 3 categorias principais.

QUADRO 6 – Grupos de categorizações e subcategorizações consideradas na análise de dados

CATEGORIZAÇÕES		
Fatalista	Estruturalista	Individualista
1 – Acidente 2 – Saúde 3 - Morte	1 - Habitação 2 - Salários 3 - Custo de vida 4 - Emprego 5 - Corrupção	1 – Escolaridade 2 – Competências 3 – Agregado familiar

A segunda questão, foi colocada ao grupo de forma fechada e passível de respostas individualizadas. A análise foi desenvolvida através codificação de 3 respostas: *acredita, não acredita e depende*.

Considerando o método escolhido, a terceira questão foi colocada a todos os participantes e não só àqueles que acreditavam conseguir ultrapassar as dificuldades. Considerámos aqui duas categorias: *jovem pobre como agente de mudança e jovem pobre não agente de mudança*.

O processo de categorização utilizado permitiu identificar características comuns entre os participantes, novas particularidades e deixar apontamentos que possam, também, sugerir novos estudos. Dada a similitude entre as nossas questões e a da investigação de Leonor Costa (2020) considerámos que estava garantida validade interna e externa das categorias.

A explicação e aprofundamento da análise das respostas a cada uma das questões colocadas são apresentados na secção de resultados.

CAPITULO 4 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E COMENTÁRIO DE DADOS

Iniciamos este capítulo fazendo a apresentação dos dados sociodemográficos dos agregados familiares da população amostral, para de seguida enquadrarmos, em diferentes seções, os dados recolhidos pelos tipos de causalidade da pobreza, persistência e soluções apontadas.

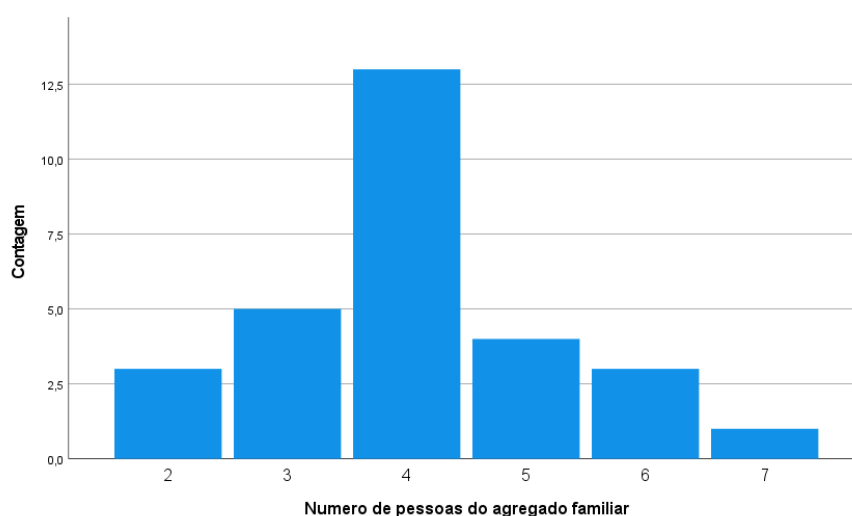
4.1 – Dados sociodemográficos das famílias da população da amostra

Os dados apresentados de seguida foram fornecidos pelas instituições que se disponibilizaram para ajudar no contacto com as famílias.

Na nossa amostra a maioria dos jovens (79%) vive em agregados biparentais com os respetivos pais. Dois dos casos em famílias reconstruídas, um deles com a mãe e o padrasto e o outro com o pai e a madrasta. Apenas 6 jovens vivem em famílias monoparentais, 4 de monoparentalidade feminina e 2 masculina.

Relativamente à composição, 13 (46%) dos jovens que participaram nos grupos vive em agregados familiares de 4 pessoas, 8 (27%) vive em agregados familiares com 5 ou mais pessoas, e outros 8 (27%) vivem em agregados monoparentais ou com 3 pessoas.

GRÁFICO 7 - Composição dos agregados familiares

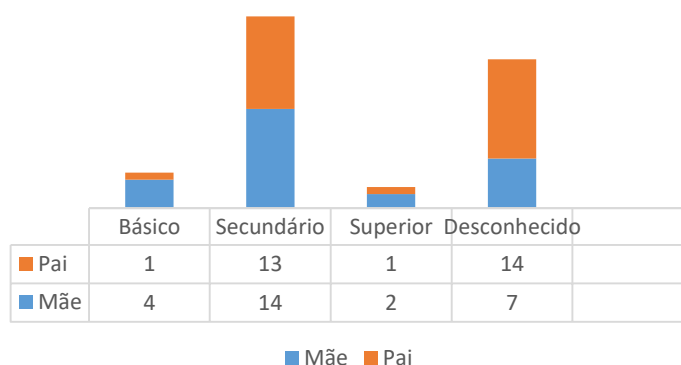


O diagnóstico social das Caldas da Rainha não nos dá informação sobre estes dados mas se compararmos a nossa amostra com os dados ICOR para o ano de 2021 podemos concluir que a taxa de risco de pobreza na nossa amostra é menor do que os dados nacionais nos quais se verificam valores superiores nos extremos do gráfico.

A escolaridade dos pais é uma outra variável significativa na vida destes jovens e, no caso das atribuições recolhidas no nosso estudo, identificada como uma causa da situação de pobreza.

A maioria dos pais tem o nível secundário de escolaridade não se verificando diferenças entre os dois sexos. Se considerarmos que existe uma forte relação entre pobreza e educação e que quanto mais avançada é a escolaridade dos pais menor é a percentagem de crianças em risco de privação (Bastos, 2008), podemos considerar que a taxa de risco de pobreza da nossa amostra não é elevada. Dos 5 pais que têm o nível de ensino básico, maior risco de pobreza, 4 são mães mas todas fazem parte de agregados biparentais.

GRÁFICO 8 – Níveis de escolaridade dos pais dos jovens da amostra

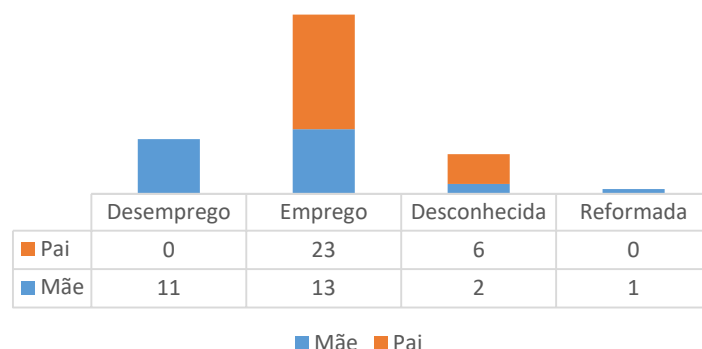


Relevante é o facto de se verificar que 21 situações não foram passíveis de recolha de informação porque as instituições não as possuíam.

Já relativamente à situação profissional, os dados recolhidos apresentam uma desigualdade dado que apenas as mães estão na situação de desemprego. Embora não se encontrem dados no diagnóstico social das Caldas da Rainha, se considerarmos os números de desempregados no concelho²⁰, a realidade da nossa amostra compara-se sendo as mulheres as mais afetadas (dados de finais de 2021). Nos 11 casos de desemprego, um é de um agregado monoparental.

²⁰ <https://www.iefp.pt/documents/10181/10581864/SIE+-+Desemprego+registado+por+concelhos+dezembro+2021.pdf/47f05dc5-a3f9-4bfb-8038-2f19a13c9f03>

GRÁFICO 9 - Situação dos pais dos jovens da amostra face ao emprego



Embora a informação referente à escolaridade e empregabilidade dos pais tenha sido recolhida junto das instituições, a determinada altura do processo, apercebemo-nos que alguns jovens não sabiam esta informação. Por nos parecer pertinente, não tanto para o estudo das atribuições causais da pobreza mas mais como um dado relativo às famílias, questionámos individualmente todos os jovens participantes sobre estas duas questões: (i) sabes qual a escolaridade dos teus pais? (ii) Sabes o que os teus pais fazem no emprego?

Aos participantes que já tinham participado nos grupos, as questões foram feitas telefonicamente através do contacto com um dos pais a pedir autorização e logo de seguida com o participante.

De referir que a três dos participantes a mãe já tinha falecido pelo que não foram feitas as questões relativamente a essa pessoa ausente. Dois dos participantes não sabiam nem a escolaridade nem o que os pais faziam nos empregos. Da tabela de frequências é evidenciado que quase metade não sabe a escolaridade dos pais.

QUADRO 7 - Respostas dos jovens da amostra relativamente à escolaridade e emprego dos pais

	Sabe a escolaridade do pai?	Sabe a profissão do pai?	Sabe a escolaridade da mãe?	Sabe a profissão da mãe?
sabe	19	22	15	22
não sabe	10	7	11	4
Total	29	29	26	26

Estes dados pareceram-nos relevantes no sentido de possibilitar a qualidade ou fluência de comunicação no agregado familiar. Por duas vezes apercebemo-nos ao telefone que nem os pais sabiam que os filhos não tinham esta informação.

Ainda que estes jovens passem a maioria do tempo fora de casa, a família e as pessoas que fazem parte do agregado familiar continuam a ser um contexto privilegiado na sua socialização. Ora para entender os jovens precisamos de estar atentos à relação que vivem dentro de casa, ao ambiente familiar. A comunicação intrafamiliar é pois um elemento fundamental para o desenvolvimento dos jovens, nomeadamente na construção de referências e desenvolvimento de comportamentos sociais (Papalia, 2013)

4.2 – Atribuições causais da pobreza

Por atribuições causais da pobreza entende-se a maneira como as pessoas percebem e interpretam as causas subjacentes à pobreza.

No desenvolvimento das atribuições causais, consideramos 3 tipos (Bullock, 1999; Cozzarelli et al., 2001; cit. por Costa, 2020, p.40):

- Fatalista: que é atribuída à sorte ou destino e que tem origem em acontecimentos que estão fora do controlo do individuo ou da sociedade.
- Estruturalista: que tem como origem causas externas que se centram em fatores sociais e políticos, entendendo-se por atribuições externas, razões sociais tais como emprego, discriminação, desigualdades, entre outras;
- Individualista: que atribui aos pobres, ao seu comportamento e escolhas, a causa da sua situação. Por ser uma causa interna ao individuo, muitas vezes esta atribuição leva a desconfiança relativamente a apoios sociais e programas de apoio no combate à pobreza e é acompanhado de ideias estereotipadas acerca dos pobres e à classificação de classes, entendendo-se por atribuições internas relativas a traços de personalidade, como esforço, persistência, determinação, entre outras;

Do total dos 29 jovens que participaram nos grupos focais, apenas 14 (48%) atribuiu causalidade à pobreza, participação que ficou abaixo das nossas expectativas.

Consideramos assim que esta percentagem ficou enviesada pelo facto de num dos grupos, com 9 participantes, não terem respondido à primeira questão. Na altura atribuímos este silêncio ao facto dos jovens terem origem em famílias apoiadas por instituições diferentes e não se conhecerem. Pareceu-nos também sentirem alguma vergonha por se estarem a expor, situação que se reforçou por não ter havido ninguém que tomasse a iniciativa apesar de termos reformulado a questão inicial e ter dado mais exemplos gerais de possíveis atribuições.

As respostas dos jovens à pergunta o que *“acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?”*, confirmou a hipótese da maioria atribuir causas sociais à pobreza.

Dos 14 que fizeram atribuições, 12 fizeram-nos a mais do que um tipo de causas o que evidencia que os jovens adolescentes têm uma compreensão complexa e multidimensional sobre a origem pobreza. Ao todo foram registadas 65 ocorrências de atribuições. Se considerarmos a frequência relativa das ocorrências por idades podemos concluir que os jovens de 15 anos foram os que mais causas apontaram

Idades	Ocorrências por tipo de causas			Total
	Fatalista	Estruturalista	Individualista	
12	0	1	0	1
13	3	22	2	27
14	1	5	1	7
15	3	20	7	30
Total	7	48	10	65

A pesquisa revelou também que 10 (52%) dos adolescentes femininos fizeram atribuições, das quais 7 fizeram a mais do que um tipo. No sexo masculino, 4 (40%) fizeram atribuições e apenas 1 deles a mais do que um tipo de causas. Esta diferença pode estar relacionada com o facto dos sexos perceberem e interpretarem as causas subjacentes à pobreza de forma diferenciada.

QUADRO 8 – Frequência absoluta de atribuições de causalidade por sexo

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Atribuições causais	Fez	4	10	14
	Não fez	6	9	15
Total		10	19	29

4.2.2 - Atribuições fatalistas

Apenas 5 participantes fizeram atribuições a causas fatalistas, isto é, à sorte ou ao destino e que têm origem em acontecimentos que estão fora do controlo do individuo ou da sociedade. Estas foram atribuídas a acidentes, a acontecimentos de vida que levaram à perda de um dos pais ou a questões de saúde.

Não se verificou diferenças entre faixas etárias, sendo que os participantes de 12 anos não fizeram este tipo de atribuições.

QUADRO 9 – Atribuições fatalistas por idade

	Idade				Total
	12	13	14	15	
Menção a atribuições fatalistas	0	2	1	2	5

Entre os indivíduos que as fizeram, 4 eram do sexo feminino e 1 do sexo masculino. Se considerarmos que 2 deles pertencem a agregados familiares monoparentais a viverem apenas com a mãe, onde a taxa de pobreza é mais elevada (ICOR, 2021), poderemos considerar que a monoparentalidade pode influenciar atribuições a causas fatalistas.

Embora se possa relacionar com o isolamento social, associámos a ocorrência da pandemia a esta atribuição face à imprevisibilidade e consequências do acontecimento.

1C: *“A pandemia veio a piorar muito porque as pessoas desabituarão a conviver socialmente.”*

Relativamente à saúde, as ocorrências relacionaram-se com o mercado de trabalho, nomeadamente dificuldade de acesso e a condições inadequadas.

1A: “Quando a minha mãe estava de muletas ela não conseguia trabalhar”

1C: “A minha mãe trabalha numa cozinha e por causa de um problema de saúde não pode ficar muito tempo. Porque no trabalho que ela trabalha ela fica sempre de pé. Ou mexer em água quente ou água fria. Fica com dores nas costas.”

Tal como no caso das escolas, e que falaremos mais adiante, verificámos que existe uma valorização diferenciada no acesso aos cuidados de saúde no que respeita ao serviço privado e público, com prejuízo para este último.

4A: “Os hospitais estão muito cheios e não há acesso fácil. Nos hospitais públicos mais.”

Do total de 29 participantes, 3 vivem em agregados monoparentais apenas com o pai devido a morte da mãe, mas nenhum deles atribuiu essa fatalidade à causa da pobreza. Ainda assim, a morte de um dos progenitores foi também uma atribuição referida e complementada com as consequências negativas que esse acontecimento teve no bem-estar familiar.

3B: “A mãe já morreu e eles sofreram com isso, o pai trabalha muito e acaba por não lhes conseguir dar tanta assistência”

A maioria destas atribuições foram feitas na sessão do grupo 1 contribuindo para isso o facto de ser aquele em que sentimos os participantes mais disponíveis para falar das experiências pessoais.

QUADRO 10 – Atribuições fatalistas por grupo focal

		Número do Focus Group						Total
		1	2	3	4	5	6	
Menção a atribuições fatalistas	Fez	4	0	1	0	0	0	5

4.2.3 - Atribuições estruturalistas

A explicação da pobreza relacionada com fatores sociais, nos quais os participantes responsabilizam a própria sociedade pela condição de pobre, está presente na maioria das atribuições efetuadas. Estas causas situam-se, maioritariamente, nas dimensões emprego, salários e habitação, associadas às grandes dificuldades sentidas pelas famílias portuguesas e que o país atravessa neste momento, de inflação elevada e crise no mercado do arrendamento.

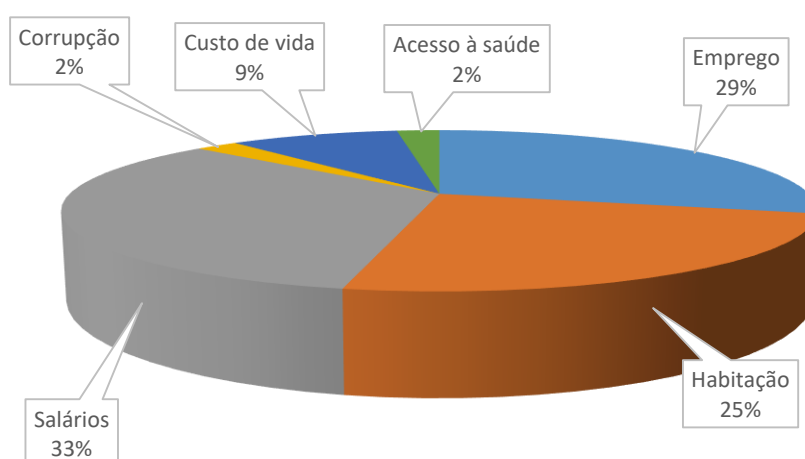
Do total de 29 participantes, 12 fizeram atribuições a causas estruturalistas.

QUADRO 11 – Atribuições estruturalistas por idade

	Idade				Total
	12	13	14	15	
Menção a atribuições estruturalistas	1	7	1	3	12

No total verificaram-se 45 ocorrências sendo a maioria sobre salários, nomeadamente o valor baixo do salário mínimo, o que podemos concluir que grande parte dos jovens ouvidos vive em agregados familiares cujos rendimentos estão assentes neste valor mínimo.

GRÁFICO 10 – Atribuições estruturalistas por subcategorias



Embora não se tenha aprofundado a sua causalidade, podemos deduzir, com base noutros indicadores, nomeadamente escolaridade e emprego dos pais, que este rendimento mínimo está relacionado com a baixa escolaridade/qualificações e trabalho indiferenciado, não refletindo o valor justo pelo horário ou mesmo condições de trabalho.

1B: “A minha mãe já perdeu muitas oportunidades de emprego por causa disso mesmo. Uma vez que ofereceram um emprego num hotel, um emprego que ela queria bastante, mas ela precisava de falar inglês e espanhol. Então ela não consegue arranjar um emprego que pague bem”

1D: “Emprego esforçado pelo salário mínimo. Salário mínimo baixo”

1F: “Salários mais altos. Não é para mim, para o meu pai”

3C: “Porque os pais ganham pouco salário”

O valor baixo do salário mínimo é também fator condicionante nas outras dimensões da pobreza, nomeadamente no acesso à saúde, à habitação, e à perda do poder de compra devido à inflação e impostos:

3B: “Porque há pessoas que podem não ter dinheiro para pagar tratamentos ou consultas”

4B: “Uma pessoa que recebe o salário mínimo, como as casas estão muito caras agora, não facilita. Depois têm mais filhos, têm mais coisas para sustentar.”

5B: “Porque o salário é muito baixo e o aluguer é um pouco caro, então as pessoas às vezes não têm dinheiro para comprar comida e necessidades básicas.”

5E: “É difícil pagar renda e também ficar com algum dinheiro.”

1A: “Aumentam os salários mas também aumentam os preços das rendas e da comida, no geral, as nossas necessidades.”

6A: “porque há renda a pagar, há contas e às vezes nem sempre sobra dinheiro para comida ou qualquer coisa assim.”

A habitação e o emprego também foram atribuições que mereceram relevância significativa nas atribuições.

No caso da habitação todas as ocorrências foram sobre as alterações que estão a ocorrer no mercado do arrendamento e no conseqüente aumento das rendas, cuja dimensão tem originado, em alguns casos, mudança de residência por procura de rendas mais baixas e mesmo originadas em resolução de contratos:

1A: “Os meus pais não conseguiam arranjar uma casa para arrendar porque as rendas estavam super altas”

1B: “também já tive uma vez que sai de uma casa porque a renda já era demasiado alta”

1C: “morávamos em Sintra, Lisboa e veio para cá porque não conseguia pagar”

1A: “Eles aumentam os salários mas também aumentam os preços das rendas e da comida, no geral, as nossas necessidades”

Num final de uma das sessões, os pais de um dos participantes confidenciava que tinham recebido uma carta registada a denunciar o contrato de arrendamento e não sabiam como resolver o problema mesmo depois de já terem contactado a Câmara Municipal, o Serviço de Ação Social. No caso, trata-se de um casal com 3 filhos menores, ambos empregados. Naturalmente a capacidade deste casal tomar decisões racionais fica fortemente condicionada pela procura de uma solução urgente para a necessidade básica de encontrar uma habitação para a família, podendo criar condições e barreiras psicológicas que dificultem tanto a saída da pobreza como a sua persistência (Pereira et al., 2018). O filho do casal, que fez parte da nossa amostra, não interagiu com o grupo mostrando um certo desânimo perante o futuro o que, provavelmente lhe dificultará as aprendizagens e desenvolvimento das suas potencialidades, no sentido de que as “liberdades instrumentais”²¹ (Sen, 2003) estão fortemente condicionadas.

²¹ Oportunidades sociais, liberdades política, disponibilidades económicas, garantias de transparência e a proteção e segurança (Sen, 2003, pág. 26)

Quanto à condição perante o trabalho, não se verificaram atribuições a causas relacionadas com o desemprego, mesmo existindo 11 casos de mães sem emprego. Este facto pode estar relacionado com a tendência de queda que este indicador tem tido a nível nacional mas, poderemos também o poderemos relacionar com desigualdades nas relações de género e diferenças de papéis sociais, dimensões identificadas por Deepa Narayan no seu estudo (2000). Assim, as atribuições relacionadas ao trabalho foram identificadas considerando a precaridade do tipo de emprego e que está bem presente nos discursos dos participantes:

1C: “o patrão vai querer saber do lucro, não vai querer saber se tu tens dinheiro para sustentar a tua família ou não”

1D: “Porque no trabalho que ela trabalha ela fica sempre de pé.”

1G: “Ela trabalhava numa fábrica de tapetes e ficou com muitas dores nas costas e não foi trabalhar.”

3B: “O pai está a trabalhar e acaba por trabalhar mais horas do que o normal.”

6A: “Às vezes aparece outras vezes acaba e vou ter de esperar.”

Noutras atribuições as dificuldades de emprego aparecem relacionadas à falta de qualificações e exigências solicitadas para desempenhos mais específicos mesmo em empregos não qualificados. Na maioria dos discursos há uma ideia que a experiência de quem não tem escolaridade elevada não é valorizada pelos empregadores. Que o mercado de trabalho evoluiu para novas exigências devido ao avanço tecnológico obrigando a novas qualificações e aprendizagens.

1A: “só porque não está escrito no papel que tiraram aquele curso, aquela licenciatura ou aquele mestrado não lhe vão dar o emprego”

1C: “Com o avanço da tecnologia até se eu for para atender no McDonalds é preciso eu aprender inglês”

1A: “As pessoas agora têm de ter muito cuidado com os empregos que escolhem e com o curso que vão tirar porque daqui a uns anos vai haver muitos robots e muitas máquinas para substituir muitos trabalhos.”

1C: “Eu acho que é mais agora por causa do avanço da tecnologia”

Uma dimensão que surgiu e que relacionámos com o acesso ao mercado de trabalho foi o facto de alguns participantes sentirem necessidade de trabalhar em vez de estudar. Seja como forma de participarem nos rendimentos do agregado seja para terem possibilidade de poderem ter coisas que não podem ter.

1C: “Eu queria era trabalhar e ter o meu dinheiro para comprar as minhas coisas, mas não deixam por causa da minha idade.....eu não gosto de estudar mas eu sei que é necessário”

6A: “E assim que puder trabalhar ajudo eles”

Na contextualização destas atribuições, também percebemos uma consciência de injustiça social, estigmatização e desconfiança que os participantes sentem na condição de pessoas pobres.

1C: “o patrão vai querer saber do lucro, não vai querer saber se tu tens dinheiro para sustentar a tua família ou não”

4.2.4 - Atribuições Individualistas

Nas atribuições individualistas, isto é, naquelas em que a pobreza é atribuída ao pobre, às suas características individuais, ao seu comportamento e escolhas, a causa da sua situação. A causa mais evidenciada foi a baixa escolaridade dos pais. Das 12 ocorrências registadas nos discursos, 5 foram neste contexto. Ao que associaram a falta de competências para facilitar o acesso a melhores empregos e salários.

1A: “Baixa escolaridade, na idade dos nossos pais”

1C: “Ou somos muito bons no que fazemos ou somos ultrapassados”

Apenas 8 participantes fizeram atribuições deste tipo.

QUADRO 12 – Atribuições fatalistas por grupo focal e por idades

Menção a atribuições		Número do Focus Group						Total
		1	2	3	4	5	6	
Individualista	Idade							
	12	0	0	0	0	0	0	0
	13	0	0	1	0	1	1	3
	14	1	0	0	0	0	0	1
	15	3	0	0	1	0	0	4
Total		4	0	1	1	1	1	8

A dimensão e composição do agregado familiar também foram sinalizadas.

3A: “Não sei porque está a passar por dificuldades mas dá para perceber que ela tem muitos irmãos e não tem um pai presente. E os irmãos são quase todos de pais diferentes.”

4B: “têm mais filhos, têm mais coisas para sustentar”

Em termos de faixa etária, os participantes que mais fizeram esta atribuição foram os de 15 anos de idade a viver em agregados com 1 ou mais irmãos. A responsabilidade de ficar em casa a tomar conta dos irmãos mais novos, foi uma das razões apontadas e inibidora de sair com os amigos.

5B: “Eu tenho amigos mas a minha mãe muitas vezes não me deixa sair porque ela tem ocupações e eu tenho que cuidar das minhas irmãs”

6ª: “Por enquanto tenho que ajudar os meus pais, mesmo não podendo trabalhar tenho que os ajudar. Ajudar na escola e em casa”

Nos contextos das atribuições individualistas não foi perceptível para nós que os participantes culpabilizassem os pobres pela sua condição mas que tal se deveu a falta de oportunidades. O facto de todos eles pertencerem a famílias desfavorecidas poderá justificar este entendimento.

4.3 - A persistência na pobreza

A questão “Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?” por ser uma questão fechada foi passível, ainda que colocada ao grupo, de respostas individuais.

QUADRO 12: A persistência na pobreza por idade e sexo

Acredita ou não se vai conseguir ultrapassar as dificuldades?			Idade				Total
			12	13	14	15	
Não acredita	Sexo	Masculino			1		1
	Total				1		1
Acredita	Sexo	Masculino	1	1	4	2	8
		Feminino	1	4	2	4	11
	Total		2	5	6	6	19
Depende	Sexo	Masculino	1	0	0		1
		Feminino	0	7	1		8
	Total		1	7	1		9
Total	Sexo	Masculino	2	1	5	2	10
		Feminino	1	11	3	4	19
	Total		3	12	8	6	29

Dos 29 participantes, apenas 19 (42,2%) acredita que as crianças pobres vão conseguir ultrapassar as dificuldades. 9 (20%) dos participantes afirmou que “*depende*” e apenas 1 considerou que não é possível, justificando que é uma pessoa muito negativa, tendo mais à frente atribuído às desigualdades que sente na sua vida, acreditando que vão influenciar negativamente o seu futuro.

Os participantes do sexo feminino dividem-se entre o “acredito” e o “depende”. A maioria do sexo masculino acredita que consegue ultrapassar as dificuldades. Esta diferença de perceção poderá ser explicada nas diferenças de género existentes na sociedade portuguesa. Segundo últimos dados do INE²², no segundo trimestre de

²²

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUESdest_boui=593942616&DESTAQUESmodo=2

2023, quase 351 mil mulheres estava em situação de subutilização²³ do trabalho que compara com 274 mil nos homens. A monoparentalidade é uma outra das razões para as desigualdades de género em Portugal. Segundo dados da Pordata²⁴, em 2022 existiam, em Portugal, 429.968 agregados familiares monoparentais dos quais 87% eram do sexo feminino. Contudo, as razões apresentadas para o “depende” caíram mais sobre as instituições significativas para eles nesta fase da vida, nomeadamente a escola.

4.4 - As soluções para sair da pobreza

A terceira e última questão: “O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?”, foi colocada a todo o grupo

Aqui considerámos apenas duas categorias seguindo a metodologia do *locus* de controlo [que pondera onde as pessoas acreditam que reside o controlo das suas vidas](#). Uma que considera o jovem como agente de mudança a qual remete para fatores internos, isto é, que estão no seu controlo, e a outra como não agente de mudança remetendo a solução para fatores externos, fora do seu controlo.

Dos 29 participantes, 4 não apontaram soluções para a saída da pobreza e 11 indicaram soluções equilibradas entre fatores internos e externos.

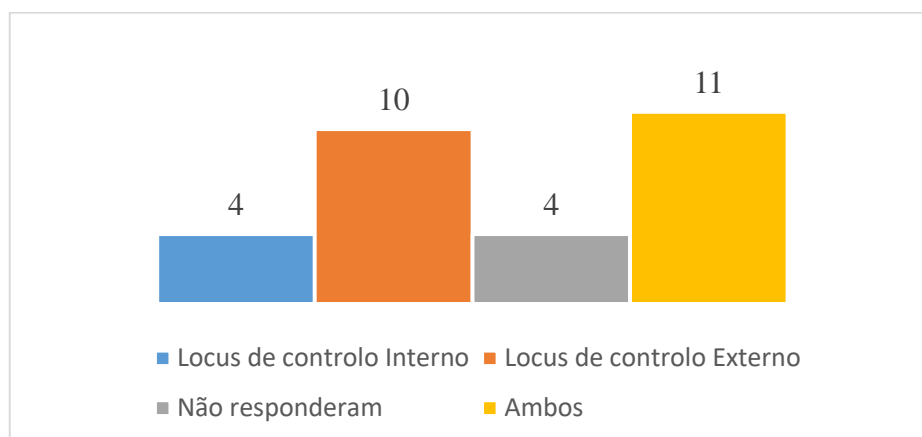
Daqueles que não apontaram soluções dois deles não se pronunciaram e os outros dois disseram que tinham tudo o que precisavam.

²³ Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalho a tempo parcial, os inativos à procura de emprego, mas não disponíveis e os inativos disponíveis, mas que não procuram emprego

²⁴

<https://www.pordata.pt/portugal/agregados+domesticos+privados+monoparentais+total+e+por+sexo-20>

GRÁFICO 12: Frequência absoluta de locus de controlo para soluções para sair da pobreza



Se considerarmos que o indivíduo que apresenta *locus* de controlo interno tende a ser mais proactivo verificamos que cerca de metade da amostra acredita que pode alterar as circunstâncias por esforço pessoal. Por outro lado, existe uma percentagem elevada de indivíduos que acredita que as soluções para sair da pobreza passam pela influência de fatores externos o que pode levar a alguma resignação dificultando a saída da pobreza.

Situarmos as soluções para ultrapassar as dificuldades na pobreza no *locus* de controlo, isto é, onde as pessoas acreditam que reside o controlo das suas vidas é fundamental para criar estratégias de combate à pobreza. Assim, sair da armadilha da pobreza passa fundamentalmente por aumentar a autoconfiança e a autoestima para que os pobres, confrontados com relações de poder desiguais, consigam influenciar e alterar as circunstâncias da desigualdade.

O *empowerment* é uma das formas mais eficazes para ultrapassar a crença de que o controlo das suas vidas reside nos fatores externos. Uma abordagem de empoderamento assenta fundamentalmente no reforço das capacidades das pessoas pobres, nos seus conhecimentos, nas suas competências, nos seus valores (Narayan, 2002).

Entre os fatores internos que mais referiram como forma de ultrapassar as dificuldades com vista a terem um futuro melhor, estão a motivação e a determinação. A maioria concordou que estudar é muito importante para ambicionar a um futuro melhor, mas consideram que o tempo que passam na escola não é significativo.

2E: “Não considero que o tempo passado na escola seja útil para o meu futuro”

O ambiente escolar é desmotivador e desinteressante, onde se sentem estigmatizados e desiguais nas oportunidades, principalmente por professores.

1A: “quanto mais vamos crescendo os professores exigem muito mais de nós. E a gente vai vendo que há muitas comparações de alunos com dificuldade e de alunos sem dificuldades. Não estou a falar de dinheiro. Estou a falar de capacidades para aprender.”

Entre os fatores externos apontados há duas vias que nos parece importante seguir, a que diz respeito à importância que as instituições têm no estabelecimento de condições para que os jovens pobres possam ambicionar ter uma vida futura melhor e o ambiente social que experienciam nas relações que estabelecem na comunidade.

No que diz respeito às instituições a escola foi aquela onde a maioria dos participantes considerou determinante para ambicionar aceder no futuro a um melhor bem-estar.

No entanto, esta centralidade não corresponde às suas expectativas, tornando-se muitas vezes num crescendo de obstáculos que não equilibra as dificuldades que passam, como se pode ver nos exemplos abaixo:

2A: “os horários escolares são muito densos e impeditivos de conjugar com divertimentos”;

1C: “Eu estive a ver as notícias há um tempinho atrás e vi que as universidades e escolas nem sequer têm psicólogos para todos os alunos.”

Uma outra questão relevante é a diferença que consideram haver entre a escola pública e a escola privada com vantagens para esta última:

4B: “Os professores (das escolas privadas) são bem mais inclusivos. Somos todos iguais ao lado do professor. Focam sempre em ti, independente das tuas dificuldades. Mesmo que não queiras saber estão sempre a incluir em tudo.”

Embora sintam que as relações com os seus pares não é a ideal, a relação com os professores é aquela que é considerada a mais conflituosa:

1A: “formação para os professores sobre mentalidade para eles perceberem, porque eles falam, falam e não ajudam nada os alunos. Só pioram.”

2A: “Na escola não temos as mesmas oportunidades que outros com mais dinheiro e os professores contribuem para isso.”

Foi também referido pelos adolescentes o problema da corrupção o que pode ser atribuído a um sentimento de desconfiança nas instituições políticas. Segundo Deepa Narayan (2000) apesar da corrupção ser relacionada ao Estado, a sua importância é transversal às instituições e associada a um sentimento de desconfiança,

Questionados sobre o acesso a eventos culturais, a maioria não mostrou interesse. Nenhum dos participantes sabia música ou tocava qualquer instrumento musical, não vão ao teatro nem ao cinema. Dada a importância da cultura na formação de atitudes, estes “modos de vida”, que podemos associar à privação de recursos, está na origem da exclusão social, na perda de vínculos sociais e culturais e podem levar à não participação cidadã e ao não exercício dos direitos e deveres de cidadania (B.T.I., 2003).

A questão material é um aspeto fundamental quando se trata de entender a pobreza e encontrar soluções para a sua erradicação. Isso ficou bem presente nos discursos da maioria dos participantes. A privação de rendimentos é central ao problema da pobreza no sentido que se esta não for resolvida todas as outras dimensões ficam prejudicadas (Sen, 2003) e tem implicações profundas no bem-estar dos jovens. As escolhas que estes jovens podem fazer são restritas e levam à percepção de desigualdades e de oportunidades.

1A: “Salários mais altos... acho que vai ser necessário quando nós formos maiores”

1C: “por vezes quero algumas coisas e não posso ter e outros têm tudo”

1C: “Eles têm dinheiro para pagar aos filhos deles os melhores colégios, universidades”

2A: “Sinto que na escola, não tem as mesmas oportunidades que outros com mais dinheiro”

3A: “há algumas crianças que têm explicações e os pais não têm possibilidades de pagar as explicações”

Sistematizando: em relação ao nosso objetivo analisar as percepções dos jovens adolescentes sobre a pobreza e sobre as soluções para sair dela, podemos dizer que os jovens foram capazes de identificar causas para a pobreza, sendo as atribuições estruturalistas as mais evidenciadas. Dos 29 participantes, 14 (48%) atribuíram causas à pobreza, 12 dos quais a mais do que um tipo de causas (registámos 65 ocorrências). 5 dos participantes fizeram atribuições a causas do tipo fatalista, 12 a causas do tipo estruturalista e 8 a causas do tipo individualista.

A amostra de 19 adolescentes femininas e 10 masculinos, mostrou diferenças de género nas atribuições. Das 19 adolescentes, 53% fizeram atribuições enquanto nos adolescentes masculinos a percentagem foi de 40%. Em baixo as percentagens relativas quanto ao tipo de atribuições realizadas pelos dois sexos:

	Fatalista	Estruturalista	Individualista
Feminino (10)	40%	90%	60%
Masculino (4)	25%	75%	50%

Dos 29 participantes da amostra, 19 acredita que é possível sair da pobreza, 9 afirmaram que depende e apenas 1 não acredita nessa possibilidade.

Relativamente às soluções apontadas para sair da pobreza, a maioria indicou soluções equilibradas entre fatores internos e externos. Entre os fatores internos, os mais evidenciados foram a motivação e a determinação. A escola foi a instituição que os participantes mais referiram como significativa para o seu futuro, embora considerem que o tempo que ali passam não é significativo em termos de ambicionarem um futuro melhor.

Quanto a verificar se existe persistência nas atribuições da pobreza a causas sociais identificáveis e se estas prevalecem em idades mais avançadas, foi possível verificar que os jovens tendem a entender a pobreza um fenómeno cujas causas têm origem em fatores externos bem determinados como empregos precários, salários baixos e

habitação e menos propensos a atribuir causas externas aleatórias ou fatalistas como má sorte, acidentes, morte ou doença.

Por forma a verificar se estas atribuições, externas e determinadas, são persistentes e mais comuns em idades mais avançadas, importa considerar os dados do estudo realizado por Leonor Costa (2020). Segundo a autora, com o avançar na idade as crianças atribuem mais tipos diferentes de atribuições causais à pobreza (p.24) e as atribuições externas (estruturalistas e fatalistas) são as mais prevalentes (p.33).

No nosso estudo, considerando as 65 ocorrências, foi possível verificar que a maioria fez atribuições causais da pobreza com origem em fatores externos aos indivíduos (estruturalistas e fatalistas). Sendo possível ainda verificar que as atribuições de causas do tipo individualistas (fatores internos aos indivíduos) foi superior às causas fatalistas.

QUADRO 14: Frequências absolutas das ocorrências dos tipos de causas por idades

Idades	Fatalista	Estruturalista	Individualista	Total
12	0	1	0	1
13	3	22	2	27
14	1	5	1	7
15	3	20	7	30
Total	7	48	10	65

A idade onde se verificou mais atribuições foi nos jovens de 15 anos e a mais baixa nos jovens de 12 anos.

QUADRO 15: Frequências relativas das ocorrências dos tipos de causas por idades

Idades	Fatalista	Estruturalista	Individualista
12	0,0	0,3	0,0
13	0,3	1,8	0,2
14	0,1	0,6	0,1
15	0,5	3,3	1,2

Tais resultados permitem-nos concluir que, em qualquer das idades, se verifica uma persistência nas causas do tipo estruturalista, sendo estas dominantes nos indivíduos

mais velhos. Face a estes resultados podemos concluir que se verificaram as conclusões tiradas por Leonor Costa (2020).

Se os jovens no início da adolescência, entre os 12 e os 15 anos, *“tendem a alargar a sua visão do fenómeno da pobreza, concretamente quanto ao papel de fatores externos determinados, em lugar daqueles externos de natureza aleatória/fatalista”* (Costa, 2020), os resultados obtidos no nosso estudo confirmam que os jovens entre os 12 e os 15 anos tendem a atribuir causalidade a fatores externos bem determinados. O que também foi possível verificar é que os jovens da amostra se mostraram bem informados acerca dos temas da atualidade e conscientes dos novos desafios, atribuindo a pobreza a causas muito específicas como o avanço tecnológico e competências especializadas para aceder ao mercado de trabalho.

No ano de 2022, o diagnóstico social do município de Caldas da Rainha identificou a presença de 19 organizações sociais em seu território. No entanto, para os propósitos do nosso estudo, concentrámo-nos exclusivamente nas 5 organizações que desempenham um papel ativo na prestação de apoio social nesta cidade.

Ao analisarmos o diagnóstico social de Caldas da Rainha, notámos que a administração municipal tomou a iniciativa de criar programas voltados para crianças até aos 12 anos e idade e para jovens adultos universitários. No entanto, não identificámos programas específicos direcionados para adolescentes. Em relação às organizações sociais, as suas intervenções concentram-se principalmente no apoio às necessidades básicas das famílias, como alimentação e roupas. No que diz respeito às crianças e jovens em idade escolar, é oferecido suporte na forma de materiais de consumo e didáticos, mediante solicitação das famílias.

No que diz respeito à organização e participação das famílias beneficiárias, não encontramos evidências de que estejam organizadas ou envolvidas no processo de tomada de decisões. Houve uma tentativa de criar uma equipa de voluntários com base nas próprias famílias beneficiárias, mas essa iniciativa não obteve êxito. Aparentemente, também não foram identificados grupos de cidadãos comunitários que atuem fora das instituições públicas e privadas.

As organizações de apoio social em Caldas da Rainha reúnem-se em sede de rede social quando solicitadas pelo município. No entanto, não há uma prática consistente de compartilhamento de informações ou melhores práticas entre elas.

Com base nestas informações, apresentamos na seção da conclusão algumas sugestões para consideração.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo principal recolher perceções de jovens desfavorecidos em início da adolescência, entre os 12 e os 15 anos, sobre atribuições causais da pobreza. Não conseguimos encontrar estudos anteriores semelhantes em indivíduos nesta faixa etária. Na bibliografia consultada, os estudos que encontramos foram realizados tendo como população objetivo indivíduos de diferentes níveis socioeconómicos e até aos 12 anos de idade. No nosso caso pretendemos dar voz apenas a crianças desfavorecidas porque a forma como percecionam a pobreza está muito ligada às suas vivências e valores sociais e são elas o principal foco de interesse e intervenção. A faixa etária escolhida teve a ver com a fase de desenvolvimento psicológico, cognitiva e social.

Porque importa não estudar apenas a pobreza infantil do ponto de vista individual, considerando a criança como uma unidade autónoma, interessava-nos também estabelecer a ligação entre estas crianças e os modelos de intervenção que as instituições das Caldas da Rainha prosseguem de apoio social e combate à pobreza infantil, daí também termos definido objetivos secundários.

Com base nos resultados do estudo, e dando resposta à pergunta de partida, verificámos que os adolescentes foram capazes de identificar causas para a pobreza. As suas perceções de causalidade vão no sentido de atribuir a sua origem a fatores externos, principalmente de ordem política e social, tais como mercado de arrendamento, de empregos precários e salários baixos, confirmando a hipótese desenvolvida por Leonor Costa (2020) de que com o aumento da idade subsiste a prevalência das explicações estruturalistas.

Para além de identificarem fatores bem determinados, os jovens mostraram que estavam conscientes de pertencerem a famílias desfavorecidas e nunca escamotearam essa realidade. Embora se tenha verificado alguns casos de não partilha de opinião, na maioria das intervenções assumiram em nome próprio as realidades e problemas das suas famílias.

A perceção da pobreza é sempre pior relativamente aos outros. O facto de o nosso estudo incluir apenas adolescentes a viver em agregados socioeconomicamente desfavorecidos, pareceu-nos apresentar mais vantagens do que se tivéssemos incluído indivíduos pertencentes a diferentes níveis socioeconómicos. Ouvir um discurso na primeira pessoa permitiu aferirmos uma preocupação consciente e interesse genuíno na necessidade de encontrar soluções adequadas às realidades que lhes pertencem, sem atribuírem ao pobre características ou atitudes de dependência ou anomia e foi possível aferirmos novas causas de pobreza como o avanço tecnológico ou a falta de conhecimento de idiomas.

A pobreza material, concretamente a privação económica, foi evidente nas narrativas mas o mal-estar que experienciam é muito mais abrangente. O sentimento de relações sociais desiguais e discriminatórias no ambiente onde passam a maior parte do tempo, a escola, foi transversal a toda a nossa amostra. A falta de acesso à cultura e a comparação entre pares é uma das suas consequências.

É importante lembrar que a pobreza é um fenómeno complexo e multidimensional, influenciado por uma combinação de fatores individuais e sistémicos. Portanto, uma compreensão completa da pobreza requer a consideração de várias perspetivas e fatores interrelacionados. Instituições e comunidade podem ser habilitadas a experimentar, a testar coisas novas, em seu benefício e dos pobres.

Ao querer ouvir as crianças desfavorecidas já sabíamos que iríamos ter limitações, tanto ao nível das instituições envolvidas como das próprias famílias, o que se verificou. Ao nível institucional, e embora compreendendo que município e associações enfrentam problemas logísticos e/ou de falta de recursos humanos, a maioria não se mostrou disponível para colaborar. Pareceu-nos até que, em alguns casos, não havia uma adequada sensibilidade para querer compreender melhor as

dificuldades das famílias que apoiam. Relativamente às 45 famílias/adolescentes contactadas, todas disseram que sim mas apenas 29 compareceu. Apesar de não termos conseguido perceber as razões, podemos atribuir as mesmas a estigma ou vergonha, a outras prioridades, ou a desorganização familiar. Embora o discurso de apresentação tenha sido igual para todos, admitimos também que não soubemos sensibilizar para a participação e poderíamos ter feito melhor. A certeza é que o nosso estudo ficaria mais rico com a participação de todos.

O foco de ajuda principal das instituições que abordámos é colmatar necessidades de alimentação, por vezes existem algumas outras valências mas que são marginais, como vestuário ou equipamentos. Mesmo só sendo este foco, verificámos que existem famílias apoiadas em mais do que uma instituição. É importante que as instituições partilhem informação e implementem entrevistas por forma a perceber melhor as limitações e necessidades.

Por não ser feito um acompanhamento sistemático das famílias, a informação que detém é básica e desatualizada. É fundamental que as instituições implementem estratégias de acompanhamento, flexíveis e adaptativas, com entrevistas e visitas regulares às famílias por forma a obterem informações detalhadas sobre as suas necessidades e poderem calcular o impacto social. Além disso é igualmente importante que as organizações abram espaço para que as famílias desfavorecidas participem na tomada de decisão por forma a promoverem um ambiente de corresponsabilização.

A leitura ao diagnóstico social das Caldas da Rainha permite verificar que o município tem alguns programas específicos para crianças mas nenhum dirigido especificamente para os adolescentes. O mesmo se passa com as associações. A sociedade, neste desafio de erradicar a pobreza, seguiu sempre uma visão coletivista, tradicional, baseado nas organizações e no Estado. Mas na verdade, o desenvolvimento humano e o aumento de conhecimento seguem o modelo da especialização e do aperfeiçoamento das competências individuais. A luta contra a pobreza requer o envolvimento, não apenas das instituições e organizações envolvidas mas também de toda a comunidade. A criação de parcerias entre todos os agentes desempenha um papel crucial nessa luta, podendo superar as limitações que cada uma delas enfrenta.

Estudar percepções causais da pobreza e soluções percebidas foi um campo complexo. Relativamente à parte teórica, a primeira grande dificuldade foi não encontrar estudos anteriores semelhantes com jovens no início da adolescência. Os estudos que encontramos foram com crianças até dos 12 anos de idade e com diferentes níveis socioeconómicos. Sendo a pobreza um fenómeno multidimensional, outra dificuldade foi encontrar a estrutura correta dos temas teóricos que ajudassem a enquadrar os objetivos de pesquisa. Aqui foi importante definir os campos que, na nossa perspetiva mais pode influenciar o desenvolvimento das crianças pobres, são eles: a família, a escola e a comunidade.

No que diz respeito ao trabalho de investigação encontramos duas grandes dificuldades. Principalmente de gestão de expectativas. Uma relacionada com as famílias e o compromisso de participação dado que uma parte significativa das famílias que se comprometeram não apareceram, não tendo dado qualquer justificação. E outra, por idênticas razões, com a Câmara Municipal e organizações contactadas que, tendo mostrado interesse e motivação para o estudo, acabaram por não ajudar causando alguma frustração. Ora, se o não assumir o compromisso por parte de algumas famílias se pode atender a razões de desconfiança, de logística familiar, ou mesmo de estigmatização, já por parte das organizações sentimos algum desinteresse que redundou, em algumas, na ausência de resposta. Com uma maior participação teria sido possível obter resultados mais consolidados.

Na condução da pesquisa, deparamo-nos com alguns desafios que podem ter influenciado a qualidade da investigação. Um dos constrangimentos foi não termos conseguido que todas as famílias contactadas permitissem ou incentivassem os jovens a participar nos grupos. Uma maior quantidade de participantes teria permitido uma recolha de dados mais diversificados. No que diz respeito à constituição dos grupos, pensamos que deveria ter conduzido o processo para que houvesse um número mínimo de participantes. Nos grupos mais pequenos tivemos muita dificuldade em obter contribuições significativas para a discussão. Pensamos que poderia ter planeado uma abordagem mais estruturada e utilizado algumas técnicas de facilitação de discussão.

Contudo um dos principais constrangimentos que enfrentamos esteve relacionado com a condução dos grupos. Embora tenhamos envidado esforços para proporcionar um ambiente propício à discussão, e tenhamos experiência como formador, percebo que poderia ter explorado melhor alguns conceitos e ideias subjetivas. Sentimos que ficamos muito focados em 3 questões e deveríamos ter sido mais questionadores. Isso teria permitido uma análise mais profunda das percepções e enriquecido os resultados.

Por último importa salientar que ao longo do trabalho desenvolvido surgiram algumas questões que podem revelar-se interessantes para uma investigação futura. Uma primeira seria confirmar se os jovens que fizeram parte da nossa amostra evoluem nas suas percepções causais da pobreza à medida que entram na fase adulta e realizam outras experiências e assimilação de novos hábitos. Um segundo, embora tenhamos observado alguns casos de diferença de opiniões, na maioria das intervenções revelaram as realidades e dificuldades das suas famílias de forma franca. Isto levantou-nos uma questão pertinente que é: como se comparam estas percepções de jovens desfavorecidos com as percepções de jovens com origem em famílias privilegiadas.

A compreensão das percepções causais da pobreza infantil é fundamental para promover a dignidade das crianças em situação de vulnerabilidade. Se conhecermos bem essas percepções poderemos influenciar ou desenvolver campanhas e programas de consciencialização eficazes, envolvendo todos os atores sociais, as próprias famílias desfavorecidas e a comunidade local, na busca de um futuro melhor.

Referências bibliográficas

- Alves, N. (2022). Um indicador de pobreza multidimensional para Portugal. In Neves, P.D. (Ed.), *Revista de Estudos Económicos*, Vol.VIII, Nº4, 29-54. Banco de Portugal.
https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/re202213_pt.pdf
- Amaro, R.R. (2003). Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática. In *Desenvolvimento e Saúde em Africa*, Nº4, 35-70. Cadernos de Estudos Africanos. <https://journals.openedition.org/cea/1573>
- Amaro, R.R. (2018). Manual de práticas e métodos sobre grupos comunitários. Leigos para o Desenvolvimento. Lisboa
- Banco Mundial (2001). Ampliar os Recursos dos Pobres e Reduzir as Desigualdades. In *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, Luta contra a Pobreza: Panorama Geral*, 79-100. Washington D.C..
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/927161468164645652/pdf/226840PORUGUE1za20001200101PUBLIC1.pdf>
- Bandeira, P. (1999). Texto para Discussão: Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0630.pdf
- Baquero, R. (2012). Empoderamento: Instrumento de Emancipação Social? – Uma discussão conceitual. In *Revistas e Debates*, v.6, nº1, 173-187.
<https://doi.org/10.22456/1982-5269.26722>
- Bastos, A. (2015). Pobreza Infantil. Diagnóstico e Reflexão sobre os Indicadores de Aferição. In Diogo, F., Castro, A., Perista, P. (Eds). *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos* (pp.101/115). Edições Húmus.
- Bastos, A., Fernandes, G., Passos, J., Malho, M.J. (2008). Um Olhar sobre a Pobreza Infantil: Análise das Condições de Vida das Crianças. Almedina
- Batista, I., Cabrita, J. (2009). Portugal, Regimes de Rendimento Mínimo, um estudo das políticas nacionais. CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.
file:///C:/Users/Carlos%20Gomes/Downloads/Portugal_1_2009_PT.pdf - Batista, -

- Batista, E.C., Matos, L.A.L., Nascimento, A.B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. In *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, vol.11, nº 3, 23-38.
<https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17910>
- BCSD Portugal. (2020). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Objetivo 1, Erradicar a pobreza em todas as suas formas, e em todos os lugares.
<https://ods.pt/objectivos/1-erradicar-a-pobreza/>
- B.I.T - Bureau Internacional do Trabalho (2003). A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal, experiências do Programa nacional de luta contra a pobreza (pp.7-83). https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714557.pdf
- Capucha, L. (2004). Desafios da pobreza. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
- Capucha, L. (2015). Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza. In Fernando Diogo, Alexandra Castro, Pedro Perista (Eds), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (pp.49-63). Edições Húmus
- Carmo, H. (2001), A actualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social, Universidade Aberta, Centro de Estudos das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) e ISCSP/UTL, in *Actas da 1ª Conferência sobre Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental*. Ed. por Ornelas, José; Maria, Susana. Lisboa, ISPA.
<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1853>
- Carmo, H.; Ferreira, M.M. (1998). Metodologia da Investigação: Um guia para auto-prendizagem. Universidade Aberta. Lisboa
- Costa, A.B. (2004). *Exclusões Sociais* (4ª ed.). Lisboa. Gradiva

- Costa, A.B. (coord.), Baptista, I., Perista, P., Carrilho, P. (2012). *Um olhar sobre a pobreza: vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo* (3ª Ed.). Gradiva
- Costa, L.P. (2020). “É cada um para o que nasce?”: Desenvolvimento das atribuições causais da pobreza infantil na infância e soluções percebidas para a pobreza. *Psicologia – Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, Vol.34 (2)*, 39-56.
<https://revista.appsicologia.org/index.php/rpsicologia/article/view/1382/1000>
- Coutinho, C.P. (2014). *Metodologia em Ciências Sociais e Humanas – Teoria e Prática* (2ªEd.). Almedina. Coimbra.
- Crespo, A.P.A., Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenómeno multidimensional. *RAE Eletrônica, v.1(2)*. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>
- Diogo, F. (2018). A pobreza infantil e o rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. In *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 87, pp. 71-86. <https://revistas.rcaap.pt/sociologiapp/issue/view/819>
- Diogo, F. (coord.), Palos, A.C., Rodrigues, C.F., Pereira, E., Bessa, F., Trevisan, G, Fernandes, L., Silva, O., Perista, P. & Amaro, I. (colab.) (2021). *A pobreza em Portugal: Trajetos e quotidianos*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
<https://www.ffms.pt/pt-pt/estudos/pobreza-em-portugal-trajetos-e-quotidianos>
- Diogo, F., Castro, A., Perista, P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos*. Edições Húmus
- Estivill, J. (2008). *Organizações que lutam contra a pobreza. Critérios de identificação e de intervenção*. Observatório de Luta contra a Pobreza. https://observatorio-lisboa.eapn.pt/ficheiro/Crit%C3%A9rios-Luta-Contra-a-Pobreza_final_port.pdf
- Fazenda, Isabel (s.d.). *Empowerment e Participação, uma estratégia de mudança*.
<https://www.adeb.pt/files/upload/artigos/empowerment-e-participacao-fazenda.pdf>

- Filho, H.M. (2016). Dos Objetivos do Milénio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Lições aprendidas e desafios. In *União Europeia, Brasil e os Desafios da Agenda do Desenvolvimento Sustentável* (pp. 87-107). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
https://www.kas.de/documents/265553/265602/7_file_storage_file_19053_5.pdf/951476a0-660a-0e83-ad4b-ea6d1fbb916f

- Giddens, A. (2004). Pobreza, previdência e exclusão social. In *Sociologia* (4th ed.), pp.310-345. Fundação Calouste Gulbenkian

- I.N.E. - Instituto Nacional de Estatística (2020). Inquérito ao Setor da Economia Social – 2018.
https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=451607836&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt

- Jara, J.J. (1998). A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Desafios de um processo em construção (pp.167-177). Recife. Prorual.
<http://repiica.iica.int/docs/B1128p/B1128p.pdf>

- Lima, M. da (2014), *Tensões, Compromissos e Articulações entre o Poder Local e as Dinâmicas Participativas Locais dos Bairros da Adroana, de Alcoitão e da Cruz Vermelha. (Alcabideche, Cascais)*, Tese de Mestrado em Estudos de Desenvolvimento, Lisboa, ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8848>

- Kahneman, D. (2012). *Pensar. Depressa e devagar* (2ª ed.). Círculo de Leitores. (pp. 27-143)

- Narayan, D. (2002). Empowerment and Poverty Redution – A Sourcebook (pp. 1-79). The World Bank. Washington DC

- Narayan, D., Chambers, R., Shah, M.K., Petesch, P. (2000). *Voices of the Poor: Crying Out for Change*. New York. Oxford University Press for the World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/13848>

- Papalia, D.E., Feldman, R.D. (2013). *Desenvolvimento Humano* (12ªEd). (pp.67-69;356-361, 385-394). McGraw Hill.

- Pechtelidis, Y. (2021). A criança como ator social. In *Conceitos chave em sociologia da infância. Perspetivas globais* (pp. 51-57). UMinho Editora.

<https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.5>

- Peralta, S., Carvalho, B.P., Esteves, M. (2022). Portugal, Balanço Social 2021: Um retrato do país e de um ano de pandemia. Fundação La Caixa e Nova School of Business Economics.

https://www.novasbe.unl.pt/Portals/0/Files/Reports/SEI%202021/Relat%F3rio%20Bal%20an%20Social_Janeiro%202022.pdf

- Pereira, O.L.F., Puchale, C.L., Sousa, T.M.P., Teixeira, N.F., Oliveira, S.V. (2018). Pobreza, desenvolvimento e comportamento humano: análise e conceituação sob o enfoque da economia comportamental. In *Revista Economia e Desenvolvimento*, v.30 (4), 01-12. <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/34267/18562>

- Pereira, E. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. *Fórum Sociológico*, série II (20), 57-66. <https://journals.openedition.org/sociologico/182>

- Pinto, A.J. (2011). A participação cidadã no processo de planeamento municipal em Portugal. In *on the waterfront – Urban planning in Portugal*, nº 18 (pp.17-46).

<https://raco.cat/index.php/Waterfront/article/view/248288/332405>

- Resolução do Conselho de Ministros nº 184/2021 da Presidência do Conselho de Ministros (2021). Diário da República: 1ª Série, nº 251.

<https://dre.pt/dre/detalhe/diario-republica/251-2021-176726828>

- Richardson, R., Peres, J.A.S., Wanderley, J.C.V., Correia, L.M., Peres, M.H.M. (1999). *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas* (3ª Ed.). pp.239-244. São Paulo. Atlas

- Samuelson, P.A., Nordhaus, W.D. (1991). *Economia* (12ª ed.), (pp. 923-940). McGraw-Hill.

- Sen, A. (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade* (1ª ed.). Gradiva

- Silva, I., Veloso, A.L., Keating, J.B. (2014). Focus Group – Considerações teóricas e metodológicas. In Revista Lusófona de Educação v.26, n.26, (pp.175-190).
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/4703>
- Silva, M.C. (2015). Desigualdade, Pobreza e Exclusão Social: entre legitimações e realidades de ontem e hoje. In Fernando Diogo, Alexandra Castro, Pedro Perista (Eds), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal: Contextos, Transformações e Estudos* (pp.29-47). Edições Húmus
- Silva, M.M. (1964). Oportunidade do Desenvolvimento Comunitário em Portugal. In *Análise Social, II* (7-8). pp.498-510. Lisboa. Instituto Ciências Sociais.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224163326H3cNW1up0Xu63YZ0.pdf>
- U.S.P. - United States Institute of Peace. (2009). Guiding Principles for Stabilization and Reconstruction. United States Institution of Peace Press.
<https://www.usip.org/publications/2009/11/guiding-principles-stabilization-and-reconstruction>

ANEXOS

Guião do Focus Group

Antes de iniciar a discussão:

Apresentar-me e agradecer a participação;

Informar qual o objetivo de estarmos ali e o que se vai passar a seguir;

Expressar o quanto é importante participarem nos assunto que lhes digam respeito e fazerem ouvir o que pensam e sentem;

Assegurar-me que todos estão ali de sua livre vontade e informar que podem sair em qualquer altura se não estiverem confortáveis;

Pedir autorização para que a conversa seja gravada em áudio e informar que o mesmo só será utilizado para facilitar a transcrição;

Informar que, por vezes, posso tomar notas mas que servirão apenas para facilitar o meu trabalho

Pedir aos participantes que respondam com sinceridade e sem preocupação em expor o que pensam porque não estão a ser avaliados nem será feita correspondência entre as respostas e quem a disse;

Informar que ninguém é obrigado a falar;

Pedir que não falem todos ao mesmo tempo nem haja conversas paralelas;

Informar que o questionar é composto apenas por 3 questões e que o tempo previsto é entre 30 e 45 minutos;

Dinâmica de apresentação dos participantes como forma de apresentação e quebra-gelo inicial:

Dinâmica da teia:

Com um novelo de lã na mão, o dinamizador deve fazer a sua apresentação ao grupo dizendo o primeiro nome e a idade. De seguida atira o novelo para outro participante

que deve segurar o novelo e fazer a sua apresentação, segurando na mão o fio, deve atirar o novelo para outro participante e assim sucessivamente percorrendo todos.

Após todos se terem apresentado, o fio deve formar uma teia que simboliza o que de comum todos os participantes têm e que os ligam uns aos outros.

De seguida o último participante que se apresentou, e que tem o novelo, deve devolvê-lo a quem lho passou e dizer o nome e idade.

No fim:

Agradecer aos participantes a amabilidade que tiveram em participar neste focus group;

Termo de Consentimento Livre e Informado

Eu, _____ abaixo(a) assinado, compreendi a explicação que me foi dada acerca da participação do meu filho(a) _____ no trabalho de investigação a desenvolver por Carlos Manuel Rosendo Gomes, sob a orientação da Prof^a Doutora Maria Antónia Barreto, no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação e Desenvolvimento Comunitário da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria.

Esta investigação tem por objetivo ouvir crianças entre os 12 e os 15 anos de idade sobre as causas que atribuem á situação de dificuldades socioeconómicas atuais e quais as soluções que idealizam realizar para conseguir sair daquela situação no futuro.

Fui igualmente informado(a) que a participação será voluntária e realizada em grupos informais com gravação áudio, à qual dou a minha autorização.

Tomei igualmente conhecimento que os dados recolhidos serão anónimos e confidenciais, utilizados apenas para fins académicos, e que em qualquer altura a participação pode ser interrompida.

Considerando-me devidamente informado(a), autorizo a participação no estudo na qualidade de mãe / pai / representante legal do acima identificado(a)

Data: ____/____/____

Assinatura do Encarregado de Educação:

Transcrições

Grupo 1

Investigador: A primeira pergunta que vos queria colocar tem a ver com o facto de cada vez mais famílias estarem a pedir ajuda junto das instituições para conseguirem fazer face às dificuldades que atravessam. Gostava de perceber quais as razões porque vocês acham isso acontece. Porque é que estão a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?

1A: Vou dar um exemplo que vejo nas notícias: a inflação e o aumento de rendas. Muitas casas estão abandonadas ou por vender. Há muitas pessoas que querem arrendar casas a um preço mais barato. Como é que nós vamos alugar uma casa. Eles aumentam os salários mas também aumentam os preços das rendas e da comida, no geral, as nossas necessidades. Como vamos sustentar isso se aumentam uma coisa e aumentam outra.

Investigador: E tu identificas-te com alguma coisa destas 1A?

1A: Sim, já me aconteceu. Os meus pais não conseguiam arranjar uma casa para arrendar porque as rendas estavam super altas. Temos exemplo de T2 a 800€

Investigador: Neste momento a renda alta é um problema. Mais alguém quer dizer alguma coisa? 1B?

1B: Sobre isso que ela falou das rendas, eu também já tive uma vez que sai de uma casa porque a renda já era demasiado alta.

Investigador: Também identificas esse problema.

1C: A minha mãe também, morávamos em Sintra, Lisboa e veio para cá porque não conseguia pagar

Investigador: 1C, a tua mãe veio de Lisboa para aqui por causa disso?

1C: Sim

1D: Eu também ando à procura de casas mas as que encontro são caras.

Investigador: Todos vocês sentem as rendas caras, é isso? 1E, contigo também se passa isso?

1E: Mais ou menos

Investigador: 1F também sentes o mesmo?

1F: Ele é a minha voz (do 1E)

Investigador: E tu 1G?

1G: Não

Investigador: E alguns de vocês já sentiram algum problema ao nível do desemprego?

1A: É assim, há um grande problema. As pessoas que contratam as pessoas que estão à procura de trabalho, procuram pessoas em que tenham mestrado, licenciaturas, e aquelas pessoas que não têm nada disso que têm apenas o 12º. Estas pessoas também podem ter

muitas qualidades, só porque não está escrito no papel que tiraram aquele curso, aquela licenciatura ou aquele mestrado não lhe vão dar o emprego. E acho que isso é injusto.

Investigador: portanto, baixa escolaridade, é isso?

1C: Eu queria era trabalhar e ter o meu dinheiro para comprar as minhas coisas, mas não deixam por causa da minha idade.

Investigador: 1C sentes essa necessidade? o facto de queres trabalhar quer dizer que não gostas de estudar, que estudar não é importante. É isso?

1C: Não, eu não gosto de estudar mas eu sei que é necessário porque eu quero tirar direito ou ciências politicam então eu tenho de estudar. O facto de eu querer trabalhar é ter a minha liberdade financeira

Investigador: Mas achas que consegues isso agora ou não?

1C: Não

Investigador: Tens de esperar não é?

1C: Sim

Investigador: A questão da baixa escolaridade é apenas na vossa idade ou é também na dos vossos pais?

1A: É mais na idade dos nossos pais.

Investigador: Também sentes isso 1B?

1B: Sim

Investigador: 1E também sentes isso?

1E: Sim

1C: Eu acho que é mais agora por causa do avanço da tecnologia. Antigamente nem sequer era obrigatório estar na escola até aos 18. Com o avanço da tecnologia até se eu for para atender no McDonalds é preciso eu aprender inglês. Tanto que já está a ser discutido o que é ético e o que não é. Muita gente vai ficar desempregada porque o patrão vai querer saber do lucro, não vai querer saber se tu tens dinheiro para sustentar a tua família ou não.

Investigador: 1C está ai a dizer coisas muito interessantes e diferentes: a ética, muitas vezes, pode não estar relacionada com estas dificuldades, e é muito importante entre nós sermos éticos, respeitarmos todos uns aos outros. Falaste também nas novas tecnologias, novas competências, novas aprendizagens, e a questão do lucro a qualquer custo.

1A: eu não sei se é uma coisa importante o que eu vou dizer. Nós tivemos a dar em geografia que as pessoas agora tem de ter muito cuidado com os empregos que escolhem e com o curso que vão tirar porque daqui a uns anos vai haver muitos robots e muitas máquinas para substituir muitos trabalhos. Porque já existem em supermercados máquinas e existe supermercados no Japão que nem sequer pessoas têm lá dentro,

aquilo é só máquinas. No futuro não pode haver aquelas pessoas que não têm escolaridade, nem licenciaturas, nem mestrados porque essas pessoas não vão ter emprego porque já não existem pessoas para atender à caixa. Por isso temos de ter cuidado com o que escolhemos. Temos de escolher mais profissões de relação humana.

Investigador: Isso entra um bocadinho naquilo que disse a 1C, nas novas competências.

1C: Ou somos muito bons no que fazemos ou somos ultrapassados

Investigador: Exactamente. Quando nos dedicamos e não desfocar. 1F queres dizer alguma coisa?

1F: Não

Investigador: E tu 1G?

1G: Não

Investigador: 1E, e tu pensas nisto?

1E: não.

Investigador: 1E Tu quando olhas para o teu pai, consegues situar esta discussão ou não?

1E: Não, nunca pensei nisso

1F: Não percebi essa pergunta. Pensar no quê?

Investigador: Nas dificuldades, porque estamos todos a passar dificuldades e a precisar de ajuda.

1F: Já pensei.

Investigador: Então diz lá. Consegues partilhar isso connosco?

1F: Não é não querer partilhar é não saber explicar.

Investigador: queres tentar?

1F: Nem quero tentar.

Investigador: 1D queres acrescentar um pouco à nossa discussão?

1D: Não

Investigador: E tu 1B?

1B: A minha mãe já perdeu muitas oportunidades de emprego por causa disso mesmo. Uma vez que ofereceram um emprego num hotel, um emprego que ela queria bastante, mas ela precisava de falar inglês e espanhol. Então ela não consegue arranjar um emprego que pague bem.

Investigador: É isso mesmo, a questão das novas competências. A aprendizagem ao longo da vida é muito importante porque pensamos sempre que acabamos a escola e arranjar emprego para ganhar dinheiro, mas ao longo da vida estamos sempre a aprender. Há uma coisa que não vos ouvi dizer, a saúde. No caso das pessoas que não

têm saúde como é que elas conseguem. Por exemplo uma pessoa que tenha ficado doente e tenha perdido o emprego por isso

1A: Não conseguem. Quando a minha mãe estava de muletas ela não conseguia trabalhar.

1B: A minha tia.

(Todos assumiram que tinham casos na família assim)

Investigador: Isto também é um ponto comum entre todos. A questão da saúde. A própria sociedade parece não estar apta a dar resposta a estes problemas. E tu 1G, tiveste algum caso assim que tenha deixado de trabalhar por falta de saúde?

1G: Sim, a minha mãe. Ela trabalhava numa fábrica de tapetes e ficou com muitas dores nas costas e não foi trabalhar.

1D: A minha mãe trabalha numa cozinha e por causa de um problema de saúde não pode ficar muito tempo. Porque no trabalho que ela trabalha ela fica sempre de pé. Ou mexer em água quente ou água fria. Fica com dores nas costas.

Investigador: Portanto, eu estou a escrever aqui emprego inadequado. São empregos que são inadequados às pessoas. Hoje em dia não se liga muito a isso. Lá está depois isto liga àquilo do lucro a qualquer custo.

1D: E a salário mínimo. Emprego esforçado pelo salário mínimo.

1C: Nós estamos a falar da saúde física, mas eu acho que a saúde mental também é importante, ainda mais por causa disto da pandemia veio a piorar muito porque as pessoas desabituarão a conviver socialmente. Eu estive a ver as notícias á um tempinho atrás e vi que as universidades e escolas nem sequer têm psicólogos para todos os alunos. Depois da pandemia são muitos os alunos a solicitar e a necessitar de falar com psicólogos.

Investigador: 1C, estás a falar nas faculdades e nas escolas secundárias?

1C: também e muito. A minha escola tem 3 psicólogas para todos os estudantes. O ano passado eu tentei falar com uma e não tinha calendário.

Investigador: o facto de haver psicólogos nas vossas escolas, ajudava em alguma coisa?

(Quase todos): não

1D: É só conversa. Eu acho que eles conversam comigo mas não conversam sobre coisas que eu necessito.

1A: aconteceu-me isso na escola

Investigador: isso passa-se com os psicólogos e com os professores? Também se passa? Também sentem isso que eles falam, falam e não vos dizem nada?

1A: muito, muito. Falam muito disso mas eles não ligam nenhuma. As minhas notas baixaram por causa disso. A minha mãe avisou-os desde o início dos problemas que eu tinha e eles baixaram-me as notas. Eu perdi para ai dois valores por causa disso.

Investigador: Há uma coisa que eu gostava que assumissem, nenhum de nós tem problemas. Não há problemas. Cada um de nós tem as suas dificuldades. A nossa forma de estar. Isso é normal, mas não há problemas, há dificuldades. Há aqui muita informação importante. Eu não estava á espera que vocês fossem tão envolvidos nisto. O que me estão a dizer é um pouco o descrédito nas instituições. Vocês não acreditam. 1E queres dizer alguma coisa?

1E: não quero falar

Investigador: Se não quiserem acrescentar mais, vamos fechar este tópico. A segunda pergunta que vos queria colocar é a seguinte. No meio destas dificuldades todas, acreditam que os jovens vão conseguir ultrapassar estas dificuldades que sentem hoje para que tenham um futuro melhor?

1F: Sim, acho que sim.

1E: também acredito que sim.

1B: Sinto que não, mas eu sou uma pessoa muito negativa.

1A; Sim

1D: sim

1C: Sim

1G: Sim

Investigador: Muito bem. O que eu gostava também de saber agora é, o que é que vocês acham que precisam de ter hoje para ultrapassar as dificuldades e ter um futuro melhor?

1C: Havia de ter uma saúde mental mais estável.

1A: O mesmo mas há aqui coisas que têm de mudar ao nível da economia. Salários mais altos.

Investigador: mas vocês hoje não ganham salários

1A: não, mas acho que vai ser necessário quando nós formos maiores.

Investigador: Gabriel, o que é tu querias ter hoje?

1F: salários mais altos. Não é para mim, para o meu pai. É o mesmo que ela disse sem ser a saúde mental.

Investigador: Certo, mas o que precisam de aconteça agora para ganhar mais dinheiro no futuro? Por exemplo, quando for grande quero ser veterinário. O que é que eu preciso de ter agora para ser veterinário quando for grande?

1C: foco e determinação, acho que com foco e determinação podemos fazer tudo.

1A: ter objetivos também. Estudar.

Investigador: e tu 1B?

1B: Acho que não tenho assim uma ideia sobre isso

Investigador: o facto de vocês acreditarem que vão sair das dificuldades, depende de vocês ou não depende de vocês?

1A: depende, a gente não pode desistir e ficar ali, temos de ser nós a mudá-las é preciso é ter força de vontade.

Investigador: se depende de vocês, o que é que vocês mudavam para conseguirem ultrapassar as dificuldades?

1A: formação para os professores sobre mentalidade para eles perceberem, porque eles falam, falam e não ajudam nada os alunos. Só pioram.

Investigador: Alguém quer acrescentar mais alguma coisa?

1C: desigualdade

Investigador: O que queres dizer com isso 1C?

1C: por vezes quero algumas coisas e não posso ter e outros têm tudo.

1F: se eu disser isso podem-me levar para a prisão

Investigador: Diz lá 1F

1F: se eu disser o que quero dizer podem-me levar para a prisão

Investigador: porquê?

1F: porque é uma coisa sobre os professores mas não é sobre todos.

Investigador: mas é mais sobre os professores?

1F: e sobre os alunos, claro

Investigador: portanto, vocês também sentem que os vossos colegas podem ajudar um bocadinho a ultrapassar as dificuldades

1D: Os nosso colegas da turma? Os meus não.

Investigador: gostavam que houvesse mais união entre vocês?

1D: Isso na minha turma não tem nada

1A: quanto mais vamos crescendo os professores exigem muito mais de nós. E a gente vai vendo que há muitas comparações de alunos com dificuldade e de alunos sem dificuldades. Não estou a falar de dinheiro. Estou a falar de capacidades para aprender.

Investigador: Vocês valorizam mais a questão do dinheiro ou a questão das relações sociais?

1A: Das relações sociais

1B: Das relações sociais

1E: Das relações sociais

1C: Do dinheiro

1D: Do dinheiro

Investigador: Uma pergunta que eu gostava de lançar aqui que é. Nós estamos a falar das pessoas, e as instituições, podem ajudar nisso ou não?

1C: Podem, têm de fazer por isso

Investigador: Em que aspeto?

1C: deixarem de ser corruptos, por exemplo. Eles têm dinheiro para pagar aos filhos deles os melhores colégios, universidades, e lá aprendem de tudo e mais um pouco mas o que eles estão a tirar dos outros, mas depois acontece que os outros ficam com menos oportunidades. Por exemplo, as pessoas que estudem em Harvard vão conseguir encontrar um melhor emprego do que as pessoas que estudem noutra qualquer universidade.

Investigador: as tais desigualdades que referias á bocadinho. Portanto, as instituições têm um papel importante aqui. Vocês acham que elas têm um papel importante a fazer?

1A: sim porque elas são superiores a nós. Se nós não pudermos fazer alguma coisa, só eles é que conseguem fazer.

Investigador: sentem mesmo isso, desta desigualdade?

1B: Sim, é uma coisa muito única hoje em dia.

1A: por exemplo, o diretor da minha escola, vai muito pelas aparências e pelas notas. Houve uma situação que aconteceu comigo, eu fiquei prejudicada porque a outra pessoa a nível de aparência parecia mais rico de dinheiro e muito melhor aluno do que eu. E eu não gostei nada dessa situação. E a minha mãe era para ter mandado isso para o ministério da educação, mas não mandou.

Investigador: Acham que essas desigualdades vão influenciar muito o vosso futuro ou não?

1B: Sim

Investigador: 1B é por causa disso que não acreditais?

1B: Sim, é o maior motivo.

Investigador: Muito bem. Acho que falámos aqui de coisas muito interessantes e importantes para o meu estudo. Quero agradecer-vos muito. Mais alguém quer dizer alguma coisa ou alguma pergunta que me queiram fazer? (não houve) Muito obrigado por terem vindo e por tudo o que disseram. Vamos então encerrar esta sessão.

Grupo 3

Investigador: Há uma primeira pergunta que eu vos queria fazer que é, muitas famílias estão a atravessar dificuldades, vocês ouvem isso com certeza, e têm de recorrer a apoios de instituições. Vocês têm ideia de quais as razões porque isso acontece?

(não se pronunciaram)

Investigador: Nunca pensaram nisso? Alguns de vocês têm amigos que estejam a passar por essas dificuldades? Na vossa escola, por exemplo.

3A: Sim.

Investigador: 3A quando olhas para esses amigos pensas nisso? Porque achas que eles estão a atravessar dificuldades, tens ideia?

3A: Não sei porque está a passar por dificuldades mas dá para perceber que ela tem muitos irmãos e não tem um pai presente. E os irmãos são quase todos de pais diferentes.

Investigador: Então achas que é devido a serem famílias com muita gente, numerosas, e o pai não estar presente, é isso? E porque isso acontece? A mãe por exemplo podia ganhar dinheiro, muito dinheiro, para sustentar a família sem o pai. A tua perceção é só porque eles são muitos e é só a mãe?

3A: Sim.

Investigador: E tu 3B?

3B: Eu tenho um colega que a mãe dele morreu há 8 anos, ele tem um irmão e o pai trabalha muito e acaba por não lhes conseguir dar tanta assistência e depois eles acabam por sofrer um bocado porque não têm isso. O pai está a trabalhar e acaba por trabalhar mais horas do que o normal e eles não conseguem ter tanto o pai presente e a mãe já morreu e eles sofreram com isso.

Investigador: 3C, queres dizer alguma coisa sobre isto?

3C: Não

Investigador: 3B, isso parece ter a haver com os ordenados. Não ganham o suficiente, é isso? Ou as dificuldades podem estar relacionadas também com a saúde?

3B: Eu acho que sim. Porque há pessoas que podem não ter dinheiro para pagar tratamentos ou consultas

Investigador. É um bocadinho isso. Por exemplo, vocês quando olham para esses vossos colegas, aperceberem-se do que é que pode estar a acontecer, porque têm essas dificuldades. Há muitas explicações para isso que podem ser, por exemplo, por estar desempregados ou falta de saúde. E até pode haver pessoas que atravessem dificuldades porque não querem trabalhar. Mas a vossa perceção parece estar muito ligada ao que vocês observam na escola, perto de vocês. Também tens alguns amigos assim na tua escola 3C?

3C: Sim.

Investigador: são muitos nas vossas turmas os jovens que passam dificuldades?

3A: Não, na minha turma não são muitos assim com muitas dificuldades.

Investigador: Mas na tua turma 3C tens colegas assim a atravessar dificuldades?

3C: Na minha turma não, mas noutras turmas sim.

Investigador: E quando olhas para eles tens assim alguma perceção porque é que eles estão a atravessar dificuldades ou não?

3C: Porque os pais ganham pouco salário.

Investigador: E sabes se são famílias monoparentais ou têm pai e mãe?

3C: Têm pai e mãe. A mãe não trabalha.

Investigador: Sabes porque a mãe não trabalha?

3C: Não

Investigador: Quando olham para esses vossos colegas, às dificuldades que passam, acham que eles vão conseguir ultrapassar essas dificuldades, por forma a terem um futuro melhor quando forem maiores?

3A: Depende, se eles trabalharem para isso.

3B: Depende do que eles querem da vida. Depende dos objetivos de cada pessoa.

3C: Depende

Investigador: Portanto não têm a certeza se eles vão sair ou não. E acham que depende deles ou não depende só deles?

3B: Depende deles

Investigador: Também achas o mesmo 3A?

3A: Sim, eu tenho uma amiga na turma que ela não ia para a escola, a mãe também não liga muito mas ela não liga para a escola, é sempre do contra. E ela não quer saber se chumba ou não. Se não perceber se isso está errado ela não vai conseguir trabalhar num sítio bom.

Investigador: E o que é que acham que tem de acontecer hoje para que os jovens das famílias em dificuldades consigam ultrapassar as dificuldades e ter um futuro melhor? A 3A já falou um bocadinho disso que foi a questão da escolaridade. Há assim mais alguma coisa que seja necessário para que eles consigam?

3A: Por exemplo, se eles não perceberem a matéria, normalmente há algumas crianças que têm explicações e os pais não têm possibilidades de pagar as explicações.

Investigador: E tu 3B?

3B: É um bocado o que a 3A está a dizer. E também eles podem querer praticar alguns desportos e os pais não terem possibilidade para pagar. Para não estarem sempre a estudar e agarrados aos livros, neste caso quem quer.

Investigador: E tu 3C, concordas também ou tens outra ideia?

3C: Concordo.

Investigador: Vocês praticam algum desporto?

3A: Sim, estou no articulado de dança

3B: Eu não estou no articulado mas também estou na dança.

3C: Eu ando no badminton

Investigador: E acham que o desporto vos ajuda um bocadinho na escola, no estudo?

3A: Sim

3B: Sim

3C: Faz ficar mais concentrado.

3A: Eu como tenho 20 horas por semana, sei que tenho aquele tempo para estudar e acabo por ser mais organizada. As pessoas que, normalmente andam no articulado, e eu vejo isso na minha turma, têm melhores notas.

Investigador: E relativamente à cultura? Quando digo cultura é ir ao cinema, ao teatro, a um concerto.

3B: Depende, há pessoas que podem ter dificuldade em ter dinheiro mas há outras que podem juntar um bocadinho de dinheiro.

Investigador: Acham que o acesso à cultura seria melhor para eles ou é indiferente para que possam ultrapassar essas dificuldades?

3B: Eu acho importante.

Investigador: E o que achas 3C?

3C: Eu acho que é importante porque também têm que se divertir e assistir à cultura em geral.

Investigador: Também para eles terem conhecimento de outras realidades.

3B: E desligar da realidade deles nem que seja por uma hora ou duas.

Investigador: Isso é muito importante. Falando aqui um bocadinho de grupos, vocês nas escolas sentem muito que há esses grupos ou não?

3A: Não. Eu pelo menos nunca percebi isso

3B. Não. Nunca vi isso na minha escola.

Investigador: Sobre o que falámos querem dizer mais alguma coisa? Se não quiserem dizer mais nada, estas eram as perguntas que vos queria fazer. Já agora, o que queres ser quando fores grande 3C?

3C: Não sei

Investigador: E tu 3B?

3B: Gostava de ser educadora

Investigador: E tu 3A?

3A: Não sei, mas não me importava de ser psicóloga ou advogada.

Investigador: 3B, porque é que queres ser educadora?

3B: Porque gosto de crianças e gostava de lhes ensinar o que sei.

Investigador: E porquê educadora e não professora?

3B: Porque prefiro crianças dos 3 aos 6

Investigador: Boa. Muito bem. 3A, advogada ou psicóloga são coisas bem diferentes não é?

3A: Sim. Eu gostava de ser psicóloga porque gostava de perceber o que se passa na cabeça das pessoas

Investigador: 3C, e tu não sabes mesmo ou não queres dizer, ou tens assim uma pequena ideia?

3C: Não sei

Investigador: 3C, tens irmãos?

3C: Tenho dois

Investigador: És a mais nova?

3C: Sim, a minha irmã tem 16 e o meu irmão 23

Investigador: E tu 3B?

3B: Não tenho

Investigador: E tu 3A?

3A: Eu tenho um mais velho que tem 20 anos

Investigador: Muito obrigado por terem vindo e se não quiserem dizer mais nada encerrava esta conversa.

Grupo 4

Investigador: A vida hoje para os jovens da vossa idade está difícil. As próprias famílias passam muitas dificuldades hoje em dia. Eu não sei se vocês pensam alguma coisa sobre isso mas a nossa conversa é muito sobre isso. É informal tem 3 perguntas apenas. E gostava que vocês se sentissem à vontade para partilhar o que pensam e para falar sobre isso. Sobre o que vamos falar não há respostas certas ou erradas. É o que pensamos. Gostava de começar por vos perguntar, na vossa opinião, quais são as razões porque hoje em dia as famílias atravessam tantas dificuldades. Quais as razões porque há cada vez mais famílias a pedir ajuda. A que é que atribuem isso?

4A: Ao orçamento. No final do mês o dinheiro não chega e os impostos são altos.

Investigador: 4A, sim, o dinheiro não chega. Queres especificar melhor porque não chega?

4A: Porque os salários são baixos e a vida está cara.

4B: Pode repetir a pergunta? Dificuldades a nível financeiro ou geral? Em Portugal?

Investigador: A nível geral em Portugal, sim.

4B: Também tem a ver com o país onde nós vivemos. Por melhor que seja bom a nível de segurança, os preços estão muito altos.

Investigador: Tem a ver um bocadinho com a inflação. Será isso?

4B: Exato.

Investigador: 4C, queres dizer alguma coisa?

4C: Não sei dizer.

Investigador: 4D, e tu?

4D: Falta de oportunidades

Investigador: Queres explicar melhor? A que se deve isso?

4D: Eu não me lembro agora. Estava pensando nisso agora.

Investigador: Achar que a questão do emprego é, nesta altura, uma das razões para as dificuldades, ou não?

4D: Sim, pela falta de dinheiro.

Investigador: Sim, mas referes as pessoas que estão empregadas e têm falta de dinheiro ou não estão empregadas e têm falta de dinheiro? É porque há um problema que é mesmo as pessoas que estão empregadas têm falta de dinheiro porque os salários são baixos. Mesmo empregados vivem dificuldades porque o dinheiro não chega. Ganham pouco.

4B: As coisas também estão altas. Por exemplo, uma pessoa que recebe o salário mínimo, como as casas estão muito caras agora, não facilita. Depois têm mais filhos, têm mais coisas para sustentar.

Investigador: Mais despesas. Vocês, na vossa idade sentem isso no dia-a-dia?

4D: Sinto

Investigador: Sentes especificamente o quê 4D? Quais é que são as tuas dificuldades hoje em dia? Tu falaste em oportunidades, achas por exemplo, que não tens oportunidades na tua escola?

4D: Tenho mas poucas.

Investigador: Relativamente a outros colegas? Sentes muito isso?

4D: Nas aulas e fora das aulas. Não é todos os professores mas alguns são preconceituosos, por sermos de outro país. Venho do Brasil. Estou cá há 1 ano.

Investigador: Hoje os jovens não tem a oportunidade de ir por exemplo a um teatro. Vocês o que fazem agora que estão de férias?

4A: Ler, eu leio.

Investigador: Sim, mas atividades em grupo.

4D: Sim, eu tenho. Jogo basquete e futebol.

Investigador: 4C tens alguma coisa para fazer nas férias?

4C: Não. Só sair com os meus amigos para vários sítios. Todos os dias não, eu tenho preguiça também.

Investigador: E tu 4B?

4B: A mesma coisa. Mas para mim é com mais regularidade do que ela porque também só mais velha.

Investigador: Mas se vocês tivessem coisas programadas para fazer nas férias. Por exemplo, um campo de férias. Vocês iam?

4B: Não, sinceramente não ia. Não era uma coisa que fosse do meu interesse, então acho que não iria.

4D: Eu não gosto de praia. Eu não gosto de areia.

Investigador: E a saúde? Acham que a saúde é um problema hoje em dia para as famílias?

4D: Sim.

4A: Os hospitais estão muito cheios e não há acesso fácil. Nos hospitais públicos, mais.

Investigador: O que gostaria de perguntar agora é se acreditam que os jovens das famílias em dificuldades vão conseguir ultrapassar essas dificuldades para conseguirem ter um futuro melhor?

4A: depende

4D: Sim

4B: Sim

4C: Sim

Investigador: Muito bem. Então, o que acham que é necessário que eles tenham hoje para conseguirem ultrapassar as dificuldades e ser o que desejam no futuro?

(não responderam)

Investigador: 4A, o que queres ser quando fores grande?

4A: Quero ser actor.

Investigador: E tu 4C?

4C: Ainda não sei

Investigador: E tu 4D

4D: Eu quero ser médico

Investigador: E tu 4B

4B: Eu quero seguir relações públicas.

Investigador: Então, o que é que vocês precisam de ter hoje para conseguirem ultrapassar as dificuldades para ter um futuro que desejam? Conseguir aquilo que querem ser?

4B: Eu acho que está lá tudo o que precisamos. Às vezes é que temos preguiça de fazer. Pensamos sempre, amanhã faço isso, amanhã faço aquilo. Porque oportunidades, acho, que há muitas, nós é que não aproveitamos. Também depende de pessoas para pessoa, de escola para escola. Na minha escola sinto que tenho oportunidade para tal. Depende única e exclusivamente de mim.

Investigador: E tu 4A?

4A: Eu não sei. Depende. Por exemplo acho que para artes, nos Estados Unidos e isso era mais fácil, e economia era mais turística, no Algarve.

Investigador: E achas que em artes, se quiseses ir para os Estados Unidos, com as condições que tens hoje, conseguias ir?

4A: Se ganhasse uma bolsa, sim.

Investigador: E achas que depende muito de ti também, ou não?

4A: Sim, depende das notas que eu tirar também.

Investigador: E tu 4C?

4C: Acho que tenho tudo. Não preciso de nada.

Investigador: E tu 4D?

4D: Eu tenho tudo.

Investigador: 4D, aquela questão das oportunidades, és só tu ou existem mais amigos teus que sentem isso?

4D: Mais. Não só brasileiros, como portugueses, como cabo verdianos, africanos.

Investigador: Sentem estas faltas de oportunidades nas vossas escolas? Existe nas relações com os professores e entre alunos?

4D: Sim

Investigador: Sentes isto onde andas 4C?

4C: Nunca reparei.

Investigador: Acham que há diferença entre o colégio particular e a escola pública?

4B: Sim

Investigador: Quais são as diferenças?

4B: Os professores são bem mais inclusivos. Somos todos iguais ao lado do professor. Focam sempre em ti, independente das tuas dificuldades. Mesmo que não queiras saber estão sempre a incluir em tudo.

Investigador: Tens essa ideia também 4C?

4C: Para mim é tudo igual

Investigador: E tu 4A?

4A: Sim, mais ou menos. Por exemplo na escola D. João onde ando não dá para seguir artes.

Investigador: Não tenho mais nada para vos perguntar. Querem dizer alguma coisa? 4D, para ires para médico tens de te aplicar. Achas que isso depende só de ti ou também da escola?

4D: Dos dois.

Investigador: E o que é preciso teres para chegares a médico?

4D: Eu quero fazer universidade, me formar em cirurgia e ser médico.

Investigador: Não sei se alguém quer dizer mais alguma coisa? Eu não tenho mais perguntas e dava o nosso encontro por encerrado. Gostaria de dizer que, para mim, foi importante aquilo que vocês disseram aqui hoje e obrigado por terem vindo.

Grupo 5

Investigador: Boa tarde. Querem fazer alguma pergunta antes de começarmos? A primeira pergunta que tenho para vos fazer é a seguinte, como devem saber, o país atravessa dificuldades e isso reflete-se nas famílias o que tem levado muitas a solicitar ajuda junto de associações. Conseguem-me dizer, na vossa opinião, quais são as razões porque as famílias estão a atravessar essas dificuldades?

5A: Não sei

5B: Eu acho porque o salário é muito baixo e o aluguer é um pouco caro, então as pessoas às vezes não têm dinheiro para comprar comida e necessidades básicas.

Investigador: 5C, o que pensas sobre isto?

5C: Não sei

Investigador: 5B, achas que os salários baixos é de forma geral?

5B: Acho que depende da região. Umhas regiões são um pouco mais chiques e outras são um pouco mais pobres.

Investigador: Certo, mas aqui nas Caldas quais são as dificuldades que acham que esses jovens sentem no dia-a-dia?

5C: Na escola?

Investigador: Em qualquer contexto. Por exemplo, quando chegam a casa ao final do dia e pensam no que gostavam de ter feito.

5B: Acho que sair mais. Eu não saio muito. Não saio mais porque às vezes eu não tenho dinheiro para comprar alguma coisa que queria.

Investigador: E quando dizes que gostavas de sair mais, é por causa do dinheiro ou também por causa dos amigos?

5B: Eu tenho amigos mas a minha mãe muitas vezes não me deixa sair porque ela tem ocupações e eu tenho que cuidar das minhas irmãs.

Investigador: 5C, estás a abanar com a cabeça. Também te acontece isso?

5C: Sim, sim. Querer sair mais e não poder.

Investigador: Porquê? Os teus pais têm medo que tu saias à noite?

5C: Acho que sim

Investigador: 5A acontece o mesmo contigo?

5A: Sim

(05:06) – Chegou a 5D e o 5E. Perguntei se tinham alguma questão e se se importavam que a sessão fosse gravada em áudio. Fiz a apresentação dos outros participantes, expliquei a questão a que estávamos a responder e resumi as respostas dadas.

Investigador: Estas coisas acontece com vocês também?

5E: Acontece

Investigador: O quê 5D, queres explicar melhor?

5D: É difícil pagar renda e também o dinheiro é pouco

Investigador: E tu 5D queres dizer alguma coisa? Se não quiseres falar não fales.

5D: Para já não

Investigador: E no caso da saúde, sentem algumas dificuldades no acesso à saúde?

5C: Não

5A: Não

5B: Não

Investigador: Nós estamos na biblioteca, o que acham relativamente ao acesso à cultura? Isto é a ir a um concerto ou a um cinema. Costumam ir?

5B: Não

Investigador: E isso é mais uma questão de dificuldades ou de não gostarem?

5B: Por uma questão de dificuldade, porque se não fosse por isso eu iria por exemplo a um teatro. A um concerto não porque a mãe não deixa ir nessas coisas.

Investigador: Alguém quer acrescentar alguma coisa a esta questão das causas das dificuldades? Se ninguém quer acrescentar nada, eu ia passar à segunda pergunta que é a seguinte. Acham que os jovens das famílias que vivem com dificuldades vão conseguir ultrapassar essas dificuldades e poder chegar onde querem chegar?

(ninguém disse nada)

Investigador: Já pensaram no que querem ser quando forem grandes?

5D: Quero ser professora

5E: Ainda não pensei nisso

5B: Investigadora criminal

5C: Artista

5A: Artista

Investigador: Nessa vossa vontade acham que vão conseguir ultrapassar as dificuldades que têm hoje?

5B: Sim

5C: Sim

5A: Depende

5D: Sim

5E: Sim

Investigador: É bom acreditarem que vão conseguir ultrapassar as dificuldades. Partindo disso, o que é que os jovens precisam de ter para conseguir ultrapassar as dificuldades de hoje e chegar onde ambicionam?

Investigador: Achas que depende de quê 5A?

5A: Se correr tudo bem

Investigador: Mas isso depende só deles ou não?

5B: Acho que depende deles e da condição no momento da família.

Investigador: E, sabendo que vocês acreditam que vão ultrapassar as dificuldades, o que é preciso acontecer para isso?

5C: Força de vontade.

5D: Saúde, convém ter.

Investigador: 5A o que achas?

5A: Não sei

Investigador: E tu 5E?

5E: Força de vontade

Investigador: Sim. Depende deles, não é? E depende também da família. Mas depende só deles e da família ou também de algumas outras situações? Por exemplo, da comunidade onde vivem, dos amigos.

5B: Eu acho que de um todo. Depende da gente mas também de todas as pessoas à volta mesmo das pessoas que passam dificuldades para que todo o mundo se possa ajudar.

Investigador: E dos vossos amigos?

5B: Não sei, talvez. A maioria deles tem dinheiro.

5E: Depende. Se eles nos motivarem.

Investigador: E motivam ou não motivam?

5E: Motivam

Investigador: 5D o que pensas?

5D: Não sei

Investigador: E tu 5C?

5C: Acho que não, acho que não. Só depende da gente mesmo.

5A: Concordo, inspiração. Bastante inspiração

Investigador: De quem?

5C: De pessoas que são referencia para nós. E ter boas notas, talvez.

Investigador: Acham que as Caldas da Rainha dá as condições para possam atingir esses objectivos?

5C: Sim.

Investigador: E têm essas condições na escola?

5C: Na minha escola não muito, mas as Caldas é uma referência artística e dá bastantes possibilidades.

Investigador: E tu 5B, o que precisavas hoje para ser investigadora criminal?

5B: Acho que o melhor é estudar bastante. Aqui em Portugal tem um lugar do melhor para se estudar direito que é a Universidade de Coimbra. Pretendo ir para lá estudar direito. Eu acho que é isso.

Investigador: E achas que para isso, tens tudo o que precisas hoje?

5B: Eu acho que sim. Eu só gostava de ter condições para comprar mais livros porque eu gosto muito de ler.

Investigador: 5E, tu não sabes ainda o que queres, mas queres falar um pouco sobre isso?

5E: Não.

Investigador: 5D, professora, tens tudo o que precisas para conseguir ser professora?

5D: Eu acho que sim. O que precisamos é conhecimento, boas notas, ter bons professores e pessoas que nos ajudem tanto em casa como fora.

Investigador: Nos vossos tempos livres o que fazem?

5B: Eu já cheguei a fazer jiu jitsu numa academia mas depois eu saí. Era um passatempo que fazia.

Investigador: Alguém faz mais desporto aqui?

5E: Eu. Futebol.

Investigador: 5B, o facto de fazeres jiu jitsu ajudava-te na escola?

5B: Eu não sei. Eu entrei mais por causa do meu pai. Eu entrei mais por isso, mas depois eu saí porque não gostava mesmo.

Investigador: E tu 5E, o futebol ajuda-te na escola?

5E: Sim, em educação física

Investigador: Não pensaste mesmo em nada quando fores grande. Nem mesmo em ser jogador de futebol?

5E: Já pensei em ser jogador de futebol mas não é assim uma coisa que eu quero tanto ser.

Investigador: E relativamente à escola, vocês a dizer alguma coisa? Gostam da escola, gostam dos professores?

5A: Mais ou menos

5B: Eu tive um problema com uma professora. Eu nunca fui muito boa a matemática. As minhas notas caíram um pouco, mas no final do período subi a minha nota num teste e a professora disse-me que eu não podia ter tido aquela nota porque era muito alta e era impossível ter tido porque eu tinha notas muito baixas. Desconfiou que eu tivesse copiado. Até queria que eu fizesse outro teste numa aula sozinha porque não acreditou. Mas depois deu-me a nota.

Investigador: 5C, tapaste a boca porquê?

5C: A escola nunca foi muito bem o meu forte.

Investigador: E tu 5A?

5A: Também tenho alguns problemas com os professores mas não são tão importantes assim

Investigador: 5D e tu?

5D: Para mim a escola é importante porque quero ser professora de línguas e preciso de me esforçar um bocadinho mais. Mas em questões de matemática, geografia, aí não me diz nada mas eu tenho boas notas na mesma.

Investigador: E tu 5E?

5E: Não quero dizer nada

Investigador: Vocês sentem necessidade de ter algum apoio para os estudos, fora da escola?

5A: Não

5B: Não

5D: Não

5C: Só em casos extremos, para alguém que tenha muitas negativas. Aí eu acho necessário e importante. Mas se não for assim, chega a escola.

Investigador: Acerca disto, querem dizer mais alguma coisa? Se ninguém quer dizer mais nada, vamos encerrar esta sessão. Quero voltar a agradecer a vossa presença que foi muito importante para mim. Muito obrigado.

Grupo 6

Investigador: Olá 6A, boa tarde. Sabes porque estás aqui?

6A: Para decidir o meu futuro.

Investigador: Mais ou menos. O meu nome é Carlos Gomes, tenho 60 anos e estou a tirar um mestrado em Desenvolvimento Comunitário. Para a minha tese, estou a falar com jovens entre os 12 e os 15 anos. Uma conversa muito simples, só para saber o que pensas sobre a situação difícil em que se encontram e o que gostavam que acontecesse. Sabes como conheci o teu pai?

6A: Não

Investigador: Foi quando ele foi levantar os alimentos. E o que eu gosta de perceber é qual é a tua perspetiva sobre isso. Porque achas que as famílias estão a passar dificuldades e a necessitar de ajuda?

6A: Não sei. Porque talvez está um pouco difícil. Por exemplo porque há renda a pagar, há contas e às vezes nem sempre sobra dinheiro para comida ou qualquer coisa assim.

Investigador: E isso tem a ver com a situação do país ou não. O que achas?

6A: Não. Nós nascemos todos cá. Só os meus pais é que não.

Investigador: Então já cá estão há muito tempo.

6A: A minha mãe já cá está há 20 anos ou 19. O meu pai já cá está há 21 porque ele chegou primeiro.

Investigador: Tem a ver com o dinheiro. Mas o facto de o teu pai ser desempregado ou haver dificuldades de emprego também é uma razão?

6A: Não muito. Às vezes aparece outras vezes acaba e vou ter de esperar.

Investigador: Certo, mas as dificuldades tem basicamente a ver com a falta de dinheiro.

6A: Acho que sim.

Investigador: Ficas muito tempo a cuidar dos teus irmãos?

6A: Sim. Só tenho uma que é a mais nova mas de resto fico a arrumar a casa e isso.

Investigador: Já pensaste o que queres ser quando fores grande?

6A: Não.

Investigador: Não tens ideia nenhuma?

6A: Não. Às vezes, passam-me algumas coisas pela cabeça.

Investigador: Que coisas?

6A: De vez em quando quero ser aquelas mulheres que trabalham no aeroporto. Depois já não quero. Várias coisas.

Investigador: E porque é que achas que isso te acontece?

6A: Porque ás vezes vejo muita gente a ser feliz com isso, dessas profissões.

Investigador: 6A, acreditas que os jovens que vivem nas famílias com dificuldades, como é o teu caso, vão conseguir ultrapassar as dificuldades que sentem agora e ter um futuro melhor?

6A: Sim

Investigador: E achas que isso depende de quê? O que achas, que tu e os outros, precisam de ter hoje para que isso aconteça?

6A: Do meu nível de mentalidade.

Investigador: Mas achas que depende só de ti ou não?

6A: Depende só de mim. Porque eu acho que não vou pela opinião dos meus pais. Quer dizer, talvez.

Investigador: E dos teus amigos, por exemplo, achas que depende?

6A: Não. Porque os amigos não são para a vida.

Investigador: Então achas que depende apenas só de ti. Mas o que é que precisas que aconteça agora para lá chegar.

6A: Ter tempo para pensar.

Investigador: Então, as dificuldades que hoje sentes, e a tua família, acreditas que vais conseguir ultrapassar. Mas o que que precisas hoje para conseguires ultrapassar essas dificuldades.

6A: Por enquanto tenho que ajudar os meus pais, mesmo não podendo trabalhar tenho que os ajudar. Ajudar na escola e em casa. E assim que puder trabalhar ajudo eles.

Investigador: O que fazes nos tempos livres?

6A: Ou fico em casa ou vou sair.

Investigador: Costumas sair com os teus amigos?

6A: Sim.

Investigador: Praticas algum desporto?

6A: Não. Mas eu queria perguntar á minha mãe porque eu queria entrar no futsal. A minha irmã anda nos Vidais.

Investigador: E porque razão não foste já?

6A: Não sei

Investigador: Mas se quiseses ir mesmo, o que precisas para ir para lá?

6A: Não sei. Equipamento.

Investigador: Mas os Vidais ainda é longe.

6A: Não sei, nunca fui lá.

Investigador: Mas a tua irmã vai treina aos Vidais?

6A: Aquilo foi através do colégio dela.

Investigador: Qual é o colégio dela?

6A: D. Leonor.

Investigador: E como é que ela vai para os Vidais.

6A: Não sei. Acho que são eles que a levam. Não sei.

Investigador: Mas, os teus tempos livres como é que os tens passado?

6A: Eu ultimamente tenho passado em casa, para ajudar em casa. Mas quando posso e os meus pais deixam, eu vou sair.

Investigador: Então, quando dizes que vais ultrapassar as dificuldades que sentes hoje, não pensaste bem ainda no que precisas de ter hoje para isso?

6A: Não

Investigador: 6A obrigado por teres vindo e partilhares comigo as tuas ideias. Espero que consigas tudo o que queiras para a tua vida. Estás muito pensativa, não estás?

6A: Sim, estou aqui a pensar o que quero ser no futuro.

Investigador: Então não tinhas pensado ainda nisso?

6A: Não

Investigador: O que gostas realmente de fazer?

6A: Cozinhar

Investigador: Se calhar é esse o teu futuro. E o que achas que precisas de ter hoje para conseguires isso?

6A: Não sei. Às vezes vejo a minha mãe a ver aquele programa da culinária e eu peço-lhe para me inscrever. Já estou desde criança a dizer isso, mas depois isso passa e esqueço. Às vezes quando os meus pais não estão em casa e o meu irmão, ele tem 22 anos e não sabe cozinhar, e eu faço o almoço, faço arroz, batata, os bifés, tempero.

Investigador: E sentes-te feliz a fazer isso?

6A: Eu gosto muito

Investigador: Pode ser mesmo isso. 6A, muito obrigado por teres vindo. Gostei muito desta conversa contigo. Obrigado.

Categorizações

Grupo 1

Dia: 04/03/2023

Início: 11:40; Fim: 12:17

Local: Sala reuniões da direção da Expoeste

Participantes: 7

A sessão começou com cerca de 10 minutos de atraso. Todos os participantes pertenciam a agregados familiares que beneficiavam de apoio na mesma instituição. A distribuição por sexo e idade foi a que segue abaixo;

Sexo	Masculino	4
	Feminino	3
Total		7

Idade	12	1
	13	2
	14	1
	15	3
Total		7

Iniciei a sessão com os apontamentos do guião do *focus group* perguntando no final se havia questões. De seguida fiz a dinâmica programada e dei início à sessão propriamente dita. O facto de alguns já se conhecerem facilitou o diálogo, embora três deles tenham sido mais profícuos nas suas afirmações e monopolizado um pouco as conversas, tendo eu procurado estimular aqueles que menos falaram. Ainda que dois participantes fossem irmãos, um deles mais velho que o outro, não notei que houvesse constrangimentos ou inibições por parte de qualquer participante. Foi um grupo muito colaborativo desde o início no qual não necessitei de utilizar “gatilhos” para desbloquear conversas ou provocar diálogos. Logo no início assumiram a sua situação de pobreza e, para além de aspetos gerais, partilharam experiências pessoais e familiares. Houve uma aproximação das atribuições à realidade familiar de cada um, com exemplos de dificuldades comuns entre eles.

Pergunta 1: O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?		
Fatalista	Estruturalista	Individualista
<ul style="list-style-type: none">Quando a minha mãe estava de muletas ela não conseguia	<ul style="list-style-type: none">Inflação (<i>custo de vida</i>);Aumento das rendas (<i>habitação</i>);Muitas casas estão abandonadas ou por vender (<i>habitação</i>);As pessoas querem arrendar casas a preços mais barato (<i>habitação</i>)	<ul style="list-style-type: none">Baixa escolaridade, na idade dos nossos pais (<i>escolaridade</i>);Temos de escolher mais profissões de relação humana (<i>competências</i>).

<p>trabalhar (<i>acidente</i>)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentam os salários mas também aumentam os preços das rendas e da comida, no geral, as nossas necessidades (<i>salários</i>) • Os meus pais não conseguiam arranjar uma casa para arrendar porque as rendas estavam super altas (<i>habitação</i>) • só porque não está escrito no papel que tiraram aquele curso, aquela licenciatura ou aquele mestrado não lhe vão dar o emprego (<i>emprego</i>); • procuram pessoas em que tenham mestrado, licenciaturas, e aquelas pessoas que não têm nada disso que têm apenas o 12º (<i>emprego</i>); • Evolução tecnológica (<i>emprego</i>); • as pessoas agora tem de ter muito cuidado com os empregos que escolhem e com o curso que vão tirar porque daqui a uns anos vai haver muitos robots e muitas máquinas para substituir muitos trabalhos (<i>emprego</i>) 	
<ul style="list-style-type: none"> • A minha tia (<i>devido a acidente</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • também já tive uma vez que sai de uma casa porque a renda já era demasiado alta.; (<i>habitação</i>) • Uma vez que ofereceram um emprego num hotel, um emprego que ela queria bastante, mas ela precisava de falar inglês e espanhol; (<i>emprego</i>) • Então ela não consegue arranjar um emprego que pague bem; (<i>salários</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa escolaridade, na idade dos nossos pais (<i>escolaridade</i>)
<ul style="list-style-type: none"> • a saúde mental também é importante; (<i>saúde</i>) • pandemia veio a piorar muito porque as pessoas desabitaram a conviver socialmente. (<i>pandemia</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • morávamos em Lisboa, Sintra, Lisboa e veio para cá porque não conseguia pagar; (<i>habitação</i>) • Eu queria era trabalhar e ter o meu dinheiro para comprar as minhas coisas, mas não deixam por causa da minha idade; (<i>emprego</i>) • Eu acho que é mais agora por causa do avanço da tecnologia; (<i>emprego</i>) • o patrão vai querer saber do lucro, não vai querer saber se tu tens dinheiro para sustentar a tua família ou não; (<i>salários</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa escolaridade; (<i>escolaridade</i>) • Ou somos muito bons no que fazemos ou somos ultrapassados (<i>competências</i>) • eu não gosto de estudar mas eu sei que é necessário (<i>escolaridade</i>);

	<ul style="list-style-type: none"> • se eu for para atender no McDonalds é preciso eu aprender inglês; (<i>emprego</i>) • Corrupção nas instituições; (<i>corrupção</i>) 	
<ul style="list-style-type: none"> • A minha mãe trabalha numa cozinha e por causa de um problema de saúde não pode ficar muito tempo; (<i>saúde</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> • também ando à procura de casas mas as que encontro são caras; (<i>habitação</i>) • Salário mínimo baixo; (<i>salários</i>) • Porque no trabalho que ela trabalha ela fica sempre de pé (<i>emprego</i>) • Emprego esforçado pelo salário mínimo (<i>salários</i>) 	
		<ul style="list-style-type: none"> • Baixa escolaridade, na idade dos nossos pais (<i>escolaridade</i>)
	<ul style="list-style-type: none"> • Ela trabalhava numa fábrica de tapetes e ficou com muitas dores nas costas e não foi trabalhar (<i>emprego</i>) 	
	<ul style="list-style-type: none"> • salários mais altos. Não é para mim, para o meu pai (<i>salários</i>) 	

	Pergunta 2: Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?		
	Conseguem ultrapassar	Não conseguem ultrapassar	Depende
1A	X		
1B		X	
1C	X		
1D	X		
1E	X		
1F	X		
1H			X

Pergunta 3: O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?	
Agente (fatores internos)	Não agente (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> • Ter objetivos • Estudar • a gente não pode desistir e ficar ali, • temos de ser nós a mudá-las é preciso é ter força de vontade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Salários mais altos... acho que vai ser necessário quando nós formos maiores; • formação para os professores sobre mentalidade • Dificuldade de diálogo com os professores • Desigualdade • Menos corrupção

	<ul style="list-style-type: none"> • há muitas comparações de alunos com dificuldade e de alunos sem dificuldades; • Melhores instituições
	<ul style="list-style-type: none"> • Desigualdades, sim, é o maior motivo
<ul style="list-style-type: none"> • acho que com foco e determinação podemos fazer tudo 	<ul style="list-style-type: none"> • uma saúde mental mais estável; • Desigualdade... por vezes quero algumas coisas e não posso ter e outros têm tudo; • Eles têm dinheiro para pagar aos filhos deles os melhores colégios, universidades; • depois acontece que os outros ficam com menos oportunidades; • as universidades e escolas nem sequer têm psicólogos para todos os alunos; • deixarem de ser corruptos
	<ul style="list-style-type: none"> • Eu acho que eles conversam comigo mas não conversam sobre coisas que eu necessito. • Mais solidariedade entre pares
<ul style="list-style-type: none"> • Fazer amigos 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer amigos • Mais solidariedade entre pares

Grupo 2

Dia: 04/03/2023

Início: 15:10; Fim: 16:20

Local: Sala reuniões da direção da Expoeste

Participantes: 9

Inicialmente este grupo era para ser constituído por 6 participantes, cujos agregados recebem ajuda na mesma instituição, mas dois deles trouxeram amigos cujas famílias recebiam ajuda noutra instituição. A estes 3 pedi-lhes o número de telemóvel das mães e telefonei-lhes. Todas já sabiam que eles iam participar e concordaram em assinar a autorização o consentimento informal, o que vieram a fazer posteriormente. O grupo constitui-se assim com 9 participantes e ficou distribuído assim:

Sexo	Masculino	3
	Feminino	6
Total		9

Total	Idade	12	1
		13	3
		14	3
		15	2
Total			9

Iniciei a sessão com a leitura das notas do guião tendo no final questionado se alguém queria perguntar alguma coisa. De seguida dei início à dinâmica de quebra-gelo. Tendo passado à sessão propriamente dita abordei a primeira questão não tendo qualquer participante falado. Insisti reformulando-a e dando exemplos de atribuições de carácter geral como desemprego ou problemas de saúde. Ainda assim, manteve-se um silêncio absoluto. Na altura atribuí ao facto das famílias de origem estarem a ser apoiadas por instituições diferentes e não se conhecerem. Pareceu-me também sentirem alguma vergonha por se estarem a expor, situação que se reforçou por não ter havido ninguém que tomasse a iniciativa apesar de eu ter voltado a reformular a questão inicial e ter dado mais exemplos gerais de possíveis atribuições.

Um participante (2E), informou que não queira falar porque “a família está a atravessar problemas graves e eu estou com um princípio de uma depressão”. Perguntei se estava confortável por ali estar ou se preferia sair ao que respondeu que queria ficar. Não lhe coloquei quaisquer outras questões diretamente, embora ela, de iniciativa própria tenha participado pontualmente. Na sequência desta intervenção e na continuidade do silêncio, ainda que todos tivessem dado autorização, decidi informar que iria interromper a gravação e que passaria apenas a tomar alguns apontamentos mas sem escrever o nome de quem falou. Sabendo que esta decisão iria condicionar a minha atenção tomei-a no sentido de permitir que o grupo se sentisse mais à vontade.

Face ao silêncio, passei à segunda questão colocando-a ao grupo. Todos responderam de forma livre embora alguns mais rápido do que outros. Dando tempo ao grupo para que todos respondessem e sem necessidade de a colocar individualmente embora acompanhasse com o olhar cada participante. Nenhum deles assumiu que não era possível

ultrapassar as dificuldades mas metade deles utilizaram o “depende” o que confirmou a pouca assertividade do grupo.

Na terceira questão, perante o silêncio, tive de reformular a pergunta e agarrar-me à questão de “*o que queres ser quando fores grande?*”. Foi a partir daqui que consegui que os diálogos ocorressem e os participantes se libertassem um pouco. Tentei manter a conversa de acordo com o interesse das abordagens tentando não perder de vista a razão por que estávamos ali. Por vezes tentei voltar à primeira questão mas sem sucesso tendo numa das vezes um participante (2I) respondido que os pais dele não falavam disso em casa. Ainda que não tenham respondido à primeira questão é bastante previsível que as atribuições caíam sobre causas estruturalistas. A palavra “motivação” foi bastante utilizada mas, ao pedido para especificar melhor, conectava com externalidades, pelo que não foi considerada como fator interno.

O grupo pareceu-me pouco otimista relativamente ao futuro. As externalidades mais utilizadas foram a desigualdade, o desconforto escolar, a comparação entre pares, o stress em casa. A conversa versou muito sobre o ambiente escolar e a relação com a escola e com os professores.

Pergunta 1: O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?

Fatalista	Estruturalista	Individualista

Pergunta 2: Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?

	Conseguem ultrapassar	Não conseguem ultrapassar	Depende
2A	X		
2B	X		
2C			X
2D			X
2E			X
2F	X		
2G			X
2H	X		
2I	X		

Pergunta 3: O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?

Agente (fatores internos)	Não agente (fatores externos)
	<ul style="list-style-type: none"> Os horários escolares são muito densos e impeditivos de conjugar com divertimentos O acesso a atividades extracurriculares são desiguais

	<ul style="list-style-type: none"> • Sinto que na escola não tenho as mesmas oportunidades que outros com mais dinheiro e que os professores contribuem para isso • Sinto que o facto de praticar desporto contribui para ultrapassar dificuldades como o stress na escola e as dificuldades familiares
	<ul style="list-style-type: none"> • Desigualdade de oportunidades, nomeadamente em atividades extra-escolar • Queria mais tempo livre para praticar desporto • Queria melhores professores
	<ul style="list-style-type: none"> • Também acho que os horários escolares são muito densos e impeditivos de conjugar com divertimentos
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar 	
	<ul style="list-style-type: none"> • Não considero que o tempo passado na escola seja útil para o meu futuro • Menos pressão familiar
<ul style="list-style-type: none"> • Foco 	<ul style="list-style-type: none"> • Gostar de ter possibilidade para trabalhar em part-time mesmo em tempo escolar • Também acho que os horários escolares são muito densos • Sinto que o desporto é um escape ao dia-a-dia
	<ul style="list-style-type: none"> • Horários escolares muito intensos • Sinto que não tenho as mesmas oportunidades que outros, tanto dentro como fora da escola
<ul style="list-style-type: none"> • Foco 	<ul style="list-style-type: none"> • Gostava que houvesse menos comparação entre quem tem melhores notas e quem não tem • Melhores professores e mais acessíveis
<ul style="list-style-type: none"> • Treino (o participante quer ser jogador profissional de futebol) • Determinação 	

Grupo 3

Dia: 18/03/2023

Início: 15:12; Fim: 15:38

Local: Sala reuniões da direção da Expoeste

Participantes: 3

Este foi um grupo pequeno e com baixa participação. Todos os participantes tinham 13 anos, e dois deles já se conheciam devido frequentarem a mesma escola e turma, mantendo uma certa cumplicidade.

Inicialmente, os participantes demonstraram dificuldades em expressar seus pensamentos, o que resultou num silêncio desconfortável ao abordar a primeira questão. Percebi que havia algum constrangimento tendo reformulado a pergunta, direcionando-a para a amizade. Essa abordagem pareceu funcionar, pois eles começaram a fazer atribuições relacionadas a exemplos que conheciam da escola.

As atribuições que fizeram durante a discussão estavam predominantemente centradas nas condições internas das famílias. Dada a relutância dos participantes em se manifestarem, foi necessário que eu tomasse a iniciativa de conduzir a sessão, frequentemente retomando pequenas frases ou concordâncias que eles emitiam.

Na segunda questão, embora todas as respostas tenham sido "depende", conforme a discussão avançou, verifiquei que foi sobre o jovem pobre e sua família que colocaram a prerrogativa de conseguirem ultrapassar as dificuldades. Sobre a sua vontade, determinação e condições materiais.

Sexo	Masculino	0
	Feminino	3
Total		3

Total	Idade	12	0
		13	3
		14	0
		15	0
	Total		3

Pergunta 1: O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?

Fatalista	Estruturalista	Individualista
		<ul style="list-style-type: none">Não sei porque está a passar por dificuldades mas dá para perceber que ela tem muitos irmãos e não tem um pai

		<p>presente. E os irmãos são quase todos de pais diferentes (<i>famílias numerosas</i>)</p> <ul style="list-style-type: none"> é só porque eles são muitos e é só a mãe (<i>famílias monoparentais</i>)
<ul style="list-style-type: none"> a mãe já morreu e eles sofreram com isso (<i>morte</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> O pai trabalha muito e acaba por não lhes conseguir dar tanta assistência (<i>emprego</i>) O pai está a trabalhar e acaba por trabalhar mais horas do que o normal (<i>emprego</i>) Porque há pessoas que podem não ter dinheiro para pagar tratamentos ou consultas (<i>salários</i>) (<i>acesso à saúde</i>) 	
	<ul style="list-style-type: none"> Porque os pais ganham pouco salário (<i>salários</i>) A mãe não trabalha (<i>emprego</i>) 	

Pergunta 2: Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?			
	Sim	Não	Depende
3A			X
3B			X
3C			X

Pergunta 3: O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?	
Agente (fatores internos)	Não agente (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> ela não liga para a escola, é sempre do contra ela não quer saber se chumba ou não não perceber se isso está errado ela não vai conseguir trabalhar num sítio bom 	<ul style="list-style-type: none"> há algumas crianças que têm explicações e os pais não têm possibilidades de pagar as explicações Praticar desporto para ajudar no planeamento do estudo

	<ul style="list-style-type: none">• eles podem querer praticar alguns desportos e os pais não terem possibilidade para pagar• desligar da realidade deles nem que seja por uma hora ou duas
	<ul style="list-style-type: none">• Faz ficar mais concentrado (desporto)• também têm que se divertir e assistir à cultura em geral.

Grupo 4

Dia: 04/04/2023

Início: 15:10; Fim: 15:32

Local: Sala reuniões da direção da Expoeste

Participantes: 4

Nesta sessão, observei que este grupo parecia ser o menos afetado pela pobreza, o que talvez tenha contribuído para a dificuldade em direcionar a conversa para o tópico das dificuldades. Surpreendentemente, dois dos participantes afirmaram ter todas as suas necessidades atendidas.

Um dos participantes frequentava um colégio particular, o que criou uma clivagem perceptível nas opiniões do grupo e pode ter influenciado os longos períodos de silêncio durante a discussão. Surgiu-me uma dúvida no final da sessão: será que as famílias a que esses participantes pertencem realmente necessitam de apoio social?

Fiquei com a impressão de que a baixa participação e envolvimento deste grupo prejudicou significativamente a qualidade da discussão. Esta sessão também se destacou por ser a mais curta em termos de duração.

Sexo	Masculino	1
	Feminino	3
Total		4

Total	Idade	12	0
		13	1
		14	2
		15	1
Total			4

Pergunta 1: O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?		
Fatalista	Estruturalista	Individualista
	<ul style="list-style-type: none"> No final do mês o dinheiro não chega e os impostos são altos (<i>salários</i>) Porque os salários são baixos (<i>salários</i>) e a vida está cara (<i>custo de vida</i>) Os hospitais estão muito cheios e não há acesso fácil (<i>acesso à saúde</i>) 	
	<ul style="list-style-type: none"> os preços estão muito altos (<i>custo de vida</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> têm mais filhos, têm mais coisas para

	<ul style="list-style-type: none"> • uma pessoa que recebe o salário mínimo (<i>salários</i>) • como as casas estão muito caras agora (<i>habitação</i>) 	sustentar (<i>famílias numerosas</i>)

Pergunta 2: Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?			
	Sim	Não	Depende
4A			X
4B	X		
4C	X		
4D	X		

Pergunta 3: O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?	
Agente (fatores internos)	Não agente (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> • depende das notas que eu tirar também 	<ul style="list-style-type: none"> • Se ganhasse uma bolsa (estudar fora de Portugal)
<ul style="list-style-type: none"> • Depende única e exclusivamente de mim • Às vezes é que temos preguiça de fazer • nós é que não aproveitamos (oportunidades) 	<ul style="list-style-type: none"> • Escolas mais inclusivas • Diferença entre escolas públicas e privadas
	<ul style="list-style-type: none"> • Menos preconceito nas escolas e na sociedade • oportunidades

Grupo 5

Dia: 22/04/2023

Início: 15:10; Fim: 15:32

Local: Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha

Participantes: 5

Inicialmente tínhamos a confirmação de participação de 9 pessoas. No entanto, apenas 5 compareceram. Além disso, a sessão começou inicialmente com apenas 3 participantes, com os outros dois a juntarem-se após 5 minutos e 6 segundos de atraso, já no decorrer da primeira questão, o que fez com que se perde-se a continuidade para fazer um ponto de situação.

Durante a sessão, observei que dois dos participantes eram amigos e frequentavam a mesma escola e turma. Um deles foi mais reservado e tendeu a reforçar as afirmações do outro ao invés de expressar suas próprias opiniões.

Destaca-se que apenas um participante demonstrou ser proativo no discurso e na contribuição de ideias. Esta falta de envolvimento ativo de outros participantes acabou por empobrecer significativamente o conteúdo da sessão.

Sexo	Masculino	2
	Feminino	3
Total		5

Total	Idade	12	1
		13	2
		14	2
		15	0
	Total		5

Pergunta 1: O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?

Fatalista	Estruturalista	Individualista
	<ul style="list-style-type: none">• salário é muito baixo (<i>salários</i>)• aluguer é um pouco caro (<i>habitação</i>)• às vezes não têm dinheiro para comprar comida e necessidades básicas (<i>salários</i>)• E por uma questão de dificuldades (não ir eventos culturais)	
	<ul style="list-style-type: none">• É difícil pagar renda (<i>habitação</i>)	

	<ul style="list-style-type: none"> e também algum dinheiro (salários) 	
--	--	--

Pergunta 2: Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?			
	Sim	Não	Depende
5A			X
5B	X		
5C	X		
5D	X		
5E	X		

Pergunta 3: O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?	
Agente (fatores internos)	Não agente (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> Acho que depende da gente estudar bastante 	<ul style="list-style-type: none"> condição no momento da nossa família de todas as pessoas à volta mesmo das pessoas que passam dificuldades para que todo o mundo se possa ajudar. gostava de ter condições para comprar mais livros porque eu gosto muito de ler.
<ul style="list-style-type: none"> Força de vontade Só depende da gente mesmo ter boas notas Saúde, convém ter 	
	<ul style="list-style-type: none"> ter bons professores e pessoas que nos ajudem tanto em casa como fora Para mim a escola é importante
<ul style="list-style-type: none"> Força de vontade 	

Grupo 6

Dia: 22/04/2023

Início: 15:45; Fim: 15:56

Local: Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha

Participantes: 1

Este participante estava confirmado para comparecer na sessão 5, tendo aparecido só após aquela sessão ter terminado e já todos os jovens se terem ido embora. A sua presença deveu-se mais á insistência por parte do pai do que da sua vontade. Ainda assim, decidi avançar com a entrevista face à sua insistência. Foi uma entrevista individualizada e curta. Foi toda uma narrativa centrada na sua realidade muito condicionada pelo contexto familiar.

Sexo	Masculino	0
	Feminino	1
Total		1

Total	Idade	12	0
		13	1
		14	0
		15	0
	Total		1

Pergunta 1: O que acham que aconteceu para que as famílias estejam a atravessar dificuldades e a precisar de ajuda?

Fatalista	Estruturalista	Individualista
	<ul style="list-style-type: none">• porque há renda a pagar (<i>habitação</i>)• há contas (<i>custo de vida</i>)• às vezes nem sempre sobra dinheiro para comida ou qualquer coisa assim (<i>salários</i>)• Às vezes aparece outras vezes acaba e vou ter de esperar (<i>emprego</i>)	

	Pergunta 2: Acreditam que os jovens, cujas famílias hoje vivem de dificuldades, vão conseguir ultrapassá-las para que tenham uma vida futura melhor?		
	Sim	Não	Depende
6A	X		

Pergunta 3: O que os jovens precisam de ter hoje para que possam ultrapassar essas dificuldades e ambicionarem a ter um futuro melhor?	
Agente (fatores internos)	Não agente (fatores externos)
<ul style="list-style-type: none"> • Depende só de mim 	<ul style="list-style-type: none"> • E assim que puder trabalhar ajudo eles